

# **HISTÓRIA DO ANARQUISMO**

*Tradução*

Plínio Augusto Coelho



## SUMÁRIO

À guisa de introdução  
Uma memória para o futuro  
7

Das recusas essenciais  
15

Bakunin e a Primeira Internacional  
31

A cisão da Internacional  
51

Dos atentados ao sindicalismo revolucionário  
No tempo dos atos  
55

A época das realizações  
As Revoluções sociais  
107

1936, a Revolução espanhola  
133

O caso Sacco e Vanzetti  
149

O movimento libertário francês  
153

Maio de 68  
163

O Anarquismo no Brasil  
171

**ABOLISSONS  
LES PRIVILEGES**



## À guisa de introdução

# Uma memória para o futuro

Desde há alguns anos, suas bandeiras (negras ou rubro-negras) flutuam novamente nas manifestações. Seus militantes estão cada vez mais presentes nas lutas e nos movimentos sociais. Suas rádios, seus jornais, suas revistas, suas livrarias, suas editoras, seus livros, suas brochuras... perturbam as idéias vigentes e fazem nascer outras novas. As reuniões públicas, conferências, colóquios... que eles organizam, em seus locais, fazem-se a cada dia mais numerosos e passam cada vez menos despercebidos. Suas organizações específicas, seus sindicatos, as diferentes alternativas que eles animam, saem pouco a pouco da confidencialidade.

Seu número (crescente), sua seriedade (nunca destituída de humor), sua coragem (incontestável), sua intransigência (enervante), sua maneira de ser (nos antípodas da aparência), sua revolta (permanente), seus princípios (fascinantes), suas palavras de ordem (radicais), suas proposições (evidentes), seus sonhos (emocionantes)... interpelam até o mundinho da reflexão política e seduzem, inclusive, alguns corações puros, cansados da verborréia da esquerda-caviar, da ecologia governamental, do comunismo de memória curta, do esquerdismo que também quer sua parte do bolo...

Sempre presentes, às vezes, tomando a iniciativa, lutam lado a lado com todas as tribos dissidentes que erguem alto a bandeira da revolta contra o capitalismo, e ainda têm, colada ao corpo, a esperança em um mundo de liberdade, igualdade e apoio mútuo.

Em resumo, neste começo de século 21, os anarquistas, que muitas vezes foram tidos como mortos ou encerrados em quimeras de uma outra época, estão de volta! E anunciam a cor!

As opressões de todos os tipos (política, econômica, social, militar, religiosa, sexual...), lixeira! As desigualdades de todos os tipos (tomam as mesmas e recomeçam), lixeira! As explorações de todos os tipos (retomam as mesmas e recomeçam), lixeira! Os patrões, os governos, os policiais, os curas, os militares, os fundos de pensão, os especuladores, os banqueiros, as multinacionais, os capitalistas, os arrivistas da burocracia, os engajados voluntários de todos os pequenos poderes, os doutores Strangelove da destruição da terra, os acadêmicos de merda da ópera-bufo, os pilantras do reformismo, os doentes pelo poder, os abutres da propriedade e da herança, os negociantes de tudo e de nada, os últimos imbecis do direito do sangue e da lei do mais forte... lixeira! Expropriação e demissão sem indenização! Tudo e imediatamente! Partilha das riquezas, não da miséria! Autogestão generalizada, aqui e agora!

O estado atual da técnica e da ciência oferece ao conjunto dos habitantes do nosso planeta os meios para alimentar, alojar, educar e fazer acessível a cultura a todos os seres humanos. Viver entre iguais (portanto, sem patrões nem hierarquias...), associar-se libertariamente entre iguais (portanto, sem Estado nem burocracia), apoiar-se mutuamente entre iguais (portanto, sem mercado nem lucro), saciar sua fome e morar decentemente, vestir-se corretamente, inebriar-se de artes e letras (portanto, consagrando ao trabalho produtivo apenas um mínimo de tempo), respeitar o meio-ambiente... é não só possível como dia após dia necessário, exceto para os resignados à barbárie que se anuncia.

Os anarquistas são os únicos, hoje, a sustentar este discurso repleto de bom senso.

Um discurso cujo bom senso se sustenta, talvez, por ter levado um século e meio para construir-se!

## **Os anarquistas não caem do céu**

O anarquismo, como aspiração a valores (recusa das opressões e das explorações de todos os tipos, aspiração a relações sociais igualitárias favorecendo o desenvolvimento das liberdades individuais e coletivas...),

existe desde tempos remotos, pois ele cola literalmente à pele de um humano eterno que tem medo de morrer e deseja viver.

O anarquismo, como elaboração de um projeto global de sociedade, como movimento social e organização militante, data, por sua vez, de um século e meio.

Proudhon, Bakunin, a guerra de faca no seio da Primeira Internacional entre duas concepções do socialismo (autoritário e antiautoritário, estatista e federalista, eleitoralista e atores da ação direta, obcecados pela tomada do poder e partidários da autogestão generalizada...); os cravos vermelhos da Comuna de 1870; a edificação das primeiras catedrais do movimento operário que foram as Bolsas do Trabalho e as Casas do Povo; a constituição, pedra a pedra, dos primeiros sindicatos como instrumentos e armas de uma vontade de transformação social radical; as primeiras experiências de educação popular nas associações operárias; os primeiros passos de uma educação libertária (com o orfanato de Cempuis de Paul Robin, La Ruche de Sébastien Faure, as escolas modernas de Ferrer); as primeiras lutas pelo direito ao aborto, à contracepção e à união livre; os primeiros grupos esperantistas, vegetarianos, naturistas, ecologistas; o ímpeto, quebrado categoricamente, de uma vontade de impedir a carnificina da I Guerra Mundial; o engajamento, nas primeiras fileiras, no campo da revolução russa; a Ucrânia libertária esmagando os exércitos brancos de Denikin e salvando, desse modo, a revolução de 1917; o combate dos marinheiros de Kronstadt por uma terceira revolução (que deveria suceder-se à revolução burguesa e ao golpe de Estado bolchevique); o canto de cisne dos conselhos operários da Baviera e de Turim; a criação de uma Internacional antiautoritária; as grandes lutas operárias entre as duas Grandes Guerras na Bélgica, na Alemanha, na Itália, na Argentina, na Espanha e alhures; a trovoadas da mais importante revolução social de todos os tempos em julho de 1936, na Espanha; o grande sopro libertário de uma primavera demasiado breve em 1968; uma travessia do deserto até estes últimos anos, a Federação Anarquista Francófona, a C.N.T.; as alternativas sociais, a renovação libertária atual... tudo isso forma um todo. Uma continuidade. Uma história a nenhuma outra comparável. Uma epopéia cujas rosas nunca murcharam.

## O caminho se faz caminhando

O fato de possuir tal história constitui uma vantagem segura para o movimento libertário desse fim de século.

É, com efeito, na duração que as coerências são avaliadas e julgadas. E esta do ideal libertário, sem qualquer dúvida, não se fez em um dia.

Nossa história, e é o que a torna viva e atual, sempre foi multivocal, a cem nuances e a mil tasteios.

Impossível, pois, referir-se a ela como a um catecismo, mitificá-la ou adulterá-la.

Neste sentido, é uma história que está em permanente porvir. Que se apóia sobre alguns grandes princípios e conjuga-os no único momento que vale, o da experimentação. Que será sempre inacabada.

Nosso ódio pelo capitalismo, pelo Estado, pelo reformismo, pelo eleitoralismo, pelos patrões, pelos curas, pelos militares, pelas vanguardas autoproclamadas, pelos pequenos marqueses da gestão do existente, pelas ditaduras cáquis ou vermelhas... forjou-se no fogo dos fatos e de sua repetição. Nossa paixão por uma liberdade dos outros ampliando aquela de cada um ao infinito é uma longa história de amor e desamor. Esse outro futuro que temos em nosso coração enraizou-se sempre na obsessão por um outro presente.

Nossa história (o que quer que pensem os historiadores e os integristas que nos prejudicam até em nossas fileiras), embora ela não esteja isenta de algumas páginas amareladas e datadas, tem de extraordinário o fato de se querer um grande livro aberto sobre as páginas brancas do presente e do futuro.

Nossa história, é claro, por já ter sido escrita, e de que maneira, permanecerá sempre... a viver!

Aqui, acolá ou algures, é comum dizer e ouvir dizer que os anarquistas não são pessoas ruins, mas que lhes falta cruelmente realismo. Justamente, falemos de realismo!

Desde o final do século XIX os anarquistas denunciam as quimeras dos socialistas reformistas da gestão do menos pior e o regime ditatorial dos pequeno-burgueses de um marxismo autoproclamado científico.

E o que fizeram os socialistas reformistas desde há um século e meio a não ser gerir o insuportável e o intolerável do capitalismo?

E o que fizeram os, por assim dizer, poços de ciência do marxismo a não ser fazer pior do que os piores capitalistas e outros fascistas da atualidade, a ponto de construir um fascismo vermelho, e favorecer, sobre seus tímulos, o crescimento de plantas venenosas do nacionalismo e do obscurantismo religioso?

O que fizeram toda essa gente e todas essas ideologias que sempre nos explicaram que o caminho mais curto conduzindo do intolerável à esperança socialista era... a linha curva?

150 anos de história estão aí para testemunhar seus fracassos.

E 150 anos de história estão aí para testemunhar a pertinência das chamadas “utopias anarquistas”!

Utopista quer dizer que durante a comuna de Paris...? Utopista quer dizer que, em 1917, todo o poder devia ir aos soviets? Utopista quer dizer que a liberdade e a igualdade não passam pelos impasses do gulag? Utopista quer dizer que o Estado é uma classe social “em si”? Utopista quer dizer que não se chega à liberdade e à igualdade senão pelo exercício da liberdade e da igualdade? Utopista quer dizer que não se pode fazer pior que o intolerável do momento e que não há qualquer interesse em acomodar-se a ele? Utopista quer dizer e demonstrar que a autogestão generalizada é possível e que funciona desde que gente como Franco, Lister, Trotski ou Lenin não venham destruir uma esperança em atos? Utopista quer dizer que o fim está contido nos meios?

Então, estamos de acordo!

Quem dos visionários ou outros precursores da nova educação, do direito ao aborto e à contraceção, da evidência de legar às gerações futuras uma Terra que não seja uma lixeira, da inabilidade de uma transformação reformista do intolerável, do inaceitável das ditaduras vermelhas... ou dos *harkis*\* socialistas e dos marxistas autoritários, diz respeito à utopia?

---

\* Harki: militar indígena da África do Norte que servia em uma milícia supletiva (uma harka) ao lado dos franceses.

Com toda certeza, fizemos as coisas progredirem na história dos seres humanos mais do que esses chefetes de todos os compromissos e de todos os comprometimentos.

Por isso, a memória dos vencidos, que parece ser a alma de nossa história, não se resume, talvez, senão em uma ausência de memória?

Esta obra, que gostaria que se dirigisse a um vasto público, não tem outra ambição senão aquela de dar a vocês vontade de conhecer mais!

Vocês o desejariam?

Esta sempre foi, é e será a questão!

Éditions du Monde Libertaire,  
*Jean-Marc Raynaud*

Éditions Alternative Libertaire,  
*Roger Noël*

HISTÓRIA  
DO  
ANARQUISMO

18 MARZ



ALL'AVVIA IN SECONDO  
L'AVVIA ANCHE L'AVVIA  
**LA CARMAGNOLE**

## Das recusas essenciais

**A** luta coletiva ou a luta isolada contra a autoridade define a própria essência do anarquismo, essa Autoridade podendo ser tanto o Estado (coação política) quanto o Capital (coação econômica) ou a Religião (coação moral). Assim, não nos surpreendemos quando vemos certos autores anarquistas descobrirem nas primeiras eras da humanidade os precursores do Anarquismo. A existência da Autoridade é, com efeito, inseparável da existência de todo grupo humano. A recusa da autoridade é um fenômeno muito antigo. Lao Tsé, seis séculos antes de Cristo, dizia em seu *Livro do Caminho e da Virtude*: “Quanto mais numerosos são os decretos, mais a plebe é pobre. Quanto mais leis há, mais ladrões existem”.

### Das origens a Proudhon

Prometeu, Satã, Jesus, Epíteto, Diógenes podem ser considerados como anarquistas? Segundo Ernest Armand,

Jesus de Nazaré é o tipo do Emancipador integral... É o Revoltado consciente, o incorruptível... Igualitário, ensina a seus discípulos que entre eles não há servidores nem amos. Libertário, lembra que o Espírito sopra onde quer e recomenda não chamar ninguém de “amo”.

De fato, querer integrar na “linhagem anarquista” todos os revoltados equivale a confundir a história da anarquia com a história da humanidade. Nessa perspectiva, as *jacqueries* e os movimentos populares (tais como o movimento comunal dos séculos X e XI ou a sublevação dos



o que quiseres”.

Os filósofos do século XVIII, Diderot, Voltaire, Jean-Jacques Rousseau... que contribuíram amplamente ao estremecimento e à ruína do Antigo Regime e desenvolveram as idéias de liberdade, justiça, igualdade, encontrariam um lugar de destaque na antologia desse anarquismo universal; igualmente Jean Meslier, cura de Etrépigny, de 1689 a 1729, que deixa em seu *Testamento* uma pintura da sociedade ideal:

Os homens deveriam todos igualmente possuir e desfrutar em comum de todos os bens e de todas as riquezas da terra... Se os homens comessem sabiamente entre si os frutos de seus trabalhos e de sua indústria, partilhassem igualmente os bens da terra, eles teriam suficientemente motivos para viver todos felizes e contentes... Assim, não haveria mais inquietação pelo necessário da vida, fim de processos, fim de ódios, fim de invejas, fim de ludíbrios, fim de roubos, fim de assassinatos, fim de latrocínio para tirar do próximo o que ele possui e que nos falta.

Na mesma ótica, certos grupos revolucionários dos anos 1793-1795 trabalharam pela realização de princípios tipicamente anarquistas. Em plena crise da primavera de 1793, os *Enragés*, com Jacques Roux e Varlet, combatem a Convenção, reclamam a taxaço e a requisiço dos gêneros de primeira necessidade, denunciam “o despotismo senatorial, tão terrível quanto o cetro dos reis”. Os *sans-culotte* reivindicam o direito à insur-

hussitas da Boêmia no século XV deveriam ser creditados ao ativo do espírito libertário.

Vários escritores mereceriam, então, o qualificativo de anarquista. E a célebre abadia de Thélème seria um dos locais memoráveis da anarquia, abadia onde toda a vida dos religiosos

era empregada não por leis, estatutos ou regras, mas segundo seu querer e franco arbítrio. Levantavam-se do leito quando bom lhes parecia, bebiam, comiam, trabalhavam, dormiam quando o desejo chegava-lhes... Em sua regra só havia este preceito: “Faz

reição, conseqüência extrema de uma soberania popular cara a Jean-Jacques Rousseau; para eles, “o soberano” são eles próprios.

Termo de insulto ou reconhecimento de uma força evidente, lançam-se, então, o termo “anarquista”, que figura em bom lugar na canção popular “Sermão de um honesto cura”.

## Os precursores

Mas a influência da Revolução francesa já se faz sentir nos países europeus, na Inglaterra, por exemplo, onde o jovem William Godwin entusiasma-se.

Para Godwin, cada homem traz consigo a razão; essa razão, idêntica em todos os indivíduos, substitui vantajosamente toda lei. Cada um é, pois, seu próprio legislador. Devem, por conseqüência, ser abatidas todas as forças que oprimem nossa razão: as instituições, de um lado, os instintos humanos que perturbam essa razão, de outro.

O reinado da Razão substitui desde logo o direito e as leis coatoras:

Enquanto a pessoa estiver presa nas redes da obediência, e acostumada a regular seus passos naqueles de outra pessoa, sua razão e sua inteligência permanecerão infalivelmente adormecidas. O reinado da Razão abolirá igualmente o Estado, o governo, mal absoluto, pois é a abdicação de nosso próprio juízo e de nossa consciência.

A razão elimina, enfim, a propriedade privada que “afoga a maioria dos homens em preocupações sórdidas”.

O Estado tendo desaparecido, a Sociedade subsiste contudo. “Nascida de nossas necessidades”, essa sociedade será fracionada em múltiplas pequenas paróquias onde os homens se ocuparão em pesquisas intelectuais. O trabalho manual será reduzido à sua mais simples expressão: meia hora por dia. As disputas entre particulares serão reguladas por um júri, e as disputas entre sociedades por assembleias nacionais; júri e assembleia aplicarão simplesmente os preceitos ditados pela razão.

É a violência que instalará essa era de ouro? De modo algum. O objetivo será alcançado pela educação mútua. Assim, conversações de homem

a homem trarão progressivamente o reinado da verdade, o esplendor de uma cidade liberada da morte. A Inglaterra, ao menos em seus salões e seus intelectuais, apaixonou-se pelas idéias de William Godwin. Wordsworth e Coleridge pensam em determinado momento em realizar na América a cidade maravilhosa descrita por Godwin. Para um público mais vasto em 1794, Godwin difunde, por sinal sob forma de romance, o essencial de suas teorias. Sua corajosa defesa de democratas britânicos, injustamente condenados, aumenta ainda mais o prestígio do escritor. Mas o esquecimento de Godwin e de suas idéias acompanha rapidamente a hostilidade que o povo inglês manifesta então contra a Revolução francesa. A partir daí o profeta torna a ser um homem. Ele que denunciou o casamento como a pior das leis, casa-se duas vezes! Pressionado pela necessidade, não cessa de escrever, humilha-se pedindo dinheiro, inclusive de Shelley, amante de sua filha Mary. E é sob o traje de um muito oficial porteiro do Ministério das Finanças que o ex-inimigo do Estado passa os quatro últimos anos de sua vida.

### **Max Stirner, o individualista (1806-1856)**

Johann Kaspar Schmidt nasceu em 25 de outubro de 1806, em Bayreuth, na Baviera. Muito cedo órfão de um pai fabricante de flautas, abandonado por sua mãe que tornou a casar-se, Johann conseguiu, contudo, realizar estudos universitários. Impressionados com a extensão de

#### **William Godwin (1756 - 1836)**

Nascido em 3 de março de 1756, no Condado de Cambridge, esse filho de pastor recebeu ainda criança uma educação muito austera. Nomeado pastor no Condado de Hertford, é então seduzido pela filosofia de Rousseau, Mably, Helvétius. Após ter abandonado o ministério religioso e desertado toda fé religiosa, publica em fevereiro de 1793 (a obra que consagra em toda a Inglaterra sua notoriedade): *Investigações relativas à justiça em política e sua influência sobre a virtude e a felicidade universal.*

sua frente (em alemão *stim*), seus discípulos colam-lhe o apelido que ele utiliza mais tarde como pseudônimo: *Stirner*.

Aos 28 anos, enfrenta o exame *pro facultate docendi*, mas não logra êxito na obtenção do título de doutor de Estado. Em Berlim, uma instituição privada para moças aceita os serviços desse jovem professor, viúvo após seis meses de casamento, e que vive naquele momento com uma mãe louca. À noite, após seus cursos, Stirner frequenta a taverna de Hip-pel, onde se reúne ruidosamente a “Liga dos Livres”. Segundo E. Armand:

Entre os Livres discutia-se de tudo e sobre tudo: sobre a política, sobre o socialismo, sobre o anti-semitismo, sobre a teologia, sobre a noção de autoridade.

Sob a fumaça dos longos cachimbos e no rumor das canecas de cerveja, Stirner, “tranquilo inimigo de toda coerção”, dizia Engels, sempre um pouco apartado do burburinho e dos gritos, não permanece insensível aos encantos de Maria Dänhardt, que se torna sua segunda esposa em 1843. Em 1844, Stirner publica um livro, seu único livro: *O Único e sua Propriedade*. De saída, é o triunfo. Mas logo sobrevém a miséria. A direção do instituto de moças julga oportuno afastar-se de um professor tão original. Trabalhos obscuros de tradução, a fundação de uma leiteria, que fracassa, não conseguem salvar Stirner das garras dos credores. Após dois anos na prisão, morre esquecido em 25 de junho de 1856.

É preciso aguardar os trabalhos do escocês educado na Alemanha, John Henry Mackay, ao final do século XIX, para que o nome e a obra de Stirner ressuscitem e assumam um lugar de destaque na história do anarquismo. *O Único e sua Propriedade* é, com efeito, segundo a expressão de Victor Basch, “a Bíblia do Anarquismo individualista ou do individualismo anarquista”. Como toda Bíblia, só revela seu segredo ao final de uma lenta meditação.

Inversamente a Feuerbach, que erige o Homem ou a Humanidade em absoluto, Stirner vê no eu individual, o eu em carne e osso, o supremo valor:

Por que preciso realizar o humano em geral? Minha tarefa é contentar-me em bastar-me. Sou Eu que sou minha espécie. Sou sem regra, sem lei, sem modelo.

Assim, é fundamental livrar o indivíduo de toda essa ganga de alienações que as Igrejas, as Leis, o Estado, a burguesia liberal, edificaram no decorrer dos séculos. Ao final da empresa purificadora, *O Único* vê como sua propriedade tudo o que se oferecia a ele; só reconhece um único direito: o direito a seu bem-estar.

A vida social só é possível e válida pela associação voluntária embasada em um contrato resilível. Essa associação de “egoístas” (ego=eu) proporcionará, com efeito, mais fruções e bem-estar do que uma vida solitária. O individualismo resulta assim no associacionismo livremente consentido.

Alguns dos grandes temas do anarquismo são pincelados com uma firmeza que o leitor não poderia esquecer.

## Proudhon, o filho do povo

Proudhon é o único teórico “socialista” oriundo da classe operária. Esse quinto filho de uma cozinheira e de um tanoeiro de Besançon conhece uma juventude difícil. Uma bolsa de externo no Collège de Besançon permite-lhe empreender seus estudos clássicos. Aos 18 anos, para sustentar sua família, deve trabalhar como tipógrafo, conhece o desemprego, busca trabalho de cidade em cidade, o que não o impede de aprender hebreu, nem de estudar a Bíblia, a teologia, a lingüística. Aos 29 anos obteve seu *baccalauréat*\*. Uma bolsa alocada pela Academia de Besançon permite-lhe ir para Paris, onde segue os cursos do Collège de France e da École des Arts et Métiers.

Em 1839, publica sua primeira obra *De la célébration du dimanche*. Em 1840, *Qu'est-ce que la Propriété?* torna-o célebre no mundo inteiro. Karl Marx não hesita em escrever em *A Sagrada Família* que essa obra “tem para a economia social moderna a mesma importância que a obra de Sieyès, *Qu'est-ce que le Tiers-État?*, para a política moderna.” Seu livro é o manifesto científico do proletariado francês.

---

\* Baccalauréat: diploma ao final do curso secundário que possibilita o ingresso na universidade. (N.T.)

### Excertos de *O Único e sua Propriedade*

Deus e a humanidade não puseram sua causa em outra coisa senão neles próprios. Da mesma forma, ponho minha Causa em mim mesmo, eu que, tanto quanto Deus, sou o nada de todos os outros, eu que sou meu tudo, eu que sou o Único. O que é bom, o que é mau? Sou eu mesmo minha Causa, e não sou nem bom nem mau. Nem um nem outro tem um sentido para mim.

O divino é a Causa de Deus; o humano é a causa do homem. Minha causa, não é nem o divino nem o humano, ela não é o Verdadeiro, o Justo, a Liberdade etc... ela é apenas o Meu; não é geral, é Única, como sou Único.

Para mim, não há nada acima de Mim.

. . .

O Estado só tem um objetivo, limitar, atar, subordinar o indivíduo, sujeitá-lo à coisa geral; ele só dura enquanto o indivíduo não tem sua plenitude e é apenas a expressão limitada de meu eu, minha limitação, minha escravidão...

O Estado quer fazer algo dos homens, e por isso o homem é no Estado algo de artificial, de fabricado...

. . .

O partido não é nada além de um Estado no Estado, e nessa colmeia menor a "paz" deve reinar bem como na maior... Não é contra o Estado, mas contra o indivíduo que vêm chocar-se e quebrar-se todos os partidos... Mas os seres únicos pertencendo-se exclusivamente são um partido? Como poderiam pertencer-se exclusivamente se eles pertencessem a um partido?

Julgado pelo Tribunal de Doubs por tripla acusação de ataques contra a propriedade, incitação ao ódio e ultraje à religião, sua absolvição não o salva das dificuldades financeiras. Deixa Paris e segue para Lyon, onde seus amigos, os irmãos Gauthier, oferecem-lhe um emprego em sua empresa de transportes. Freqüenta revolucionários "mutualistas", publica em 1843 *La Création de l'Ordre dans l'Humanité* e, em 1846, *Sistema das Contradições Econômicas* ou *A Filosofia da Miséria*. Esta última obra acarreta a ruptura entre Proudhon e Karl Marx.

De volta a Paris, Proudhon dirige, fins de 1847, o jornal *Le Peuple*. É eleito deputado na Assembléia Constituinte de 1848. Desenvolve na tribuna da Assembléia uma proposta de lei que amplia seu primeiro projeto:

- que os proprietários consintam a redução durante três anos de um terço do montante dos aluguéis e dos arrendamentos devidos pelos desempregados.

- Para reanimar a vida econômica, ele reivindica, com efeito, a gratuidade da circulação dos capitais. Por 691 votos contra dois, uma ordem do dia condena o projeto de lei como “um atentado odioso aos princípios da moral”. O próprio Louis Blanc vota com a maioria. Só o *canut*\* lionês Greppo junta sua voz àquela de Proudhon.

Em novembro de 1848, Proudhon é um dos trinta opositores à Constituição, votada por 739 votos. Em março de 1849 ele é condenado a três anos de prisão por ofensa ao Presidente da República (de 7 de junho de 1849 a 4 de junho de 1852) e encarcerado em Sainte Pélagie. Lá escreve *Confessions d'un révolutionnaire, L'idée générale de la Révolution au XIXe siècle* e *La Philosophie du Progrès*. Durante sua permanência em

\* Canut: tecelão da seda em Lyon (N.T.)

### Pierre-Joseph Proudhon

(15 de janeiro de 1809 - 19 de janeiro de 1865)

Todos os teóricos libertários não cessaram de reivindicar Proudhon como seu inspirador, de ver nele o verdadeiro pai da Anarquia. “Mas”, observa Jean Maitron, “a riqueza, a complexidade e, inclusive, as contradições de seu pensamento são tais que os grupos mais diversos apelaram ao seu patronato. Independentemente dos anarquistas, alguns monarquistas, sindicalistas puderam reivindicar (com ou sem razão) Proudhon”. Embora evocando a vida de Proudhon, é importante apreender muito bem a originalidade da doutrina proudhoniana, perceber em que sentido esse pensamento foi a primeira expressão da doutrina anarquista.



*Proudhon e suas filhas*, por Gustave Courbet.

Sainte Pélagie, casa-se com uma jovem e pobre operária; ao lado de Euphrasie Piégard, Proudhon não cessará de experimentar as alegrias tranqüilas de uma vida familiar feliz immortalizada pelo quadro de Gustave Courbet, *Proudhon e suas filhas*.

Vendo em Louis-Napoléon apenas um “infame aventureiro, filho adúltero da filha de Joséphine, filho e neto de prostitutas, inepto, incapaz...”, ele não é, contudo, incomodado ao sair da prisão. Mas em 1858 seus quatro volumes intitulados *De la Justice dans la Révolution et dans l'Église*, valem-lhe novos processos. É condenado a três anos de prisão e 4.000 francos de multa. Foge para a Bélgica, instala-se em Bruxelas sob o nome de Dürfort, professor de matemática, em companhia de sua mulher e suas filhas. Em condições difíceis, continua seu trabalho de reflexão, e publica, em 1861, *La Guerre et la Paix*. Beneficiando-se de uma anistia, retorna à França, instala-se em Passy e, antes de sua morte (1865),

encontra a coragem de redigir dois importantes livros: *Do Princípio Federativo e da necessidade de reconstituir o partido da Revolução* e *Da capacidade Política das classes operárias*.

## A doutrina política

Proudhon quer antes de tudo emancipar e regenerar o operário pela recuperação de seus instrumentos de produção. É, pois, inimigo do capital, adversário do Estado, hostil a todo poder.

A denúncia do reinado da Autoridade é uma das constantes do pensamento proudhoniano, sobretudo nos anos que vêem a ascensão e a implantação do regime bonapartista (1850-1855). Escreve Proudhon em *O que é a propriedade?*:

Contam que um burguês de Paris do século XVII, tendo ouvido dizer que em Veneza não havia rei, esse senhor ficou completamente estupefato e pensou morrer de rir ao tomar conhecimento de algo tão

### Contemporâneos libertários de Proudhon

- **Anselme Bellegarrigue:** nasceu entre 1820 e 1825 no sudoeste da França. Visita a América do Norte; participa em 1848 da derrubada da Monarquia de Julho; cria em 1850 *L'Anarchie, journal de l'ordre* desprovido de leitores.
- **Ernest Coeurderoy (1825-1862):** filho de um médico borguinhão republicano; interno dos hospitais de Paris; republicano, socialista, anarquista. Após 1849, leva uma vida errante pela Europa. Difunde sobre a fraternidade dos povos e contra a autoridade, múltiplas obras, dentre as quais, *Hurrah!!! Ou a Revolução pelos Cossacos*.
- **Joseph Déjacque (1821-1867):** socialista internacionalista emigrou para Londres, depois para os E.U.A.; redige *Le Libéraire*; evoca um comunismo anarquista.

ridículo. Tal é o nosso preconceito: todos, enquanto existimos, desejamos um chefe ou chefes.

A seus jovens leitores, que reconhecem nele um republicano, Proudhon não hesita em responder:

Sou anarquista... Acabais de ouvir a minha profissão de fé séria e longamente refletida; conquanto muito amigo da ordem, eu sou, com toda a força do termo, anarquista.

A anarquia, portanto, nada tem a ver com a desordem ou o caos. A anarquia “forma de governo da qual nos aproximamos todos os dias”, essa “ausência de amo, de soberano” é, será o resultado da evolução das sociedades: à medida que ocorrerem progressos da reflexão, da observação, da ciência, o homem acabará por compreender que

reis, ministros, magistrados e povos, como vontades, nada são para a ciência e não merecem qualquer consideração.

Assim,

a autoridade do homem sobre o homem está em razão inversa do desenvolvimento intelectual ao qual essa sociedade chegou.

Desse modo, fim das leis;

não reconheço nenhuma; protesto contra toda ordem que agrada a um poder sustentar a necessidade de impor-se a meu livre arbítrio. Leis! Sabemos o que elas são e o que valem. Teias de aranhas para os poderosos e os ricos; cadeias que nenhum aço poderia cortar, para os pequenos e os pobres; redes de pesca nas mãos do Governo.

Além do mais, a abundância, a inflação permanente de leis votadas pelas sucessivas assembléias permitem a alguém se localizar em semelhante “labirinto”? Sobretudo, o modo de confecção das leis impede todo cidadão consciente conceder-lhe o menor crédito que seja:

A lei foi feita sem a minha participação... O Estado não trata absolutamente comigo; ele nada permuta; extorque-me. A recusa das leis conduz naturalmente àquela da justiça feita pela sociedade.

Só o homem tem o direito de julgar... A justiça é um ato da consciência, essencialmente voluntário; ora, a consciência não pode ser julgada, condenada ou absolvida senão por si mesma.

Isso implica a supressão total e definitiva dos tribunais.

Quanto ao sufrágio universal, este é incapaz de discernir os mandatários preocupados com os interesses do povo! O povo, “tal como revela-se no fórum, nas urnas do escrutínio”, é, com efeito, incapaz de reconhecer os mais virtuosos e os mais capazes; a escolha de Louis-Bonaparte é, em relação a isso, edificante. E, sobretudo,

por que eu precisaria de mandatários, tanto quanto de representantes? E, visto que devo precisar minha vontade, não posso exprimi-la sem o auxílio de quem quer que seja?

Tendo feito tábula rasa da Autoridade exprimida pelo Estado, pela Igreja ou pelo Capital, Proudhon entrevê sob os raios da Justiça, “astro central que governa todas as sociedades”, as grandes características da sociedade futura surgida da revolução social. O sistema federativo é para ele a única síntese válida entre a autoridade e a liberdade. No federalismo, o livre contrato substitui-se, com efeito, às leis impostas:

Quem diz liberdade, diz federação, ou não diz nada. Quem diz república, diz federação, ou não diz nada. Quem diz socialismo, diz federação, ou ainda não diz nada.

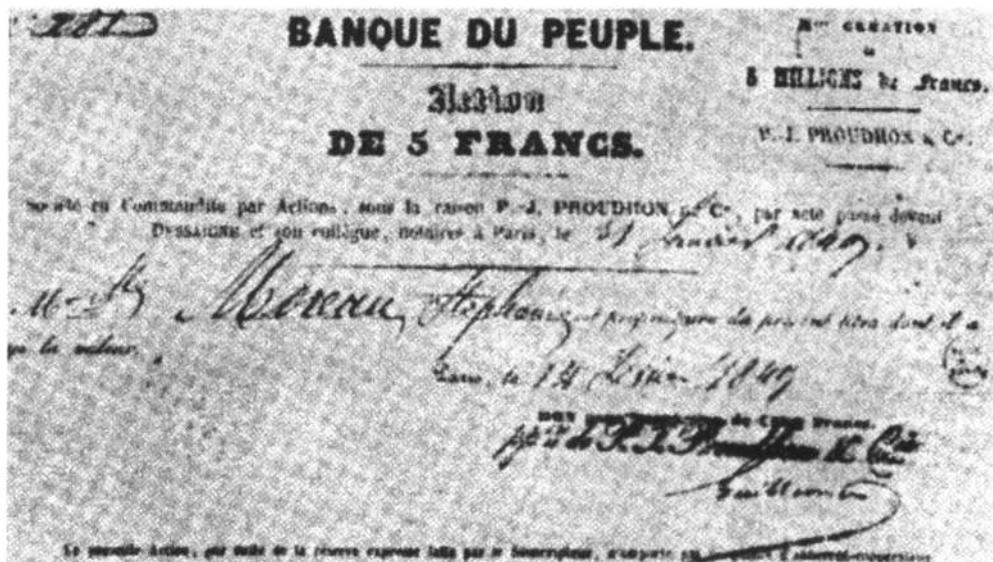
O federalismo político, ao eliminar a razão de Estado, limita o poder central em proveito dos grupamentos e poderes locais; realiza, assim, a necessária descentralização. Descentralização tanto mais exitosa quanto mais reduzidos forem os grupamentos ou Estados federados.

No plano econômico, Proudhon vê a liberação dos produtores e dos consumidores com o advento do *mutualismo*, *mútuo* sendo sinônimo de “recíproco”, “reciprocidade”. A organização do trabalho deve operar-se fora do poder e sem recorrer ao capital.

A oficina deve substituir o governo. O cidadão sucedeu ao homem honesto, o produtor vai suceder ao cidadão.

Aqui os trabalhadores agem por sua própria iniciativa, certos de perceberem salários justos, seguros de consumir produtos que oferecem toda garantia. A fim de abolir “a realeza do dinheiro” e criar “a igualdade entre os produtos”, Proudhon dedica-se em vão a fundar um banco de troca, depois um Banco do Povo, utilizando, no lugar do numerário, bilhetes de crédito ou bônus de trabalho, e praticando a gratuidade dos empréstimos ou do desconto.

Graças a essas estruturas originais, o poder parte doravante de baixo; o governo ou comissão executiva central (sempre revogável) é eleito por uma delegação legislativa escolhida pelos grupos locais. O indivíduo torna-se o único senhor de sua existência. O acordo do interesse de cada um com o interesse de todos realiza a Revolução.





### O TEMÍVEL PROUDHON

Trazido das florestas da Hircânia, o mesmo que se nutre de proprietários vivos, que come os oficiais de justiça e outros objetos mais duros, e que será desamordaçado nesta única apresentação. Caricatura de Cham em *Assemblée Nationale Comique*, de Auguste Lireux, 1850.

### Uma acusação impiedosa

Ó personalidade humana! Como é possível que durante sessenta séculos tenhas estagnado nessa abjeção? Tu te dizes santa e sagrada, e não és senão a prostituta, infatigável, gratuita de teus laçaios, de teus monges e de teus mercenários. Tu o sabes, e sofres por isso! Ser GOVERNADO é ser vigiado, inspetado, espionado, dirigido, legiferado, regulamentado, acantonado, doutrinado, evangelizado, controlado, estimado, apreciado, censurado, comandado, por seres que não têm nem o título, nem a ciência, nem a virtude... Ser “governado” é ser a cada operação, a cada transação, a cada movimento, anotado, registrado, recenseado, tarifado, selado, tosado, cotado, cotizado, patenteado, licenciado, autorizado, apostilado, admoestado, impedido, reformado, reprimido, corrigido. É, sob pretexto de utilidade pública e em nome do interesse geral, ser utilizado, modelado, extorquido, explorado, monopolizado, achacado, espremido, mistificado, roubado; depois, à menor resistência à primeira palavra de queixa, reprimido, multado, vilipendiado, vexado, perseguido, brutalizado, abatido, desarmado, garroteado, aprisionado, fuzilado, metralhado, julgado, condenado, deportado, sacrificado, vendido, traído, e, por cúmulo, ridicularizado, enganado, ultrajado, desonrado. Eis o governo, eis sua justiça, eis sua moral! E pensar que há entre nós democratas que sustentam que o governo tem seu lado bom; socialistas que defendem, em nome da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade, essa ignomínia; proletários que se candidatam à presidência da República! Hipocrisia!

Pierre-Joseph Proudhon

*Idee Générale de la Révolution au XIXe siècle.*



Bakunin discursando em Basiléia, 1869,  
durante o Congresso da Primeira Internacional.

# Bakunin e a Primeira Internacional

## Os primeiros congressos

A Associação Internacional dos Trabalhadores foi constituída em Londres durante o *meeting* de Saint Martins Hall, em 29 de setembro de 1864. Ela realiza seu primeiro congresso em Genebra, de 3 a 8 de setembro de 1866. Na ausência de Marx, a influência dos proudhonianos franceses é preponderante; estes últimos vêm na extensão do “mutualismo” a chave da emancipação operária; querem fundar a troca pela “organização de um sistema de crédito mútuo e gratuito”; recusam-se a destruir a sociedade existente por greves ou pela revolução, mas querem apenas ordená-la.

No Congresso de Lausanne (2 a 8 de setembro de 1867) os proudhonianos reconhecem que “a emancipação social dos trabalhadores é inseparável de sua emancipação política”. Todavia, na França, as perseguições engajadas pelo governo imperial contra a seção parisiense da Internacional, presidida por Tolain, resultam na dissolução da Comissão parisiense. Eugène Varlin, eleito para o segundo *bureau* da seção francesa, aderiu às concepções dos coletivistas antiestatistas ou comunistas não-autoritários. Sua influência suplanta assim as teses “mutualistas” de Tolain.

O Congresso de Basiléia (5 a 12 de setembro de 1869) confirma as afirmações precedentes. Seria o declínio do proudhonismo ou, então, a tomada de consciência dos proudhonianos, doravante convictos da inelutável ligação entre revolução social e revolução política? O congresso conclama enfim os trabalhadores a “dedicar-se ativamente para criar sociedades de resistência nos diferentes corpos de ofícios”. Essas socie-

dades de resistência ou sindicatos são, contudo, para Eugène Varlin, uma alavanca, um método de educação, uma escola de combate rumo à Revolução.

As idéias de Marx prevalecem de uma certa maneira. “Os senhores parisienses tinham a cabeça repleta das frases mais vazias de Proudhon; falam de ciência e nada sabem.” Entretanto, o conflito coletivismo autoritário contra mutualismo anarquizante transforma-se agora em duelo entre Marx e Bakunin.

### **Bakunin, o revolucionário (1814-1876)**

“Bakunin e a revolução confundem-se”, diziam. “Os anarquistas o reivindicam”, escreveram. E. Kaminski tem sem dúvida razão quando afirma:

Há, sem dúvida, poucos homens que se tenham tornado anarquistas unicamente porque leram as obras de Bakunin (inversamente aos marxistas para os quais o conhecimento da doutrina de Marx é com freqüência primordial). Os anarquistas encontram-no em seu caminho, e não precisam deixar-se convencer por ele, reconhecem-se de imediato nele. Encontram nele seu ideal: o homem de ação que está perpetuamente em ação. E eis seu precursor! A história do encontro de um anarquista com Bakunin morto ou vivo é sempre a mesma. Paixão arrebatadora. Sua coincidência teórica é apenas posterior.

Efetivamente, a biografia de Bakunin revela a história de uma força da natureza pouco comum.

Mikhail Bakunin, nascido em 8 de maio de 1814, é o terceiro filho de uma família de nobres liberais russos retirados para os seus domínios após o fracasso do movimento decembrista de 1825. Seu pai, senhor que reina sobre mil “almas”, envia-o à Escola de Artilharia de São Petersburgo. Após ter pedido baixa do exército, vai para a Universidade de Moscou, frequenta os “ocidentais” e os “eslavófilos”, lê Fichte, Kant, Hegel, conserva por sua irmã Tatiana um amor intenso. Aos 26 anos, parte para Berlim a fim de lá se preparar à carreira de professor universitário. A



filosofia alemã revela-lhe a face da revolução e, portanto, seu próprio destino. Em 1842, está em Dresden e freqüenta a nobreza saxã; lê os teóricos socialistas franceses. Vigiado pela polícia, vai para a Suíça, detém-se por um momento em Zurique e Berna, mas sempre vigiado, parte para a Bélgica, depois vai para Paris, onde se instala em julho de 1844. Ali freqüenta os democratas e os socialistas; discute noites inteiras com Proudhon; declara-se publicamente solidário com os poloneses subjugados pelo regime czarista e recusa-se naturalmente a obtemperar ao ucasse que lhe ordenava que retornasse à Rússia.

1848! A Revolução eclode por toda a Europa. Em Paris, Bakunin lança-se em todas as frentes. “Que homem! Que homem!”, diz o chefe de polícia Caussidière. “No primeiro dia da Revolução, ele faz maravilhas, mas no segundo, é preciso fuzilá-lo. É que, com efeito, na revolução essa “festa sem começo e sem fim”, Bakunin é “como um ébrio”, vendo todo mundo e não vendo ninguém. Entusiasmo, exaltação... Lucidez, também, pois Bakunin compreende que “se a realeza não desaparecer completamente da superfície da Europa” a Revolução perecerá.

## Barricadas e prisão

Bakunin fomenta, então, o projeto de sublevar a Polônia. Feliz por livrar-se de tal personagem, o governo francês entrega-lhe dois mil francos. Sozinho com a sua chama revolucionária, Bakunin parte para o leste. Na Alemanha, encontra Karl Marx. Vigiado pela polícia prussiana, segue para a Boêmia onde espera rebelar o exército que permaneceu fiel ao imperador da Áustria. Vã esperança. As tropas do general Windischgraetz esmagam as barricadas de Viena e aquelas de Praga, nas quais Bakunin lutou bravamente.

Seus fracassos não o abatem, bem como as calúnias difundidas pela *Neue Rheinische Zeitung*, revista de Marx designando Bakunin como um agente a soldo da Rússia; calúnias que a redação deverá, por sinal, desmentir pouco depois. Expulso da Prússia e de Saxe, Bakunin lança seu célebre *Apelo aos Eslavos*, primeiro documento que preconiza a constituição em Estados dos Eslavos não-russos, enquanto Engels e Marx ainda afirmam:

Povos que nunca tiveram história... que não têm nenhuma vitalidade, jamais alcançarão qualquer independência.

No início de maio de 1849, em Dresden, erguem-se barricadas para deter os prussianos. Ao lado de Richard Wagner, Bakunin está uma vez mais com os insurretos. Seu título de ex-oficial dá-lhe um posto no estado-maior insurrecional. Mas o romantismo nada pode contra as tropas aguerridas de Frederico Guilherme. Os prussianos prendem Bakunin, condenam-no à morte, entregam-no aos austríacos, que o condenam à forca, depois, entregam-no, enfim, aos russos (maio de 1851).

Ei-lo, aos 37 anos, cativo do czar Nicolau I. Encerrado na velha fortaleza Pedro e Paulo, em São Petersburgo, vê entrar em sua cela, dois meses mais tarde, o conde Orloff, ministro do Interior. O visitante incita o prisioneiro a endereçar ao czar uma “confissão escrita”. Após reflexão, Bakunin aceita e põe-se a redigir um longo e curioso documento; as frases de humilhação em relação a “Vossa Majestade Imperial, Mui Graciosa Majestade” mesclam-se às descrições de uma Rússia amedrontada onde tudo é opressão e ao relato da epopéia revolucionária da Europa.

Esse arrependimento fictício não tem realmente por objetivo senão a obtenção do fim do pavoroso isolamento no qual Bakunin é mantido. É apenas em fevereiro de 1857 que Alexandre II consente comutar o encarceramento em deportação perpétua na Sibéria. O cativo ali permanece quatro anos; foge pelo Japão, San Francisco e Nova York. No final de dezembro de 1861, encontra-se em Londres junto a seu velho amigo, o escritor Alexandre Herzen, que publica o célebre jornal *Kolokol* (O Sino) preconizando um regime republicano e socialista. E é de novo a aventura!

Em 1863, Bakunin viaja para a Suécia com a esperança de lá alcançar a Polônia para apoiar a insurreição que ribomba. Após o insucesso desta última, estabelece-se na Itália e pensa um projeto de revolução radical. Em setembro de 1868, funda a “Aliança Internacional da Democracia Socialista” que afirma querer “antes de tudo a abolição definitiva e inteira das classes e a igualização política, econômica e social dos indivíduos dos dois sexos”. Os irmãos Reclus, Jules Guesde, Benoît Malon, Ferdinand Buisson, Victor Dave, Alfred Naquet, James Guillaume... são membros dessa Aliança que reconhece que todos os Estados políticos e autoritários atualmente existentes deverão desaparecer na união universal das livres federações tanto agrícolas quanto industriais.

Desde julho de 1868, Bakunin adere à Associação Internacional dos Trabalhadores como membro da Seção Central de Genebra. Em 28 de julho de 1869, o Conselho Geral, instalado em Londres, admite como seção aderente aquela da Aliança da Democracia Socialista de Genebra.

Essa adesão (e Marx o pressentia) não deixaria de relançar as controvérsias que já se haviam manifestado entre marxistas e proudhonianos.

## As idéias de Bakunin

Todas as concepções do anarquismo resumem-se em Bakunin em uma palavra: *Liberdade*. É verdade, a destruição total da sociedade existente é o primeiro ato para fundar o novo mundo. É verdade, a única forma de organização é a livre federação das comunas, das regiões, dos países e dos povos. Mas a Liberdade não poderia sofrer nenhum cons-

trangimento. Uma ditadura revolucionária, mesmo provisória, não pode, pois, ser considerada. Teórico da anarquia positiva, Bakunin rejeita totalmente toda autoridade bem como todo poder:

Rejeitamos toda legislação, toda autoridade e toda influência privilegiada, patenteada, oficial e legal, mesmo emanada do sufrágio universal, convictos de que ela jamais poderia orientar-se senão em proveito de uma minoria dominante e exploradora, contra os interesses da imensa maioria subjugada.

Eis por que Bakunin não hesita em escrever:

A verdadeira unidade da Internacional... está nas aspirações comuns e no movimento espontâneo das massas populares de todos os países, e não em um governo qualquer que seja, nem em uma teoria política uniforme, imposta por um Congresso geral a essas massas...

Pergunto-me como ele [Marx] faz para não ver que o estabelecimento de uma ditadura universal coletiva ou individual, de uma ditadura que faria, de certo modo, o trabalho de um engenheiro-chefe da revolução mundial, regulando e dirigindo o movimento insurrecional das massas em todos os países como se dirige uma máquina, que o estabelecimento de tal ditadura bastaria por si só para matar a revolução, paralisar e falsear todos os movimentos.

A liberdade exige, portanto, a luta contra toda autoridade: estatista, religiosa, intelectual, moral, econômica, social, militar. O Estado! O que ele representa? A resposta de Bakunin é clara:

A soma das negações das liberdades individuais de todos os seus membros; ou então, aquela dos sacrifícios que todos os seus membros fazem, renunciando a uma porção de sua liberdade em proveito do bem comum... Assim, lá onde começa o Estado, cessa a liberdade individual e vice-versa... O Estado sempre foi o patrimônio de uma classe privilegiada qualquer: classe sacerdotal, classe nobiliária, classe burguesa, classe burocrática... O Estado é a autoridade, a dominação e o poder organizado das classes possuidoras e pretensamente esclarecidas sobre as massas.

Deus!

Aquele que quer adorar Deus deve, sem se fazer pueris ilusões, renunciar bravamente à sua liberdade e a à sua humanidade.

Qual é, com efeito, a essência da religião? A resposta é clara:

o empobrecimento, o aniquilamento e a subjugação, sistemáticos, absolutos da humanidade em proveito da divindade.

A liberdade também exige a igualdade e a justiça. Convém trabalhar para o triunfo de uma organização social que garanta a cada ser humano, homem ou mulher, felizes e fáceis condições de existência, de educação, de bem-estar. Meios pacíficos não poderão abater a coalizão dos privilégios e dos interesses estabelecidos; a ação política não pode ser considerada. Se é verdade que

os revoltados mais furibundos, quando se encontram na massa dos governados, tornam-se conservadores excessivamente moderados assim que ascendem ao poder, uma câmara eleita, um parlamento burguês está condenado a nunca fazer outra coisa que legiferar sobre a escravidão do povo e votar todas as medidas que terão por objetivo eternizar sua miséria e sua ignorância.

Deve-se, então, admitir a via revolucionária, organizar a revolução que “só poderá se fazer, em última instância, pelo povo”, revolução cujo incêndio deve arder todos os Estados do mundo, revolução de certo modo natural visto que o mito de Adão e Eva ensina que, diferentemente dos outros animais, o homem é dotado de “duas faculdades preciosas: a faculdade de pensar e a faculdade, a necessidade de revoltar-se”.

## **A influência de Bakunin no seio da Internacional**

A oposição dos coletivistas partidários da propriedade coletiva e dos mutualistas partidários da propriedade individual e da livre associação sob

forma contratual e federativa, essa oposição encontra-se reforçada pela adesão de Bakunin à Internacional.

No Congresso de Basiléia, em 1869, a quase totalidade dos delegados, dentre os quais Bakunin, pronunciou-se pela propriedade coletiva. Mas duas correntes distintas esboçam-se: uma representada pelos socialistas ingleses, alemães, suíços alemães escolhe com Marx o comunismo de Estado, ao menos temporariamente. A outra reúne os belgas, com César de Paepe, os espanhóis, uma grande parte dos franceses, em torno de Eugène Varlin, e os suíços românicos com Bakunin. Esse segundo grupo reivindica naquele momento o título de *coletivistas* para diferenciarse dos *comunistas*.

Um segundo ponto diferencia os dois grupos: como organizar a Internacional? Os *comunistas* pregam a instalação de uma rigorosa centralização, os *coletivistas* reivindicam a completa autonomia das seções.

A influência de Bakunin dissemina-se solidamente em todas as seções italianas. Suas viagens em companhia de Antonia, sua mulher (desposada na Sibéria), conduziram-no, com efeito, a Florença, Nápoles, à ilha de Ísquia. Um de seus discípulos, Giuseppe Fanelli, ex-garibaldino, funda na Espanha as seções de Barcelona e Madri.

## Na Suíça

Mas é sobretudo no Jura suíço que as idéias de Bakunin encontram um eco favorável. A questão social é particularmente aguda no cantão de Neuchâtel, onde a relojoaria assegura um trabalho pouco remunerador aos artesãos das cidadezinhas de La Chaux-de-Fonds, do Locle, de Saint-Imier. Constantin Meuron, fugitivo de uma fortaleza prussiana, James Guillaume, exercem ali uma influência não negligenciável. Entre Guillaume e Bakunin estabelece-se muito rápido uma sólida amizade.

Ora, em Genebra, a seção da Aliança da Democracia Socialista, fundada por Bakunin, não pôde fazer-se admitir no seio da Federação das seções românicas, ainda que o Conselho Geral da Internacional tivesse enfim aceitado a adesão dessa Aliança. Em 4 de abril de 1870, o Congresso regional de La Chaux-de-Fonds ou Congresso da Federação Ro-

mãnica vê operar-se uma cisão entre os minoritários, quer dizer, os genebres hostis à Aliança e os majoritários ou seções do Jura, que apóiam a Aliança e constituem desde logo com ela uma federação dissidente que assumirá no outono de 1871 o nome de Federação Jurassiana.

Os dissidentes opõem-se aos minoritários em relação a uma questão essencial: a ação política é, sim ou não, um meio de emancipação? Considerando “que toda participação da classe operária à política burguesa governamental só pode ter como resultado a consolidação da ordem de coisas existentes, o que paralisaria a ação revolucionária socialista do proletariado”, os jurassianos recusam-se a pensar a transformação social “por meio das reformas políticas nacionais” e querem criar as federações de corpos de ofício.

De 17 a 23 de setembro de 1871, o Congresso de Londres decide que a ação política é uma obrigação e convida os dissidentes bakuninistas do Jura a juntar-se à Federação de Genebra ou a constituir-se como federação autônoma. Os jurassianos organizam então o Congresso de Sonvillier, no Jura bernês, em 12 de novembro de 1871. Esse Congresso reúne oito seções montanhesas, membros da democracia socialista naquele momento já dissolvida, e comunialistas parisienses refugiados na Suíça, tais como Jules Guesde, Lefrançais, Benoît Malon; Bakunin, instalado em Locarno, não assiste ao Congresso que dá oficialmente origem à Federação Jurassiana. Federação que, de saída, afirma a autonomia da base porquanto seu Comitê Federal

não está investido de qualquer autoridade. Ele simplesmente desempenha o papel de *bureau* de informação de correspondência e estatística. As seções, ao entrar na federação, conservam sua autonomia absoluta... O presente estatuto é revisável todo o tempo, a pedido de uma seção.

Em 1872, o Conselho Geral londrino da Internacional denuncia o espírito anarquista em uma circular privada difundida em todas as seções nas quais os opositores não querem ver senão “a arma habitual do sr. Marx, um monte de imundícies”.

O 5º Congresso da Internacional realiza-se, então, em Haia, de 2 a 7 de setembro de 1872. Os jurassianos participam com o objetivo de soli-



**James Guillaume**  
(1844 - 1916)

Ele é seguramente o principal ator da história da Federação Jurasiana. Filho de um conselheiro de Estado e jovem professor no Locle, foi demitido de suas funções por causa de suas atividades locais na A.I.T. e de suas opiniões religiosas pouco ortodoxas; estabeleceu-se em Neuchâtel, onde permanecerá até 1878, trabalhando de início na tipografia familiar, depois vivendo de traduções e aulas. Durante nove anos redigirá os jornais da Internacional no Jura...

Sua fé na revolução implica um ascetismo na vida cotidiana, uma moral muito puritana; ancorado na realidade de seu país e de seu tempo, ele sabe que o que propõe não tem valor universal, que a revolução não tem muita chance na Suíça e que é lá, contudo, que se deve dar a maior atenção. Com os homens de sua facção, desempenhará sempre o papel de mediadores e moderadores, recusando o qualificativo de anarquista, que ele acha extremista e ofensivo, ao qual prefere aquele mais explícito de coletivista.

Marianne Enckell

*La Fédération Jurassienne*, pp. 23-24.

citar “a abolição do Conselho Geral e a supressão de toda autoridade na Internacional”. Todavia, na ausência dos italianos, que se recusam a deslocar-se a uma cidade tão distante, os amigos de Marx detêm uma sólida maioria. Todos os apelos dos minoritários em favor da autonomia federativa permanecem, portanto, sem eco. A autoridade do Conselho Geral é mantida. E, após um animado debate, vota-se a transferência da sede do Conselho Geral de Londres para Nova York.

Os marxistas pensam assim conservar mais facilmente um poder que os anarquistas podiam ameaçar; os reformistas ingleses e os blanquistas abandonam o Congresso. E, por 27 votos contra 7 e 8 abstenções, o Congresso pronuncia a exclusão de Bakunin seguida daquela de James Guillaume. A vitória de Marx é, contudo, uma vitória ainda problemática. A Associação Internacional dos Trabalhadores encaminha-se para sua dissolução. A aspiração à unidade do mundo socialista e operário, a originalidade e as preocupações divergentes dos meios nacionais revelam-se naquele momento inconciliáveis.

De um lado, um socialismo de Estado, embasado na autoridade, projetando a ditadura do proletariado, conclamando os socialistas a conquistar as engrenagens do Estado. Do outro, o ódio pelo Estado, o desejo de ver surgir em seu lugar uma sociedade federal com base em comunas livres e associações de produtores. Aqui, a autoridade; acolá, uma cooperação voluntária. Na Espanha, na Itália, na Bélgica, os internacionalistas desposam as teses libertárias, às quais se junta igualmente uma parte dos franceses. Ingleses e suíços, mais reservados, inclinam-se também para as idéias bakuninistas. Quanto aos alemães, eles acompanham Marx. Mas é verdade que o fracasso da Comuna de Paris e a repressão que se segue desferiram um golpe severo contra as esperanças revolucionárias.

## **Uma influência inquestionável na Comuna de Paris**

A propaganda oficial dos versalheses esforçou-se para pintar a Comuna como uma conspiração fomentada do estrangeiro por aventureiros instalados em Londres. Ora, em 4 de setembro de 1870, o Comitê Central

da Internacional dirige aos operários franceses uma advertência contra toda “insurreição prematura”.

A Comuna só durou setenta e três dias: 18 de março a 28 de maio de 1871. Todavia, ela tentou inscrever na realidade, por uma série de medidas administrativas, econômicas, políticas, o essencial das teorias proudhonianas. Em 23 de março de 1871, o Comitê Central define seus objetivos:

a autonomia comunal, o fim do princípio de autoridade, a liberdade, a solidariedade, o crédito, a associação... em resumo, a revolução comunal, base da revolução social.

No dia seguinte às eleições (legais, visto que o apelo ao sufrágio universal foi contra-assinado pelos prefeitos dos *arrondissements* parisienses e aprovado por Thiers, chefe do poder executivo) a Comuna instala-se em 28 de março de 1871. Beslay, amigo de Proudhon, pronuncia o discurso de inauguração.



Federados na Place de Clichy, em 18 de março de 1871.

Nos dias 19 e 20 de abril, a Declaração ao povo francês expõe o programa da Comuna. Essa declaração foi redigida por Pierre Denis e Delescluze, ambos proudhonianos. Ela reivindica

a autonomia absoluta da comuna estendida a todas as localidades da França... e tendo por limites apenas o direito de intervenção igual para todas as outras comunas aderentes ao contrato, cuja associação deve assegurar a Unidade francesa.

Eis aí o federalismo total, e, conseqüentemente, o nome de “federados” dado a todos os partidários da Comuna.

Ela reivindica igualmente

a escolha por eleição ou concurso, com a responsabilidade, e o direito permanente de controle e revogação dos magistrados ou funcionários comunais de todos os tipos. A garantia absoluta da liberdade individual, da liberdade de consciência e da liberdade do trabalho. A intervenção permanente dos cidadãos nos assuntos comunais pela livre

**RÉPUBLIQUE FRANÇAISE**

N 42                      LIBERTE — EGALITE — FRATERNITE                      N 42

---

**COMMUNE DE PARIS**

---

**La Commune de Paris DÉCRÈTE :**

- 1° La conscription est abolie ;**
- 2° Aucune force militaire, autre que la garde nationale, ne pourra être créée ou introduite dans Paris ;**
- 3° Tous les citoyens valides font partie de la garde nationale.**

Hôtel-de-Ville, le 20 Mars 1871.

**LA COMMUNE DE PARIS.**

manifestação de suas idéias. A organização da defesa urbana e da guarda nacional que elege seus chefes e zela apenas pela manutenção da ordem na cidade.

Em 11 de março de 1870, Eugène Varlin publica no jornal de Rochefort, *La Marseillaise*, um longo artigo sobre a revolução social, artigo que afasta o comunismo de Marx e prega um coletivismo libertário:

... Quem, em resumo, vai organizar a produção e a repartição dos produtos? A menos que se queira tudo reconduzir a um Estado centralizador e autoritário que nomearia os diretores de fábricas, manufaturas, escritórios, repartição, cujos diretores nomeariam por sua vez os subdiretores, contramestres, chefes de oficina etc. e chegar, assim, a uma organização hierárquica de cima para baixo do trabalho na qual o trabalhador não seria mais que uma engrenagem inconsciente, sem liberdade nem iniciativa, a menos que se queira isso, somos forçados a admitir que os próprios trabalhadores devem ter a livre disposição, a posse de seus instrumentos de trabalho, sob a condição de



Eugène Varlin (1839-1871)

trazer em permuta seus produtos ao preço de custo, a fim de que haja reciprocidade de serviços entre os trabalhadores das diferentes especialidades.

Para os anarquistas, os ensinamentos da experiência dos comunistas permanecem sempre atuais.

- **Luta anticlerical.** A Comuna afirma seus sentimentos anticlericais, laiciza o ensino, separa a Igreja do Estado, suprime o orçamento dos cultos, declara “propriedades nacionais” os bens da Igreja.

- **Antimilitarismo.** Abolição do exército. O exército permanente “que pega homens e devolve escravos”, dizia Eugène Varlin, é substituído pelo povo armado.

- **Internacionalismo.** Fraternização com todos os povos marcada pela exaltação da bandeira vermelha e pela queda da coluna Vendôme, símbolo da “prostituição monárquica e da conquista guerreira.

- **Autonomia e federalismo das comunas.**

- **Democracia direta, de baixo para cima.** A soberania do povo afirma-se sem intermediário. O Conselho da Comuna, os Clubes, a Federação da Guarda Nacional refletem o triunfo da “base”.

Trata-se, portanto, do fim do Estado tradicional. O princípio anarquista opõe-se, assim, ao caráter ditatorial da comuna jacobina. É

o fim do velho mundo governamental e clerical, do militarismo, do funcionalismo, da exploração, da agiotagem, dos monopólios, dos privilégios, aos quais o proletariado deve sua servidão, e a Pátria, suas infelicidades e seus desastres.

## Uma figura lendária: Louise Michel (1830-1905)

Louise Michel nasceu em 29 de maio de 1830, no castelo de Vroncourt, pequeno vilarejo de Haute-Marne, a algumas léguas de Domrémy.

Seu pai, que ela chama de “Avô”, é o senhor do local, Etienne-Charles Demahis, sua mãe, Marianne Michel, uma das criadas do senhor. Senhor, de resto, fidalgo epicuriano, voltairiano, republicano convicto.

Aos seis anos, Louise devora *Les paroles d'un croyant*, de Lammenais. Escreve Louise Michel:

A partir desse dia, pertenci à massa; a partir desse dia, eu subia de etapa em etapa através de todas as transformações do pensamento, de Lammenais até a anarquia.

“Avô” evoca com ela as grandes figuras revolucionárias, as aspirações populares; assegura-lhe uma sólida instrução. Muito jovem, Louise envia versos a Victor Hugo, que a encoraja a continuar e manterá com sua “criança terrível” uma correspondência que se estenderá por vinte anos. Com a morte do sr. e da sra. Demahis, Louise herda uma bela fortuna, que ela distribui em múltiplos donativos. Em janeiro de 1853, munida de seu diploma, começa sua carreira de professora “livre”; recusando-se a prestar juramento a Napoleão III, ela não pode, com efeito, ingressar no ensino público.



Em 1856, ei-la em uma instituição de moças, na rua Château d'Eau em Paris. Freqüenta os clubes republicanos, conhece Émile Eudes, Varlin, Rigault, Tolain, Jules Vallès; torna-se por um tempo preceptora de Solange, filha de Georges Sand; participa das reuniões e manifestações republicanas. Durante o cerco de Paris, 1870-1871, Louise Michel trabalha pela união das mulheres pela defesa e pelos cuidados aos feridos; anima reuniões públicas; participa dos movimentos que se esforçam para abater o governo. Durante a Comuna, Louise é soldado e combate em Montmartre, Montrouge, Mouligneaux, Clignancourt, sem se preocupar com as balas e os obuses. Para salvar sua mãe, detida em sua ausência, entrega-se aos versalheses, e conhece, então, a lama e as sinistras realidades do campo de Satory. Na prisão de Versalhes, continua a afirmar suas convicções em uma série de poemas como "Les oeillets rouges", "La Révolution vaincue", "A mes frères".

Em 16 de dezembro de 1871, Louise Michel é levada ao Conselho de Guerra de Versalhes. Sob seu longo xale negro, a acusada não renega nada:

Pertengo por inteiro à Revolução social... Tomai a minha vida se quiserdes... Porquanto parece que todo coração que bate pela liberdade só tem direito a um pouco de chumbo, reivindico a minha parte! Se me deixásseis viver, eu não deixaria de clamar vingança e denunciaria à vingança de meus irmãos os assassinos da Comissão das graças...

Condenada à deportação perpétua em uma fortaleza, é transferida para a prisão central de Auberive, em Marne; em seguida, a matrícula "2182" é transferida ao presídio de Numea ao final de uma longa viagem de quatro meses. Durante os oito anos passados em Nova Caledônia, Louise Michel abre uma escola para os filhos dos deportados; estuda botânica; visita as tribos canaque.

A anistia de 1880 traz de volta os proscritos. Até a sua morte, ocorrida em 10 de janeiro de 1905, em Marselha, aquela que o povo denomina "A Virgem Vermelha", e os burgueses "La Pétroleuse" [Incendiária], não cessa de propagar, por toda a França, seu ideal anarquista.



Louise Michel no campo de Satory (Versalhes).

SE RVICE DE LA DÉPORTATION

**PERMIS DE SÉJOUR SUR LA GRANDE TERRE**

Par une décision du Gouverneur en date d 21 Janvier 1871, n° \_\_\_\_\_  
 La déporté simple Julien Michel (Sous), n° 1, a été autorisé à s'établir  
 sur la grande terre, à St Maurice, chez \_\_\_\_\_

Le déporté est tenu de se présenter au bureau de la Direction le jour du départ  
 du Courrier d'Europe, avant 7 heures du matin, pour y faire constater sa présence.

Il peut circuler librement dans un rayon de leur résidence actuelle de St Maurice  
 et ne pourra changer cette résidence sans une nouvelle autorisation.

Le déporté n'a plus droit aux objets d'habillement et de couchage, ainsi qu'aux vivres  
 de l'Administration. — En cas de maladie il sera admis dans les hôpitaux de la  
 Déportation, sous la condition de payer les frais de son traitement.

LE SOUS-DIRECTEUR DU SERVICE DE LA DÉPORTATION, J. P. Cottier

## Excerto do processo de Louise Michel Versalhes, dezembro de 1871

**O juiz:** Ouvistes os fatos de que vos acusam. O que tendes a dizer em vossa defesa?

**Louise Michel:** Não quero defender-me, não quero ser defendida. Pertença por inteiro à revolução social, e declaro aceitar a responsabilidade de meus atos. Eu a aceito completamente e sem restrição. Censurai-me por ter participado do assassinato dos generais? A isso, responderei SIM, se eu me encontrava em Montmartre quando eles quiseram disparar contra o povo. Eu mesma não teria hesitado atirar naqueles que davam tais ordens. Contudo, quando foram feitos prisioneiros, não compreendo por que foram fuzilados, e considero esse ato como uma grande covardia!

Quanto ao incêndio de Paris, sim, participei dele. Eu queria opor uma barreira de chamas aos invasores de Versalhes. Não tive cúmplices nesse ato. Agi segundo minha própria iniciativa.

Dizem também que sou cúmplice da Comuna! Seguramente sim, visto que a Comuna queria antes de tudo a revolução social, e a revolução social é o mais caro de meus desejos. Mais ainda, tive a honra de ser um dos promotores da Comuna, que não tem nada a ver, saibam disso, com os assassinatos e os incêndios. Eu, que assisti a todas as sessões do Hôtel de Ville, declaro que nunca se tratou ali de questões de assassinatos ou incêndio. Quereis conhecer os verdadeiros culpados? É a polícia; mais tarde, talvez, a luz se fará sobre todos esses acontecimentos pelos quais acham hoje bem natural responsabilizar todos os partidários da revolução social.



Congresso de Basíliá, da Associação Internacional dos Trabalhadores, 1869.  
Vê-se o "gigante" Bakunin ao pé da escada.

## A cisão da Internacional

### O Congresso de Saint-Imier (Suíça)

No momento em que a Comuna sente a pressão dos versalheses aumentar, seus dirigentes lançam um último apelo às grandes cidades; mas este não encontra eco. É verdade que Saint-Etienne, Narbonne, Toulouse, Limoges, Le Creusot, Marselha vêem surgir efêmeras Comunas. Mas as tropas regulares impõem-se a esses movimentos federativos. Em setembro de 1870, Bakunin pôde pessoalmente avaliar em Lyon as dificuldades da empresa. Conduzida pelo Comitê central federativo e pelo Comitê central da Salvação da França, a Comuna lionesa não consegue sobreviver, e, no final de outubro de 1870, Bakunin, envelhecido e desencantado, retoma o caminho para a Suíça depois de ter constatado que: “O povo da França não é mais absolutamente revolucionário.” A era das sublevações espontâneas parecia concluída.

Já dividida, a Internacional pode sobreviver a tal fracasso? Em Haia, em 7 de setembro de 1872, Bakunin é excluído da Internacional. Quem pode, então, prever que seus amigos jurassianos vão, durante alguns anos, reagrupar todas as federações nacionais hostis ao Conselho marxista transferido para Nova York? Em 15 de setembro de 1872, um Congresso extraordinário reagrupa em Saint-Imier (Suíça) os delegados das federações dissidentes: espanhola, italiana, jurassiana, aos quais se juntam delegados americanos e franceses, dentre os quais Pindy, ex-governador do Hôtel de Ville parisiense durante a Comuna. Considerado como “a certidão de nascimento do anarquismo”, o Congresso de Saint-Imier deita os princípios essenciais da natureza da ação política do proletariado.

Considerando:

Que querer impor ao proletariado uma linha de conduta ou um programa político uniforme, como a via única que possa conduzi-lo à sua emancipação social, é uma pretensão tão absurda quanto reacionária;

Que ninguém tem o direito de privar as seções e federações autônomas do direito incontestável de determinar e seguir elas próprias a linha política que crerem ser a melhor, e que toda tentativa semelhante conduzir-nos-ia fatalmente ao mais revoltante dogmatismo;

Que as aspirações do proletariado não podem ter outro objeto senão o estabelecimento de uma organização e de uma federação econômicas absolutamente livres, fundadas no trabalho e na igualdade de todos e absolutamente independentes de todo governo político, e que essa organização e essa federação só podem ser o resultado da ação espontânea do próprio proletariado, dos corpos de ofício e das comunas autônomas;

Considerando que toda organização política não pode ser nada além de organização da dominação em proveito de uma classe e em detrimento das massas, e que o proletariado, se ele quisesse tomar o poder, tornar-se-ia, ele próprio, uma classe dominante e exploradora;

O Congresso reunido em Saint-Imier declara:

- que a destruição de todo poder político é o primeiro dever do proletariado;
- que toda organização de um poder político dito provisório e revolucionário, para conduzir essa destruição, só pode ser um ludíbrio a mais e seria tão perigoso para o proletariado quanto todos os governos hoje existentes;
- que, rejeitando todo compromisso para chegar à realização da revolução social, os proletários de todos os países devem estabelecer, fora de toda política burguesa, a solidariedade da ação revolucionária.

Assim, no momento em que o Conselho Geral de Nova York só representa a si mesmo, o reagrupamento dos internacionalistas opera-se no seio da “Internacional Antiautoritária”. De 1 a 6 de setembro de 1873,

um Congresso reúne os representantes das Federações antiautoritárias em Genebra. VI Congresso Geral da A.I.T., ele vota a abolição do Conselho Geral e a autonomia completa das federações e das seções. O VII Congresso, em Bruxelas, em setembro de 1874, e o VIII Congresso, em Berna, em outubro de 1876, ratificam a descentralização da organização ao mesmo tempo que conclamam à unidade as diversas correntes socialistas, enquanto o italiano Malatesta fala de “revolução permanente” e de propaganda pelo fato.

Michaël Confino, em *Les Cahiers du Monde Russe et Soviétique* (outubro-novembro de 1966), demonstrou que longe de colaborar com Netchaiev na redação do *Catecismo do Revolucionário*, Bakunin, por uma carta de 2 de junho de 1870, condenou formalmente os procedimentos para condicionar os militantes revolucionários.

Em outubro de 1873, Bakunin, esgotado, desliga-se da Federação Jurrassiana. Escreve a seus amigos:

Sou apenas um burguês, e como tal, eu não poderia fazer outra coisa entre vós senão propaganda... Tenho a convicção de que o tempo dos grandes discursos teóricos passou. Nos nove últimos anos desenvolveu-se no seio da Internacional mais idéias do que era preciso para salvar o mundo, se as idéias sozinhas pudessem salvá-lo, e desafio quem quer que seja a inventar uma nova. O tempo já não é das idéias, é dos fatos e dos atos.

O velho lutador retira-se para a propriedade que seu amigo Cafiero acabara de adquirir à margem do lago Maior. A despreocupação e a inconsciência de Bakunin dilapidam essa fortuna. Em Berna, em 1º de julho de 1876, uma crise de uremia arrebatou esse eterno revoltado que um funcionário anônimo inscreve no registro de óbito sob a menção: “Michel de Bakounine, capitalista”!



*De gauche à droite :  
Monchal, Perron,  
Bakounine, Fanelli,  
Mroczkowski,  
en 1869.*

Da esquerda para a direita: Monchal, Perron, Bakunin, Fanelli, Mroczkowski, em 1869.

# Dos atentados ao sindicalismo revolucionário

## No tempo dos atos

### A Espanha

As federações espanhola e italiana (nas quais a influência de Bakunin sempre foi preponderante) esforçam-se nesses anos de desorganização do movimento operário para mostrar que, para além das palavras e dos congressos, chegou o tempo dos atos.

Em 19 de junho de 1870, realizou-se em Barcelona o primeiro Congresso da seção espanhola da Primeira Internacional; 40.000 trabalhadores estão ali representados. A resolução relativa à “Organização dos trabalhadores” preconiza bem antes da constituição das Bolsas do Trabalho na França, a criação de federações de ofícios unidas numa federação regional:

- Em cada localidade organizar-se-ão em seções especializadas os trabalhadores de cada ofício; constituir-se-á, além disso, a seção de conjunto que compreenderá todos os trabalhadores pertencentes a ofícios que ainda não tenham constituído seção especial: será a seção dos ofícios vários.
- Todas as seções de ofício de uma mesma localidade se federarão e organizarão uma cooperação solidária aplicada também às questões de apoio mútuo, de instrução etc. que apresentam um grande interesse para os trabalhadores.
- As seções de um mesmo ofício pertencendo a diferentes localidades federar-se-ão para constituir a resistência e a solidariedade em sua profissão.
- As federações locais se federarão para constituir a Federação

regional espanhola que será representada por um Conselho federal eleito pelos congressos.

- Todas as seções de ofícios, as federações locais, as federações de ofícios, bem como a Federação regional, serão regidas segundo seus regulamentos próprios, elaborados por seus congressos.
- Todos os trabalhadores representados pelos congressos operários decidirão, por intermédio de seus delegados, quanto aos modos de ação e de desenvolvimento de nossa organização.

Em 1º de setembro de 1871, trinta e cinco anos antes da famosa Carta de Amiens, a conferência de Valência cria um tipo de cooperação por ofício e desenvolve suas teses universalistas:

Considerando que a significação real da palavra “República” é “coisa pública”, portanto, o que é próprio da coletividade e engloba a propriedade coletiva;

Que “democracia” significa o livre exercício dos direitos individuais, o que não é praticável senão na Anarquia, isto é, pela abolição dos Estados políticos e jurídicos no lugar dos quais será necessário constituir os Estados operários cujas funções serão puramente econômicas;

Que os direitos do homem não podem ser submetidos às leis pois eles são imprescritíveis e inalienáveis;

Que, em consequência, a Federação deve ter um caráter puramente econômico;

A Conferência dos trabalhadores da região espanhola da Internacional dos Trabalhadores, reunida em Valência, declara: “Que a verdadeira república democrática e federal é a propriedade coletiva, a Anarquia e a Federação econômica, isto é, a livre federação universal das livres associações operárias, agrícolas e industriais, fórmula que ela adota integralmente”.

Ao final de 1872, 25.000 aderentes repartem-se nas dez federações locais da Espanha. O governo de Madri declara, então, a Internacional *fora-da-lei*. A proclamação da República, em fevereiro de 1873, abre em todo o país o caminho para motins e insurreições. A despeito dos princípios que estabelecem o distanciamento do movimento anarquista de toda

luta política, anarquistas ajudam os republicanos. Em 1874, a repressão exerce-se contra os locais, os jornais e os militantes. O movimento anarquista desenvolve-se na clandestinidade.

Em junho de 1874, um Congresso clandestino realizado em Madri lança um “Manifesto aos trabalhadores” que especifica:

A partir de hoje, e até que nossos direitos sejam reconhecidos ou que a revolução social tenha triunfado, todo explorador, todo ocioso vivendo de renda, todo capitalista parasita e desfrutador que, confiando na impunidade que o Estado lhe promete, terá cometido contra nós uma grave ofensa ou terá violado nossos direitos, cairá sob os golpes de um braço invisível e suas propriedades serão entregues ao fogo, a fim de que nossa justiça não se realize em proveito dos herdeiros legais.

A despeito da veemência do tom empregado, o boletim da Federação Jurassiana não hesita em reproduzir o *Manifesto aos Trabalhadores*. É que, já em setembro de 1872, no Congresso jurassiano de Saint-Imier, Bakunin terminou um de seus relatórios por essa frase: “A Comissão recomenda a seção espanhola como a melhor até este momento”.

Ocorreu, por sinal, uma cisão entre a minoria marxista da Federação espanhola, que constitui a Nova Federação madrilenha, e os autonomistas agrupados na Federação regional espanhola, obrigada a levar uma existência clandestina até 1888.

## A Itália

Profundamente influenciada por Bakunin, a Federação italiana, nascida em Rimini, em agosto de 1872, é conduzida por líderes como Malatesta, Costa, Cafiero, para os quais a prisão ou o exílio está presente como o pão cotidiano. Perseguidos desde suas primeiras reuniões, criam uma organização secreta, o *Comitê italiano para a Revolução italiana*. Durante o verão de 1874, sublevações episódicas sacodem a Romanha, a Toscana, a Puglia. Alertada, a polícia anula facilmente essas revoltas. Os



responsáveis aproveitam-se do julgamento público para defender a causa da anarquia e são absolvidos.

Malatesta, que acabara de aderir, por um curto período, à maçonaria, exibe uma singular atividade; na Espanha de início, na Hungria em seguida, contra os turcos; na Sérvia antes de seguir, após 1884, para a Argentina, a Patagônia, a Bélgica, a Suíça, Cuba, Holanda, Grã-Bretanha. Caixa de máquina de costura, carroça de feno, disfarces variados, tudo é bom para driblar a vigilância policial.

Para Cafiero e Malatesta é necessário esclarecer as massas camponesas

miseráveis e iletradas quanto à verdadeira natureza do socialismo. Com esse objetivo, expulsar os representantes do Estado e os proprietários de alguns vilarejos parece a primeira etapa revolucionária. Será então possível aplicar a fórmula: “A cada um segundo suas próprias forças, a cada um segundo suas necessidades”. Propagando-se progressivamente, o movimento disseminar-se-á por todo o país. “A propriedade coletiva dos produtos do trabalho” e “o fato insurrecional destinado a afirmar por atos os princípios socialistas” parecem, assim, perfeitamente realizáveis.

A tentativa da primavera de 1877 não corrobora, contudo, essas esperanças. Em companhia do russo Sergei Stepniak, Cafiero e Malatesta reúnem na província de Benevento um grupo de uma trintena de homens armados, invadem alguns vilarejos e queimam na praça pública arquivos e papéis oficiais retirados das prefeituras. Felizes por receber o dinheiro das caixas públicas, reencontrar seus machados confiscados por delitos florestais, os camponeses aclamam a “Revolução social” e a bandeira vermelha, ainda mais porque os curas dos dois vilarejos reconhecem em Malatesta e seus homens os verdadeiros apóstolos do Senhor.

Cercado pelos carabinieri, o pequeno batalhão resiste no campo durante alguns dias. Famintos, gélidos, desencantados... é preciso render-se.

Na prisão, Cafiero redige um resumo de *O Capital* de Marx, amplamente difundido, em seguida, na França e na Itália. Julgados em agosto de 1878, os “bandidos” são todos absolvidos, mas a tática da insurreição revolucionária parece naquele momento comprometida.

Entretanto, a idéia da propaganda pelo fato avança. Paul Brousse escreve, em agosto de 1877, no *Bulletin de la Fédération Jurassienne*:

Os socialistas revolucionários buscam pelas insurreições, das quais eles prevêem perfeitamente o desfecho, agitar a consciência popular... A idéia será lançada, não sobre o papel, não sobre o jornal, não sobre um quadro... ela caminhará, em carne e osso, viva, à frente do povo.

O exemplo dos nihilistas e terroristas russos vai fazer erguer-se na Europa adeptos resolutos da violência?

É preciso socorrer todas as greves e insurreições, provocá-las inclusive, e isso à mão armada. Morrer defendendo suas idéias vale em todos os casos mais do que se suicidar em consequência de maus tratos.

Essas linhas de um revolucionário russo publicadas no *Bulletin Jurassien* não ficam sem eco. Em 1878, o operário Hoedel, o doutor Nobiling, abrem fogo contra o imperador da Alemanha. Oliva Moncasi tenta matar o rei da Espanha. Mais tarde, a faca de um cozinheiro denominado Passamente ameaça o rei da Itália.

É verdade, esses exaltados não são anarquistas, mas os jurassianos vêm neles mártires da boa causa. Em 10 de dezembro de 1878, as autoridades helvéticas proíbem o jornal de Brousse, *L'Avant-Garde*, em razão de artigos julgados favoráveis aos regicidas.

O Congresso de Friburgo publica uma resolução exprimindo suas simpatias por Hoedel,

novo mártir das reivindicações populares... que soube sacrificar sua vida para lançar um extraordinário desafio à sociedade, e com seu sangue jorrando sob o machado do carrasco, soube inscrever seu nome na longa lista dos mártires que mostram ao povo o caminho rumo

a um futuro melhor, rumo à abolição de todas as servidões econômicas e políticas.

Alguns anos depois, Kropotkin leva ao extremo essa exaltação do punhal e da dinamite no jornal *Le Révolté*, do qual assume a responsabilidade.

## Kropotkin na Suíça

Piotr Alexeievitch Kropotkin nasceu em 27 de novembro de 1842, em Moscou, no seio da mais alta aristocracia russa. Faz seus estudos no Corpo de Pajens e, de 1862 a 1867, é designado como oficial junto ao general-governador da região de Irkutsk. Aproveita essa estada para empreender expedições científicas na Sibéria e na Manchúria. Simpatiza com a insurreição polonesa de 1863 e acaba por desligar-se do exército.



Consagra seu tempo a novas expedições e pesquisas de zoologia e antropologia. Seus estudos sobre a era glacial levam-no a desenvolver uma teoria da era glacial e das glaciações quaternárias.

Residindo na Suíça em 1872, Kropotkin estabelece relações com os relojoeiros do Jura que, por seu trabalho artesanal e independente, experimentam certa aversão contra todo regime autoritário. Pouco sensíveis às lutas de classes, chegam a admitir a necessidade de uma certa violência se os governos recusam ingressar na via das reformas. A confiança que têm na Associação Internacional dos Trabalhadores é alimentada pelas reuniões noturnas que reúnem os simpatizantes dos vilarejos vizinhos.

Kropotkin conhece o relojoeiro Adhémar Schwitzguébel, James Guillaume, naquele momento chefe de oficina em uma pequena tipografia de Neuchâtel. Na Suíça, filia-se à Primeira Internacional, frequenta a Federação Jurassiana e toma consciência das teses anarquistas. De retorno à Rússia, adere ao Círculo que Nicolas Tchaikorski, estudante em química e anarquista, fundou em 1869. Preso em 1874, é encerrado na sinistra fortaleza Pedro e Paulo. Consegue escapar em 1876, e conhece a vida dos emigrados na Inglaterra, na Suíça e na França. Várias vezes detido e encarcerado por suas idéias julgadas subversivas, continua seus trabalhos científicos, colabora com Élisée Reclus em *La Nouvelle Géographie Universelle*.

Sob o nome de Levachof, Kropotkin participa do nono e último Congresso Internacional da seção bakuninista da Primeira Internacional (6 a 8 de setembro de 1877). Manifestam-se divergências em relação à necessidade de apoiar cada país engajado na via revolucionária. Mas a unanimidade se faz para condenar todos os partidos políticos “que se digam socialistas ou não; todos esses partidos, sem distinção, formam... uma massa reacionária” que se deve combater.

Naquele momento, o debate essencial gira, com efeito, em torno do problema dos partidos. Ora, a federação belga animada por César de Paepe (1848-1890) abandona as teses anarquistas e junta-se às fileiras do socialismo. De Paepe chegou à idéia de que se trata menos, nessa civilização moderna, de destruir o Estado do que transformá-lo.

Os delegados da Federação Jurassiana, reunidos em Friburgo no início de agosto de 1878, estimam então que nesse estado de crise é sensato

não mais participar dos congressos ou conferências da Internacional. Nesse momento, James Guillaume havia deixado a Suíça e instalado-se em Paris. Entretanto, em torno de Kropotkin e Élisée Reclus, desenvolve-se um esforço de reflexão, cujo Congresso da Federação Jurassiana de Chaux-de-Fonds (outubro de 1879) porta a marca. Doravante, os anarquistas reivindicam a denominação de *comunistas*. Ante os comunistas “autoritários”, dizem-se comunistas “libertários” ou comunistas “anarquistas”.

O último Congresso da Federação Jurassiana, realizado em Chaux-de-Fonds, em 9 e 10 de outubro de 1880, guarda como objetivo esse comunismo anarquista, “conseqüência necessária e inevitável da revolução social”.

Assim, no mesmo momento em que desaparece definitivamente a Primeira Internacional, tudo se clarifica: de um lado os marxistas, do outro os libertários. Aos comunistas de Estado opõem-se os comunistas

Após a Revolução de Outubro, Kropotkin pode retornar à Rússia e, sem desempenhar qualquer papel político, instala-se em Dmitrov, próximo a Moscou, onde morre em 1921.

Seu funeral é a ocasião de uma grande concentração. Em respeito ao ilustre revolucionário, os bolcheviques permitem uma última vez que se desfale as bandeiras negras dos grupos anarquistas dispersos em uma multidão de cem mil pessoas. A Tcheka, contudo, recusou-se a libertar os anarquistas encarcerados nas prisões de Moscou. Até 1938, um museu Kropotkin abrigou as coleções e lembranças do grande desaparecido.

Suas principais obras são:

- *Palavras de um Revoltado* (1885)
- *A Conquista do Pão* (1888)
- *O Apoio Mútuo* (1892)
- *A Grande Revolução* (1893)
- *A Anarquia, sua Filosofia, seu Ideal* (1896)

Suas memórias foram publicadas sob o título *Em torno de uma vida*, reeditadas em 1971 por Éditions P. V. Stock, em Paris.

anarquistas. Dos dois lados admite-se a apropriação dos meios de produção. Aqui, estruturas centralizadas; acolá, “comunas”, isto é, os livres agrupamentos humanos. À antiga rivalidade “mutualistas”/“coletivistas” substituiu-se o fosso que separa os estatistas dos adeptos da fórmula blanquista “Nem Deus, nem Amo”. Resta passar para os fatos essa nova doutrina, no próprio momento em que o movimento socialista afirma, ano após ano, sua implantação em todos os países.

## **A Belle Époque (1880-1900)**

### **A era da violência**

Com as bombas e as punhaladas, uma fúria destruidora parece dominar certos grupos anarquistas dos anos 1880-1900. Nessa crise de juventude, o ativismo substitui a reflexão, mas por muito tempo, aos olhos de uma opinião pública horrificada, anarquia torna-se sinônimo de desordem absoluta e os anarquistas são considerados como perigosos malfeitores.

### **O anarquismo, corrente autônoma**

Na França dos anos 1871-1880, os novos adeptos da violência não deixaram de interrogar-se sobre a amplitude da repressão dos comunistas: 30.000 mortos, 38.500 detenções, milhares de fugitivos. Mas o voto da lei de anistia de 11 de julho de 1880 abre as prisões. Em 23 de outubro de 1879, o III Congresso Operário realiza-se em Marselha; reúne anarquistas, tendo entre eles Jean Grave, delegado dos sapateiros de Marselha, positivistas, socialistas coletivistas. O Congresso decide criar um partido novo, a Federação do Partido dos Trabalhadores Socialistas da França. A influência anarquista é ali sensível, porquanto se afirma que os meios de produção arrancados de seus proprietários serão postos à disposição dos trabalhadores.



Jean Grave fichado pela polícia.

É que, com efeito, os delegados marseheses haviam preconizado a participação do proletariado nas eleições e nas funções eletivas. A velha oposição marxistas-anarquistas reaparecia. Em julho de 1880, os congressos regionais de Marselha, Lyon e Paris testemunham a força da corrente anarquista. Em Marselha, o presidente encerra a sessão exaltando a Revolução e a Anarquia. Em Lyon, declara-se “nada esperar da política”. Em Paris, Jean Grave declara sem equívoco:

Por revolução, entendemos a derrubada pela força, isto é, por disparos de fuzil, de tudo que constitui o governo atual: administração, magistratura, polícia e exército; enfim, entendemos empregar o pelotão de execução, tanto contra aqueles que quisessem escamotear a revolução em seu proveito, quanto contra os que quisessem impedir-nos de realizá-la.

Sim, somos anarquistas, e a propaganda a ser feita nesse povo é para demonstrar-lhe que numa revolução, em vez de ir estupida-

### Jean Grave

Nascido em 16 de outubro de 1854, em Breuil-sur-Couze (Puy de Dôme), J. Grave “se ele não foi um criador de sistemas, não deixa de ser um dos quatro ou cinco homens de valor com que contou o movimento anarquista francês anteriormente à grande guerra”, segundo o *Dictionnaire Biographique du Mouvement Ouvrier Français* (organizado por Jean Maitron), tomo 12. De início persuadido do fim próximo do mundo capitalista, é de saída adepto da violência. Mas este autodidata logo compreende a necessidade de educar as consciências. Ele também tem lugar de destaque na criação e no desenvolvimento da Imprensa anarquista: *Le Révolté*, *La Révolte*, *Les Temps Nouveaux*.

mente à sede do governo e lá proclamar qualquer governo que seja, é preciso que ele vá para lá só para fuzilar aquele que tentasse ali se estabelecer.

O IV Congresso Operário Socialista, realizado em Havre, em novembro de 1880, consagra a cisão entre moderados e anarquistas. Os moderados reúnem-se na sala Franklin, os coletivistas e os anarquistas na sala da União Lúrica. O programa de ação imediata é adotado por 43 votos contra 10. Os anarquistas acrescentaram uma emenda precisando que a propriedade coletiva fosse considerada “como uma fase transitória rumo ao comunismo libertário”. Mas eles devem admitir esperar o resultado das eleições legislativas de 1881 “antes de inaugurar ativamente a propaganda pelo fato”.

Os resultados eleitorais não são nada entusiasmantes: 60.000 votos para a Federação do Partido dos Trabalhadores Socialistas. Mas Jules Guesde permanece decidido a prosseguir a experiência eleitoralista.

Em consequência da divergência quanto ao controle dos mandatos dos delegados enviados ao Congresso Regional do Centro, em Paris, em 22 de maio de 1881, os anarquistas organizam isoladamente seu próprio Congresso de 25 a 29 de maio. A data de 22 de maio de 1881 marca, assim, a separação oficial entre a corrente anarquista e os outros grupos socialistas. Esse Congresso traça, por sinal, o essencial das orientações futuras: repúdio ao sufrágio universal, apelo à propaganda pelo fato que alguns “companheiros” vão a partir daí pôr em prática.

O termo “companheiro” pelo qual os anarquistas designam-se foi inicialmente utilizado na Bélgica, afirma Jean Maitron, que cita uma carta de Paul Robin: “Dizemos companheiro, na Bélgica; é ainda menos homem do mundo que cidadão”. As pesquisas do mesmo historiador mostram a tonalidade particular desse termo.

Quando os republicanos — exclama Tévenin julgado no tribunal de Isère — quiseram designar-se separadamente dos monarquistas, eles adotaram a denominação de “cidadão”; nós, que desprezamos o direito de cidadania, buscamos um termo absolutamente operário, e adotamos aquele de “companheiro”; isso quer dizer companheiro de luta, de miséria, algumas vezes, também, de prisão.

James Guillaume escreve em 1905:

Para os operários, a qualidade de produtor tem primazia sobre a qualidade de cidadão; é por isso que os membros da Internacional chamavam-se entre si de “companheiros” e não “cidadãos”.

Esses companheiros pertencem não a um partido, mas a grupos locais desprovidos de estruturas e vivendo uma vida autônoma. O grupo é para eles uma simples

escola educativa; não há nem *bureau* nem caixa, cada um é independente. Os aderentes cuidam de ser eles próprios, em seguida, desenvolvem-se, instruem-se; discute-se a fim de saber o que é bem e o que é mal e cada um age segundo as faculdades que seu temperamento permite-lhe. Não se diz a ninguém faça isso ou aquilo, e nunca deveríeis fazê-lo, mas eis o que é bem, eis o que é mal, eis o que seria conveniente fazer.

Escola educativa, o grupo também é um local de companheirismo, de encontro para livres discussões com amigos ou companheiros de passagem, aos quais ninguém ousaria pedir para declinar sua identidade, e onde ninguém se preocupa em pagar ou receber cotizações.

Que força numérica representam naquele momento os grupos anarquistas? Em 1881, recenseia-se uma quarentena de grupos disseminados na França. Em 1884, os treze grupos parisienses reúnem em torno de 200 membros. Vê-se a modéstia dos efetivos, modéstia compreensível pois não existe qualquer “partido” político e o número dos companheiros frequentando os grupos não revela o número de simpatizantes.

Em fins do século, a imprensa libertária alcança, no entanto, um público variado. Os principais jornais são, então: *L'Endehors*, de Zo d'Axa; *Le Pot à colle*, *La Revue Libertaire*; *Le Père Peinard*, de Émile Pouget; *Le Révolté* e depois *Les Temps Nouveaux*, de Jean Grave; *Le Libertaire*, de Sébastien Faure e Louise Michel.

## Primeiras violências

Os companheiros que preconizam a propaganda pelo fato encontram nas conclusões do Congresso de Londres (14 de julho de 1881) sérios motivos de satisfação. Ante a perspectiva de uma revolução geral próxima, o Congresso preconiza conduzir a ação “no terreno da ilegalidade” e dá, inclusive, uma receita nesse sentido:

As ciências técnicas e químicas já tendo prestado serviços à causa revolucionária e sendo chamadas a prestar serviços ainda maiores no futuro, o Congresso recomenda às organizações e aos indivíduos que fazem parte da Associação Internacional dos Trabalhadores dar um grande peso ao estudo e às aplicações dessas ciências como meio de defesa e ataque.

Em 23 de outubro de 1882, ao amanhecer, uma bomba explode no restaurante do Teatro Bellecour em Lyon, provocando a morte de um empregado e estragos consideráveis. A imprensa e os oradores anarquistas, tendo denunciado por algum tempo esse restaurante como um covil da “fina flor da burguesia e do comércio”, expôs o anarquista Cyvoct à detenção sem provas formais, e ao julgamento e envio ao presídio...

No mesmo ano de 1882, corrente anarquista e revolta popular conjugam-se em Creusot e Montceau-les-Mines, onde se sucedem ameaças enviadas aos notáveis, incêndio de capela, destruição de cruzeiros, ataques às residências de diretores. Pesadas penas de trabalhos forçados põem fim às atividades de “La Bande Noire”, sociedade secreta da qual alguns adeptos lêem o jornal anarquista *Le Révolté*.

Crendo detectar nessa agitação os primeiros sintomas de um complot insurrecional organizado pelos anarquistas, o governo manda prender na região lionesa uma fornada de militantes notórios, jovens ou adultos, quase todos operários, dos quais 66 são, em seguida, levados ao tribunal correcional de Lyon, no início de janeiro de 1883. Os debates dão aos acusados a oportunidade de afirmar publicamente suas convicções enquanto Élisée Reclus escreve em vão ao juiz de instrução de Lyon uma carta solicitando acusação contra si. Quatro dos acusados são condenados



Élisée Reclus

a cinco anos de prisão. Kropotkin sai da prisão de Clairvaux em 17 de janeiro de 1886, após ter redigido inúmeros artigos científicos; durante esses anos de aprisionamento, a administração do jornal *Le Révolté* instala-se em Paris. O nome muda, *La Révolte*, *Les Temps Nouveaux*, mas Jean Grave, até 1914, dirige a redação.

No momento em que as prisões da República abrem-se para os anarquistas, a miséria dos mineradores de Decazeville provoca a célebre sublevação de janeiro de 1886. A cólera da multidão cristaliza-se sobre o engenheiro mais detestado, Watrin, subdiretor da companhia mineradora. Ele é golpeado na cabeça, defenestrado, depois linchado; seu nome torna-se, em seguida, símbolo de ato radical: “Nossa divisa”, escreve, por exemplo, um jornal anarquista de 1887, “é wattrinar os bebedores de suor humano”.

Assim, os anarquistas, nesse fim de um século XIX em que o drama da condição operária permanece uma realidade, esforçam-se para animar ou participar das explosões de revolta popular.

### Élisée Reclus

Esse personagem (1830-1905) foi um dos maiores geógrafos do final do século XIX. Libertário apaixonado, filia-se à Internacional. Comunalista, por pouco não é fuzilado pelos versalheses. Reside na Suíça de 1872 a 1890, colabora em *Le Révolté* de Kropotkin e escreve os 19 espessos volumes de *La Nouvelle Géographie Universelle* editada por Hachette. Depois ensina na Universidade Livre de Bruxelas. Ao morrer, percorreu a Europa, o Egito, a África do Norte e as Américas.

Quando não há pão, golpeia-se a carne!, exclamará um de seus oradores. E, se necessário, furaremos a golpes de lança e chuço a carne dos ventres pendurada no açougue do governo.

Em 9 de março de 1883, Mareuil, Louise Michel, Pouget, bandeira negra desfraldada, marcham à frente de uma manifestação de desempregados. No percurso, três padarias são pilhadas. Eclodem brigas com a polícia. Mareuil e Pouget são detidos. Apreendem na casa de Émile Pouget um lote de brochuras *À l'armée* (Ao exército). Louise Michel constitui-se prisioneira. O processo é julgado em 21 de junho no tribunal do Sena. Veredito: 8 anos de reclusão para Pouget, 6 anos para Louise Michel.

Encerrada, de início, em Saint-Lazare com as prostitutas e as ladras, Louise Michel estuda as diferentes gírias da mesma maneira que havia estudado os dialetos canaque. Transferida, em seguida, para a prisão central de Clermont, é anistiada em 1886, depois de ter saído por um curto período, sob a intervenção pessoal de Clemenceau, para assistir sua velha mãe nos últimos instantes de sua vida. Em janeiro de 1888, é perpetrada uma tentativa de assassinato contra Louise Michel, que consegue a absolvição de seu agressor!

O apelo à violência, o desejo ardente de um mundo justo e igualitário vão, contudo, concretizar-se em atos individuais que, desde essa época e até nossos dias, valeram aos anarquistas uma reputação de terroristas ou mesmo de bandidos sanguinários.

Permanece difícil, no entanto, isolar a violência anarquista do contexto político. Terroristas, ilegalistas, bandidos trágicos, merecem, assim, ser recolocados em sua época, numa sociedade na qual os grandes princípios colocados pela Revolução de 1789 não se encarnam realmente na vida cotidiana dos mais deserdados.



Atentado contra a vida de Louise Michel.



## A reapropriação individual

Alguns companheiros acham que a propaganda dá resultados medíocres. Decidem, então, atacar diretamente a propriedade, seja para recuperar em seu benefício o que a sociedade, segundo estimam, roubou-lhes, seja para gerar recursos ao movimento.

Clément Duval, membro do grupo “La Panthère des Batignolles”, pilha em outubro de 1886 um palacete da rua Monceau, em Paris. Ele estima, com efeito, que, quando “a sociedade recusa o direito à existência, deve-se tomá-lo e não estender a mão”. Trata-se, em suma, de tomar o necessário lá onde existe o supérfluo, “tomar de volta o produto do roubo” perpetrado pelos “açambarcadores”.

O italiano Pini, sapateiro em Paris e membro do grupo “Les Intransigenti”, esforça-se durante algum tempo para realizar o mesmo ideal. Sonha, inclusive, “expropriar” o Papa, e começa por operar nas comunidades religiosas da região parisiense. Em 1889, o montante de seu butim eleva-se a 500.000 francos da época. Julgado em novembro de 1890, ele declara no tribunal:

Nós, anarquistas, é com a inteira consciência de realizar um dever que atacamos a propriedade, sob um duplo ponto de vista: um para afirmar a nós mesmos o direito natural à existência, que vós, burgueses, concedeis aos animais e negais ao homem; o segundo, para fornecer-nos o material apropriado para destruir vossa empresa e, eventualmente, vós com ela...

Esses novos atos contribuem para afastar um pouco mais os anarquistas dos socialistas guesdistas. É certamente Marius Jacob (nascido em 27 de setembro de 1879, em Marselha) que permanece a figura mais típica dessa “reapropriação”. Esse filho de operários, aluno dos *Frères des Écoles Chrétiennes*, depois grumete e tipógrafo, frequenta aos dezessete anos os meios anarquistas. Reduzido ao desemprego, torna-se inimigo da propriedade. Em 1º de abril de 1907, sua primeira “reapropriação” é um golpe de mestre. Em companhia de Roques e de dois outros anarquistas, ele desvaliza um dos intermediários no Mont de Piété, em Marselha. No transcurso de sua carreira, Jacob opera desse modo 156 “reapropriações”. Trata-se sempre de dinheiro, jóias, quadros... pertencentes a nobres, juízes, “ricos”. Depois, Jacob organiza um bando de doze indivíduos, “Les Travailleurs de la Nuit”, que opera na França numa determinada zona, e colecionam sucesso após sucesso. Finalmente, preso em 1904, Jacob é julgado pelo tribunal de Amiens. Condenado aos trabalhos forçados perpétuos, é embarcado para a Guiana em novembro de 1905, aos 24 anos. Compreende-se por que Maurice Leblanc escolheu Marius Jacob como modelo de seu Arsène Lupin...

## Propaganda pelo fato

A *reapropriação* individual é, portanto, no espírito de seus autores, a recuperação da propriedade julgada como um roubo. O terrorismo é um meio muito mais radical de abater os dirigentes de uma sociedade considerada “corrupta”; é, portanto, a autêntica “propaganda pelo fato” recomendada pelo Congresso da Internacional realizado em Londres, em 1881.

Os jornais anarquistas divulgam então múltiplas receitas permitindo fabricar explosivos. Em julho de 1883, um grande jornal lionês, *La Lutte*, escreve:

Sob este título, “produtos antiburgueses”, colocamos sob os olhos de nossos amigos as matérias inflamáveis e explosivas mais conhecidas, as mais fáceis de manipular e preparar, em resumo, as mais úteis... É preciso que, para a próxima luta, cada um seja um pouco químico.

Uma brochura denominada *L'indicateur anarchiste* revela aos companheiros os segredos dessa química particular. Lê-se no prefácio desse manual:

Camarada, é absolutamente inútil fazer para ti um espectro da fabricação dos produtos detonantes ou explosivos. Seguindo escrupulosamente nossas prescrições, podes manipular com toda confiança; uma criança de doze anos faria tão bem quanto tu.

Segue, então, a lista das substâncias explosivas: nitrobenzina, pólvora verde... a fabricação das bombas é objeto de uma longa descrição bem como aquela das balas incendiárias e explosivas.

Convém naturalmente recordar-se de que o gás,

do ponto de vista revolucionário, pode prestar grandes serviços, tendo em vista que pode ser encontrado em quase todo lugar. Pode-se explodir uma casa pelo gás; pode-se também explodir uma caserna inteira.

O fogo, a bomba, o explosivo vencerão facilmente o velho mundo e essa certeza triunfal transparece na conclusão de *L'Indicateur Anarchiste*:

Que todos os monumentos que possam servir de ponto de adesão a uma autoridade qualquer sejam derrubados, sem piedade nem remorso. Fazei explodir as igrejas, os conventos, as casernas, as prisões, as chefaturas de polícia, as prefeituras... Queimai todas as papeladas

administrativas, onde se encontrarem. Ao fogo os títulos de propriedade, renda, ações, dívidas, as hipotecas, as certidões autenticadas, os contratos sociais. Ao fogo o grande livro da dívida pública, os dos empréstimos comerciais e departamentais, os livros contábeis dos bancos, das casas de comércio, as promissórias, os cheques, as letras de câmbio. Ao fogo os papéis do estado civil, do alistamento, da intendência militar, dos impostos diretos e indiretos.

## Os atentados

Os primeiros atentados começam em 1881. Até 1892, trata-se de fatos isolados dos quais a opinião pública não dá a mínima importância. Em 20 de outubro de 1881, o jovem tecelão Émile Florian, não podendo matar Léon Gambetta, descarrega seu revólver sobre o primeiro “burguês” que encontra, um médico, na avenida de Neuilly. Resultado imediato: vinte anos de trabalhos forçados. Em 16 de novembro de 1883, um adolescente, Paul-Marie Curien, leitor de jornais anarquistas, não pode abater Jules Ferry, presidente do Conselho; deve contentar-se em ameaçar um funcionário subalterno: três anos de prisão.

Início de 1884, Louis Chaves, que se diz “anarquista convicto e de ação”, ex-jardineiro em um convento marselhês, mata a madre superiora, fere a madre adjunta, dispara contra os policiais, e é por eles abatido.

Em 5 de março de 1886, a Bolsa de Paris, templo do capitalismo, está em comoção. O anarquista Charles Gallo, aos 27 anos, acaba de lançar um frasco de ácido cianídrico e disparar tiros de revólver. Julgado pelo tribunal de Seine, sua atitude causa sensação: ele afirma zombar das leis, dirige-se “ao cidadão presidente”, aos “cidadãos jurados”, grita “Viva a Revolução Social”, “Viva a Anarquia!”, “Viva a dinamite!”.

De 1892 a 1894, os atentados sucedem-se, e chega a hora de Ravachol. François Koenigstein, dito Ravachol, do sobrenome de sua mãe, nasceu em 14 de outubro de 1859 em Saint-Charmond. Seu pai era laminador, sua mãe tecelã. O pai tendo abandonado a família, Ravachol conhece uma juventude difícil: vaqueiro, pastor, auxiliar de mineiro, auxiliar de caldeireiro, aprendiz de tintureiro, operário. Aos 21 anos, fre-

quenta as reuniões do Partido Operário, lê jornais coletivistas, torna-se anarquista, aprende a fabricar explosivos. Lança-se no contrabando, fabrica dinheiro falso e, levado pela necessidade, chega ao crime.

Em maio de 1891, em Terrenoire, ele profana a sepultura da condessa de la Rochetaillée, mas não encontra nenhuma jóia sobre o cadáver. Um mês depois, assassina em Chambres um eremita de 92 anos e rouba 15.000 francos. Em julho, o assassinato de duas quinquilheiras de Saint-Étienne rende-lhe apenas uns trocados...

Para escapar das investigações, Ravachol vai para Saint-Denis e aloja-se na casa de um companheiro, Chaumartin. Acompanha o processo dos três anarquistas, Decamps, Dardare e Léveillé, detidos e espancados na noite de 1º de maio de 1891; lê a longa defesa de Léveillé, escrita por Sébastien Faure. Ulcerado pelo veredito que golpeia os três acusados, Ravachol decide vingá-los. Em 11 de março, explode, com a ajuda de um artefato explosivo, o imóvel no qual habita o juiz Benoit, no bulevar Saint-Germain. Em 27 de março, a casa do juiz substituto Bulot, rua de Clichy, é destruída por um engenho contendo 120 cartuchos. Em ambos os casos, há feridos e os estragos são consideráveis. Chaumartin tendo sido detido por uma denúncia de uma informante da polícia, o retrato falado de Ravachol é logo difundido. Ora, em 27 de março, saindo da rua de Clichy, Ravachol detém-se para almoçar no restaurante Véry, bulevar Magenta. Lá tenta (imprudência fatal) converter às teorias anarquistas o garçom Lhérot. Alguns dias mais tarde, Ravachol volta ao mesmo restaurante. Graças à descrição física difundida pela imprensa, Lhérot identifica-o e alerta a polícia. É necessário o reforço de uma dezena de policiais para dominar esse colosso. Em 26 de abril, Ravachol e seus amigos são levados ao tribunal de Seine. O Palácio de Justiça é transformado em autêntica fortaleza. Na véspera, com efeito, companheiros explodiram o restaurante Véry (simples “verificação”, observará *Le Père Peinard*) e a opinião pública mostra-se inquieta. Condenado aos trabalhos forçados perpétuos, Ravachol comparece em junho ao tribunal de Loire para responder por roubos e assassinatos cometidos antes de sua ida para Paris. Acolhe sua condenação à morte ao grito de “Viva a Anarquia!”. Recusando as últimas palavras do capelão, caminha com passo firme à guilhotina erguida em Montbrison, cantando algumas obscenidades do *Père Duchesne*. Personagem de

romances ou de folhetins, Ravachol torna-se lenda enquanto o *Almanach du Père Peinard* de 1894 lança sobre a melodia da *Carmagnole* e de *Ça ira, La Ravachole*, cujo refrão resume bem o espírito:

Dancemos a Ravachole /  
 Viva o som, viva o som /  
 Dancemos a Ravachole /  
 Viva o som / da explosão!/  
 Ah, conseguiremos, conseguiremos,  
 conseguiremos/  
 Todos os burgueses degustarão a bomba/  
 Ah, conseguiremos, conseguiremos,  
 conseguiremos/  
 Explodiremos todos os burgueses/  
 Nós os explodiremos.



Efetivamente, Ravachol executado, as “explosões” não param.

- 13 de novembro de 1893: atentado contra o ministro da Sérvia, avenida de l’Opéra.
- 9 de dezembro de 1893: atentado de Auguste Vaillant contra a Câmara dos Deputados.
- 12 de fevereiro de 1894: Émile Henry lança uma bomba no Café Terminus da estação ferroviária Saint-Lazare.
- 20 de fevereiro de 1894: explosões na rua Saint-Jacques e faubourg Saint-Martin.
- 15 de março de 1894: o anarquista belga Pauwels é esfaqueado pela explosão prematura da bomba que ele transporta à igreja da Madeleine.
- 24 de junho de 1894: Santo Caserio apunhala, em Lyon, o presidente Sadi-Carnot.

Em 28 de julho, o governo obteve, por significativa maioria, o voto da terceira lei qualificada de “celerada” pela oposição, lei que visava reprimir todo ato de propaganda anarquista. E os atentados cessam. As

medidas de vigilância sobre os meios anarquistas são notavelmente reforçadas. O governo não hesita, inclusive, em levar ao tribunal de Seine uma trintena de anarquistas conhecidos (Sébastien Faure, Jean Grave, Émile Pouget), por sinal, absolvidos ao final desse Processo dos Trinta.

Cessam (ao menos na França) porque, na realidade, os anarquistas desaprovam essa propaganda pelo fato, obra de individualidades marginais ou exaltadas. Cessam, enfim, pois se esboçam outras formas de luta. O crescimento dos votos socialistas nas eleições legislativas de 1894 é um indício dessa mudança; mas, sobretudo, um sindicalismo revolucionário, animado pelos anarquistas está começando a constituir-se. Desde 1890, Kropotkin havia especificado:

Devemos estar com o povo, que não pede mais ato isolado, mas homens de ação em suas fileiras. É, portanto, no seio das massas que reencontraremos a progressão do movimento anarquista.



Entretanto, até o começo do século XX, uma vaga de atentados pouco comuns faz tremer os grandes deste mundo: 20 de setembro de 1898, a imperatriz Elisabeth da Áustria cai em Genebra sob o punhal de Luccheni; em 29 de julho de 1900, Humberto I da Itália é abatido por Bresci; em 6 de setembro de 1910, Léon Czolgosz dispara dois tiros de revólver no presidente dos Estados Unidos, Mac Kinley.

## A ilegalidade

Última forma da revolta anarquista, a ilegalidade quer-se um testemunho e uma afirmação. Um de seus teóricos, A. Lorulot, definiu-a como

a reação permanente e ponderada do indivíduo sobre tudo o que o cerca; é a afirmação por cada um da existência de seu eu e do desejo de seu desenvolvimento integral.

Sem esperar a revolução, trata-se de “fazer sua revolução pessoal”. Essa total liberdade do eu nietzschiano, essa exaltação da nobreza de cada indivíduo não podiam deixar de provocar perigosos desvios. O jornal *L'Anarchie*, fundado em abril de 1905, não condena essa nova tendência. Ernest Armand, André Lorulot, Kibaltchiche, Rirette Maitrejean... colaboram em sua redação. Até 1908, a influência de Libertad, personagem singular e veemente, é preponderante.

A efervescência dos espíritos resulta numa tragédia com grande repercussão. Em 21 de dezembro de 1911, na rua Ordoner, um empregado de banco é gravemente ferido quando transportava valores. Seus quatro agressores despojam-no de sua sacola, esvaziam seus bolsos e partem num automóvel. No dia seguinte, o carro é encontrado em Dieppe. Tal é a primeira “proeza” do Bando de Bonnot.

Durante vários dias a opinião pública crê ver em toda parte os misteriosos assassinos. As revelações de um garagista orientam as suspeitas sobre o anarquista Carouy, cuja amante acabara de ser interpelada. Três semanas depois, em 3 de janeiro de 1912, um capitalista de 91 anos e sua criada são assassinados em Thiais, na rua de l'Église. Sem conseguir prender os bandidos, em 31 de janeiro a polícia invade a sede de *L'Anarchie*, faz buscas durante seis horas e encarcera todos os assistentes.

Na noite de 27 de fevereiro, em Paris, um guarda pára um luxuoso automóvel que não respeitou o sentido giratório no cruzamento das ruas d'Amsterdam, Saint-Lazare e Havre. No momento em que o policial prepara-se para multar, os ocupantes do veículo abatem-no. Reconheceram os agressores do rapaz da rua Ordoner e a imprensa revela enfim os nomes dos bandidos: Garnier, Bonnot, Callemin. Pouco importa: em 29

de fevereiro, os bandidos trágicos tentam em vão roubar em Pontoise um cartório. Em 25 de março, após terem roubado nos arredores de Montgeron um automóvel e abatido seus ocupantes, Callemin, Garnier, Valet, Monnier, Bonnot, Soudy atacam em Chantilly os escritórios da agência da Société Générale. Dois empregados são mortos. O deputado do *arrondissement* de Montgeron, Franklin-Bouillon, interpela o governo.

Em 30 de março, Soudy é detido em Berck-sur-Mer; em 2 de abril, Carouy em Lozère; em 7 de abril, Callemin, dito “Raymond-la-Science”, na casa de um anarquista parisiense. Todavia, os chefes Bonnot, Garnier e Valet continuam foragidos. A polícia efetua buscas em Alfortville, na casa de uma pessoa denominada Cardy, suspeita de camuflar o butim de Thiais. Em 24 de abril, o subdiretor da Sûreté (polícia) e seus homens partem para Ivry a fim de prender Cardy e Gauzy, mas dão de cara com Bonnot, escondido num quarto do primeiro andar. O chefe da polícia é abatido e Bonnot consegue fugir.

O desfecho acontece em 29 de abril de 1912, em Choisy-le-Roi, onde Bonnot refugiou-se. Ao alvorecer, a casa do garagista Dubois é cercada pela polícia. Bombeiros, duas companhias da Guarda Republicana, agentes, habitantes dos arredores cercam a garagem. O diretor da Sûreté e o chefe de polícia Lépine dirigem as operações. Por volta do meio-dia, decidem explodir a casa pela dinamite. Trinta mil pessoas — conta Victor Méric — acompanham o espetáculo. Assim perece o homem que durante meses mantivera a opinião pública em suspense.

O último ato acontece em Nogent-sur-Marne, onde se escondem Garnier e Valet. O roteiro de Choisy-le-Roi repete-se: a polícia cerca a casa, enquanto soldados da infantaria postados sobre um viaduto projetam enormes pedras sobre o telhado. A dinamite e as metralhadoras derrotam finalmente os dois malfeitores.

Em fevereiro de 1913, o tribunal de Seine começa o processo de 22 acusados: Callemin, Carouy, Simentoff, Soudy, Rirette Maitrejean, diretora de *L'Anarchie*, Kibaltchiche seu amigo<sup>1</sup>, Eugène Dieudonné, Monnier, Gauzy de Boué, Marie Vuillemin...

---

<sup>1</sup> Victor Kibaltchiche, filho de um ex-suboficial do czar que se tornou revolucionário; levou de início uma vida de proscrito pela Europa. Condenado a cinco anos de reclusão

Considerada erroneamente como a alma do bando, Rirette Maitrejean e Kibaltchiche afirmam que, como anarquistas, sempre combateram as teorias e as práticas ilegais, mas nunca perguntaram a nenhum daqueles que freqüentavam a sede de *L'Anarchie* sua identidade ou seu modo de vida.

Em 27 de fevereiro, 383 perguntas são feitas ao júri. Ao amanhecer, sai o veredito: quatro absolvições (entre estas a de Rirette Maitrejean), dez beneficiários de circunstâncias atenuantes (entre eles, Kibaltchiche, condenado a cinco anos de reclusão), quatro penas capitais: Callemin, Dieudonné, Soudy, Monnier. Produz-se, então, um último episódio teatral: Callemin inocenta Dieudonné da agressão ao rapaz da rua Ordener. Pouco antes da execução, fixada para a segunda-feira, 21 de abril de 1913, o presidente da república Poincaré comuta a pena de Dieudonné para trabalhos forçados perpétuos.

Um redator libertário escreve em janeiro de 1912:

Tais atos nada têm de anarquistas. São atos pura e simplesmente burgueses... A fraude, o roubo, o assassinato burgueses operam-se em favor das leis burguesas; a fraude, o roubo, o assassinato pretensamente anarquistas operam-se fora e contra elas. Não há outra diferença.

Gustave Hervé exclama em *La Guerre Sociale*:

Bonnot e Garnier matando friamente motoristas e empregados de banco de 150 francos por mês para oferecer-se cédulas de mil, ah, não! Eles vos pertencem, senhores ladrões e massacradores do Marrocos! Ficai com eles!

Quanto à Rirette Maitrejean, ela afirma em suas memórias de 1913:

---

porque encontraram dois revólveres na sede de *L'Anarchie*; casa-se com Rirette Maitrejean em 1915. Mal liberado em 1917, ganha a Rússia onde adere ao novo regime. Deportado para a Sibéria por Stalin, aquele que passou a se chamar Victor Serge é salvo pela intervenção de Romain Rolland, Gide, Malraux, Barbusse. Autorizado a viver no Ocidente, torna-se um escritor célebre.

Por trás da ilegalidade, não há nem mesmo idéias. O que encontramos ali: falsa ciência e apetites. Sobretudo apetites. Ridículo, também, e grotesco.

As condenações vindas do mundo anarquista são firmes e sem equívocos. Bonnot não é anarquista; ele e os seus freqüentaram os meios anarquistas, foram seduzidos por teses generosas. Seus espíritos rudes deixaram-se apanhar na armadilha da ilegalidade egoísta. Reduzidos à condição de párias, vêm, então, no revólver, a solução para seus males ao mesmo tempo que crêem obscuramente abater essa sociedade “podre”.

*L'Anarchie*, de 17 de abril de 1913, bem apreendeu a ambigüidade de tal situação:

Pergunto-me se não temos alguma responsabilidade indireta, involuntária nessas hecatombes. Não pregando a ilegalidade, o que poucos de nós fizeram, a despeito de nossos detratores, mas conclamando à luta, à revolta, à vida, naturezas doentias ou impacientes, simplistas ou mal equilibrados.

Quem são, então, esses bandidos? Certamente indivíduos à margem da sociedade, visto que entre vinte acusados, seis são insubmissos, quatro não têm domicílio fixo e quatro são desprovidos de qualquer profissão.

Assim, as proezas do “Bando de Bonnot” ilustram de uma maneira dramática a incompreensão das doutrinas anarquistas, bem como as proezas de Ravachol ou de Henry haviam mostrado em seu tempo a que desvios um ideal difícil de circunscrever pode conduzir naturezas apaixonadas ou exaltadas. No dia seguinte ao assassinato do presidente Sadi-Carnot, repudiando essas sombrias proezas, o anarquismo preconiza a resistência ao capital e a preparação de uma sociedade “quase libertária”. A arma decisiva dessa “ação direta” deve ser a greve geral expropriadora. A bomba e os produtos químicos cedem lugar a uma ação perseverante e refletida nos sindicatos.

## As greves pelas 8 horas

Em 1877, eclode uma violenta greve em Pittsburg. Em Boston, jovens individualistas redigem a revista *The Anarchist*, da qual a polícia apreende o segundo número. No 1º de Maio de 1886, a American Federation of Labor (que agrupa várias centenas de milhares de sindicalizados) desencadeia uma greve amplamente seguida. Em Chicago, as greves prolongam-se a 2 e 3 de maio. Cargas da polícia acarretam a morte de quatro manifestantes. Em 4 de maio, à noite, realiza-se uma manifestação de protesto em Haymarket. Incidentes eclodem; uma bomba é lançada no meio dos policiais. Sem nenhuma prova e malgrado sua inocência, cinco anarquistas<sup>1</sup> são condenados à morte; um morre na prisão e quatro são executados em 11 de novembro de 1887.<sup>2</sup>

Na França, os anarquistas esforçam-se para transformar pacíficas manifestações do 1º de Maio de 1890 em movimentos de revolta devendo



<sup>1</sup> August Spies, George Engel, Albert Parsons, Adolph Fisher e Louis Lingg.

<sup>2</sup> Em 1893, Spies, Engel, Parsons, Fisher, Lingg serão reabilitados após terem sido reconhecidos inocentes.



Haymarket, 4 de maio de 1886.

resultar na Greve Geral. É que, de início, alguns anarquistas não crêem que uma reivindicação retomada a data fixa de ano em ano tenha a mínima chance de fazer o patronato ceder. Estimam igualmente que a reivindicação das “3 x 8” nada tem de revolucionário. Todavia, o apoio a essa forma de ação permanece permanente, e o *Père Peinard* não deixa de constatar:

### As três “oito”

Em 1869, alfaiates de Filadélfia fundam o “Noble Order of the Knights of Labor”. Esses Cavaleiros do Trabalho lutam em favor das “3 x 8” (oito horas de trabalho, oito horas de sono, oito horas de lazer), que uma lei, não aplicada, reconheceu em 1868. Os operários americanos continuam a luta por essa reivindicação essencial.

O 1º de Maio é uma ocasião que pode ser proveitosa. Bastaria para isso que nossos companheiros rendessem-se, como em fevereiro de 1848, como em 18 de março de 1871, e isso não demoraria.

Com efeito, o Congresso da Federação dos Sindicatos de tendência guesdista, reunido em 1888, aprovou a proposição do metalúrgico Jean Dormoy, a organização de uma greve geral em favor das “3 x 8” para o 1º de Maio de 1890. Os anarquistas, interessados em trabalhar com a massa dos operários, por sinal adeptos da paralisação completa do trabalho como meio revolucionário, não podem dissociar-se de manifestações populares decididas pelos sindicalistas. Nesses anos de 1890-1895, o que vem a ser precisamente o sindicalismo?

## As Bolsas do Trabalho

Em 1884, Waldeck-Rousseau, ministro do Interior de Jules Ferry, faz votar uma lei reconhecendo os sindicatos. Para o ministro, é a prova do liberalismo governamental. Mas alguns sindicalistas vêem nessa lei uma medida de imissão do Estado na vida operária. Eles vêem, inclusive, na fundação das Bolsas do Trabalho, um novo exemplo de tentativa de integração.

Em 3 de fevereiro de 1887, o Conselho Municipal de Paris entrega aos sindicatos parisienses um imóvel na rua Jean-Jacques Rousseau, ao qual se somará, em 1892, aquele da rua du Château d'Eau. A exemplo de Paris, surgem as Bolsas do Trabalho de Béziers, Montpellier, Sète, Lyon, Marselha, Nîmes, Toulouse, Bordeaux, Toulon, Cholet. Em fevereiro de 1892, no Congresso de Saint-Étienne, é criada uma federação das Bolsas do Trabalho, primeira organização sindical nacional.

Longe de constituir um instrumento de integração do sindicalismo ao Estado, ou mesmo às municipalidades, as Bolsas do Trabalho tornam-se os bastiões daqueles que preconizam a independência sindical. A obra das Bolsas do Trabalho foi considerável, e considerável foi o trabalho realizado por Fernand Pelloutier.

Bibliotecas, museus do trabalho, *bureaux* de informações, imprensa corporativa, ensino são as peças mestras que devem permitir a educação

operária. É a aplicação da fórmula: “a emancipação dos trabalhadores será a obra dos próprios trabalhadores”. A total liberdade do ensino, preconizada por Pelloutier, garante, além do mais, as diversas crenças.

Assim, por suas múltiplas atividades, as Bolsas do Trabalho

aspiram conscientemente ou não, a criar um Estado no Estado; entendem monopolizar todo serviço relativo à melhora do destino da classe operária.

Sindicalista hostil a todo comprometimento e a todo passeio nos corredores do poder, Fernand Pelloutier declina em junho de 1900 do convite para almoçar, feito por Paul Deschanel, presidente da Câmara dos Deputados: “Não convém aos membros do Comitê Federal sentar-se à mesa com que sonham virar”.

No início, as Bolsas do Trabalho reúnem essencialmente ao lado dos anarquistas, discípulos de Blanqui, de Jean Allemane, de Brousse, em resumo, as correntes socialistas hostis ao Partido Operário animado por Jules Guesde. Sem pertencer a qualquer capela em oposição às outras, os anarquistas são amiúde colocados nos postos de responsabilidade, e a difusão das teses anarquistas acha-se naturalmente facilitada. Inseridos no mundo operário, animadores da corrente sindical, os anarquistas estão,



A Bolsa do Trabalho de Toulouse.



### Fernand Pelloutier

Descendente de uma ilustre família protestante, Fernand Pelloutier (1867-1901) foi colocado por três anos no pequeno Seminário de Guérande; sua frágil saúde e suas idéias demasiado avançadas fizeram-lhe concluir seus estudos no colégio de Saint-Nazaire. Amigo de Aristide Briand, membro do Partido Operário Francês, Pelloutier, que muito leu e refletiu, escreve e funda diversos jornais em Saint-Nazaire. É escolhido em 1892 delegado das Bolsas do Trabalho de Nantes e de Saint-Nazaire no Congresso de Tours, onde faz votar a greve geral. Em 1893, vem para Paris, repudia as teses marxistas e adere às idéias libertárias. Em 1895, é nomeado secretário da Federação das Bolsas do Trabalho. Atormentado pela enfermidade, exhibe até a sua morte uma intensa atividade.

Sua "Carta aos Anarquistas" expõe muito claramente os objetivos de sua ação: "Partidários da supressão da propriedade individual, somos além disso, o que não o são os políticos, revoltados de todas as horas, homens realmente sem deus, sem amo e sem pátria, os inimigos irreconciliáveis de todo despotismo, moral ou coletivo, isto é, das leis e das ditaduras (inclusive daquela do proletariado) e os amantes apaixonados da cultura de si mesmo".

além de tudo, mais ao abrigo dos aborrecimentos, das vigilâncias e represões policiais.

## A Greve Geral

No *Père Peinard* de outubro de 1894, Émile Pouget exprime com estilo muito pitoresco as vantagens da entrada dos anarquistas nos sindicatos:

Um local onde há um rico trabalho para os camaradas que não se deixam enganar, é a Câmara sindical de sua corporação. [...] Se os ambiciosos formigaram e formigam ainda nesses agrupamentos, é porque os rapazes leais não deram um basta nisso. Se a primeira vez que um vagabundo desses tagarelasse sobre eleições e outras baboseiras politiquieiras, um bom tipo nesse instante lhe replicasse: “O sindicato não é uma chocadeira eleitoral, mas um agrupamento para resistir às canalhices patronais e preparar o terreno para a Revolução Social.



### Émile Pouget

Émile Pouget (1860-1931), porta-voz das reivindicações diretas dos trabalhadores, esforça-se para criar um sindicato de ação direta. Em 1883 escreve a primeira brochura antimilitarista revolucionária *À l'armée*. Seu jornal, *Le Père Peinard* (1889-1900) foi da mesma verve que os escritos da Revolução de 1789. Segundo Max Nettlau, Pouget foi um dos espíritos mais inteligentes do socialismo francês, um dos raros homens que desejavam realmente a revolução popular.

Não precisamos de política! Se queres manifestar teu amor por ela vai fazê-lo na privada!” De imediato terfeis visto, se não todos, ao menos a maior parte dos proletas aprovar o camarada e mandar às favas o ambicioso...

Fazer o operário compreender que as discussões políticas não têm lugar no sindicato, que é preciso descrever dos intermediários políticos (“socialo-politiqueiros”, “*dépotés* socialistas que emboloram no Aquário”<sup>1</sup>) já é uma tarefa que entusiasma. Ela não poderia bastar. O camarada deve defender palmo a palmo os interesses operários,

espreitar constantemente o patrão, impedir as reduções salariais, e outras canalhices que ele ruma. Se os proletários não estivessem sempre atentos, os macacos logo os teriam reduzido a comer tijolos ao molho de pedras!

Enfim, para além desse “trabalho habitual” uma outra tarefa “muito bonita” aguarda o militante: “preparar o terreno à Social”, fazer com que tudo convirja para um objetivo único: “a revolução”.

Ora, precisamente, o companheiro Tortelier, operário parisiense, membro do sindicato dos marceneiros, faz-se o propagandista infatigável da arma essencial capaz de provocar essa revolução: a greve universal ou geral.

É por volta de 1890 que a idéia de greve geral impõe-se nos sindicatos. Ela surge como o meio original de luta do mundo operário constituído de produtores, por oposição ao sufrágio universal, meio de luta burguês no âmbito do sistema parlamentar. Os allemanistas com Bourderon e Lévy, os blanquistas com Griffuelhes, juntam-se aos anarquistas. Mas os coletivistas guesdistas opõem-se a isso. Para eles, os sindicatos devem



Victor Griffuelhes

<sup>1</sup> Esta frase de Pouget ilustra muito bem seu estilo sarcástico; aqui faz um trocadilho com os termos *député* (deputado) e *dépoté*, do verbo *dépoter* (transvasar, esvaziar de seu conteúdo). Aquário era como se referia, às vezes, ao parlamento. (N.T.)

estar subordinados ao Partido Socialista. Enquanto aguardam a revolução, os guesdistas preferem o sufrágio universal.

## Sindicalismo revolucionário

Em 3 de setembro de 1892, o Congresso de Tours, reunido a pedido da Federação dos Trabalhadores Socialistas do Oeste (broussistas), adota a proposição de Pelloutier de pôr em estudo um projeto completo de greve universal. A resolução adotada reconhece que, no transcurso da história

o povo nunca conquistou qualquer benefício nas revoluções sangrentas das quais se beneficiaram apenas os agitadores e a burguesia.

Ele pensa que

entre os meios pacíficos e legais... há um que deve apressar a transformação econômica: a suspensão universal e simultânea da força produtora.

Greve geral, não é aqui sinônimo de destruição ou sabotagem, mas apenas paralisação total da produção. Leitor de Proudhon e Bakunin, Pelloutier quer organizar o proletariado unicamente no plano econômico. A preparação da greve geral deve fazer-se na legalidade.

Em Nantes, em 1894, realiza-se de 17 a 21 de setembro o VI Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos. Em maioria de dois terços, ele alia-se à tese defendida uma vez mais por Pelloutier:

Considerando que ante o poderio militar posto a serviço do capital, uma insurreição à mão armada não ofereceria às classes dirigentes senão uma nova oportunidade de sufocar as reivindicações sociais no sangue dos trabalhadores; considerando que o último meio revolucionário é, pois, a greve geral, o VI Congresso Nacional dos Sindicatos Operários da França decide: proceder de imediato à organização da greve geral.

Este texto marca a derrota dos coletivistas. Doravante, o primeiro lugar nos sindicatos vai ser ocupado pelos anarquistas. Os guesdistas marxistas retiram-se, abandonando os postos de comando a seus adversários.

## A II Internacional

Assim, não poderia haver confusão entre a luta política e o combate sindical. Era o eco do Congresso de Limoges que, em 1895, acabara de criar a Confederação Geral do Trabalho (C.G.T.), afirmando que a C.G.T. devia manter-se “fora de todas as escolas políticas” e agrupar unicamente no terreno econômico os trabalhadores em luta por sua emancipação.

Fundada em Paris, rua Rochechouart, em 1889, a II Internacional vê, ela também, a oposição entre marxistas e anarquistas. Pelo viés dos sindicatos, a corrente anarquista é representada nos primeiros congressos da II Internacional. Ela defende toda vez a primazia da emancipação econômica, o que faz a maioria do Congresso de Bruxelas (agosto de 1891) decidir-se pela exclusão dos anarquistas. O III Congresso, reunido em Zurique em agosto de 1893, expulsa igualmente os anarquistas alemães, todas as expulsões ocorridas no transcurso de debates tumultuosos e confusões memoráveis.

A cisão definitiva opera-se no Congresso de Londres (26 de julho-2 de agosto de 1896). As discussões da maioria das sessões são absorvidas pela questão da verificação dos mandatos. Não é, com efeito, um caso banal. Trata-se de saber se serão validados os mandatos dos anarquistas Pelloutier, Pouget, Tortelier, Malatesta, Grave etc., que se apresentam não como delegados de grupos libertários, mas de sindicatos profissionais. Três tendências opõem-se: a dos anarquistas e anarco-sindicalistas (que defendem a causa do antiparlamentarismo e da greve geral), aquela dos partidários da tolerância em relação a todas as opiniões, e a outra da expulsão dos anarquistas, defendida pelos social-democratas alemães.

A delegação francesa cinde-se em duas. Enfim, ao final de debates esgotantes, o Congresso dá razão a Jules Guesde e a Jean Jaurès que acabavam de proclamar:

Se os trabalhadores renunciassem a conquistar o poder, se não arrancassem da burguesia capitalista o escudo governamental com o qual ela protege seus privilégios econômicos, eles se encontrariam para sempre na impotência, condenados à servidão, sob o escárnio de seus senhores.

Que os governamentalistas desviem os trabalhadores da ação política, é seu papel; que os anarquistas, sob o manto de alguns mandatos sindicais tentem desorganizar o socialismo e jogar o proletariado em pleno caos, é também o seu papel. Mas nós seríamos culpados se, por nosso silêncio, parecêsemos aceitar, mesmo por um momento, o desarmamento da classe operária.

No momento da votação, 17 nações votam pela exclusão dos anarquistas, e só duas contra. A importância da ação política achava-se, portanto, confirmada. Ao mesmo tempo, o partido político vencida a organização sindical. Mas os anarquistas, doravante livres das decisões e resoluções tomadas pelos Congressos internacionais, podem agora desenvolver plenamente sua atividade no seio do mundo sindicalista. Atividade de minorias conscientes que vêm, às vezes, nas multidões sindicalizadas, uma massa egoísta ou amorfa.

A miragem da greve geral acarreta igualmente um certo desdém pelas formas de luta imediata; Pelloutier fala inclusive “das oito horas e outros gracejos do mesmo tipo”. Uma grande desconfiança é exprimida em relação às leis suscetíveis de melhorar a condição operária. Discutir uma lei é reconhecê-la, pensam alguns, bem como discutir com um patrão é aceitar a exploração. A ação direta, o boicote, a sabotagem são armas mais seguras.

## **A C.G.T. e a corrente anarquista**

Até 1902, a C.G.T. vegeta por causa da hostilidade que lhe manifesta a Federação das Bolsas do Trabalho que lhe é anterior. Deixando de lado os conflitos entre os partidários da organização horizontal e os partidários da organização vertical, é importante compreender a evolução da corrente anarquista no interior do sindicalismo.

Até 1914, a influência libertária é predominante na C.G.T. Ela preserva a autonomia sindical em relação aos partidos políticos. O sindicato quer ser uma “escola de vontade”.

O Congresso de Amiens surge como um momento essencial do movimento sindical e do movimento anarquista. Até aquele momento, os anarquistas entram no sindicato para propagar suas próprias teses. O sindicato é apenas um meio; o objetivo é o triunfo do movimento anarquista. Os sindicatos são células da sociedade futura e a greve geral é o meio de destruição do mundo capitalista.

Os anarco-sindicalistas fazem seu o pensamento de Émile Pouget:

A supremacia dos sindicatos sobre os outros modos de coesão dos indivíduos reside no fato de que a obra de melhoria parcial e aquela mais decisiva de transformação social são ali conduzidas de frente e paralelamente.

Com o tempo, eles querem substituir o governo por um conselho dos corpos de ofícios.

Em 1906, o sindicalismo revolucionário projeta menos o triunfo do anarquismo do que o desenvolvimento do sindicalismo como tal. Já não se entra no sindicato para difundir a ideologia anarquista, milita-se no sindicato porque o sindicato é a arma essencial da revolução.

Émile Pouget, o redator de *Le Père Peinard* torna-se secretário adjunto da C.G.T. de 1901 a 1908; ele explicitou perfeitamente como um sindicalista revolucionário compreende a ação sindical:

Movimento político e movimento econômico não são comparáveis. O primeiro é sobretudo de fachada, de exterioridade (como o objetivo que ele persegue), o segundo tem raízes profundas, crescidas em pleno coração dos interesses primordiais dos trabalhadores. Neste último, a vida está em toda parte, como o inimigo ao qual deve confrontar-se: o capitalismo. Não há centralização, mas uma coordenação de esforços criada por um federalismo, do centro a todos os pontos da periferia, excita e desenvolve as atividades. Sindicatos, Bolsas do Trabalho, federações corporativas são aglomerados de individualidades pensantes e agentes.

No espírito dos anarquistas, a C.G.T. é, então, um órgão de coordenação mas não de centralização. O princípio federal deve assegurar a autonomia das organizações. Escola de vontade, o sindicato torna-se ao mesmo tempo o local de encontro e discussão onde podem exprimir-se e clarificar-se as diversas opiniões. De novembro de 1901 a 1909, o secretário geral da C.G.T. é Victor Griffuelhes, blanquista, partidário da greve geral, mas adepto da greve parcial como ginástica revolucionária. Ele é substituído em julho de 1909 por Léon Jouhaux, filho de um comunalista, ele também de formação anarquista; foi condenado a três meses de prisão em 1901 por ter gritado ao lado do anarquista Libertad: "Abaixo o exército!"

Em outubro de 1906, o Congresso de Amiens resolve definitivamente a questão das relações C.G.T.-Partido Socialista. Contra os guesdistas (que preconizam uma colaboração estreita entre as duas forças), contra os reformistas, uma maioria maciça, influenciada pelos anarquistas, pronuncia-se por uma "carta" que prevê a independência total dos sindicatos em relação ao patronato, aos partidos políticos, ao Estado. Redigido por Pouget, Griffuelhes, Delesalle, Niel, o texto final é aprovado por 830 votos contra 48. O sindicalizado é livre para aderir fora do sindicato a qualquer organização política de sua escolha; mas não deve introduzir no sindicato as opiniões professadas fora dele.

O sindicalismo quer-se uma força autônoma destinada no imediato (pela greve geral) a assegurar a emancipação dos trabalhadores, destinada no futuro a fornecer os quadros da organização social.

Sob a influência anarquista, afirma-se firmemente o antiestatismo do mundo operário e sua confiança na ação direta, única capaz de destruir o Estado. "Ação direta" não é sinônimo de violência permanente. É, explica Griffuelhes, a ação dos próprios operários.

Por ação direta, o operário cria ele próprio sua luta; é ele quem a conduz, decidido a não atribuir a outros senão a ele próprio o cuidado de liberar-se.

A ação reivindicativa direta contra o patrão permanece a única coisa importante; os sindicatos não devem manifestar qualquer interesse

pelos partidos ou pelas “seitas”. Se o Partido Socialista é assim implicitamente mantido afastado da obra sindical, o movimento anarquista encontra-se igualmente preocupado. A autonomia do sindicalismo significa o desaparecimento da influência anarquista.

Nesse ano de 1906, em que a Carta de Amiens é adotada, a C.G.T. agrupa 200.000 sindicalizados, o Partido Socialista reúne apenas 35.000 militantes. Anticapitalista e antiestatista, o sindicalismo revolucionário quer substituir o Estado pelo sindicato que, de agrupamento de luta, tornar-se-á agrupamento de produção; as Bolsas do Trabalho encarregar-se de repartir os gêneros de primeira necessidade. Com o tempo, o sindicalismo já não é um instrumento de luta, mas o ideal da sociedade futura.

Realizado de 24 a 31 de agosto de 1907, em Amsterdã, o Congresso Anarquista Internacional opõe os partidários da independência sindical em relação à corrente anarquista e os defensores do movimento anarquista em relação à corrente sindical.

Pierre Monatte, membro do comitê confederal da C.G.T., conquanto reconheça os pontos de convergência que unem o anarquismo e o sindicalismo, reivindica com firmeza o respeito pela independência sindical.

A classe operária, tornada adulta, entende bastar-se a si mesma e não mais confiar a ninguém o cuidado de sua própria emancipação.

O que isso quer dizer senão que o anarquismo deixou de estar à frente do movimento sindical? E qual anarquista sincero poderia opor-se a uma emancipação que está na própria lógica do pensamento libertário?

Inversamente a Monatte e à nova geração que se engaja totalmente no sindicalismo, Malatesta defende a concepção original do anarquismo. A revolução anarquista entrevista

ultrapassa em muito os interesses de uma classe: ela se propõe à liberação completa da humanidade atualmente subjugada, sob o triplo ponto de vista econômico, político e moral.

Todavia, é a tese de Monatte que se impõe. Os holandeses Croiset, hostil à organização que “tem por resultado fatal limitar, mais ou menos,

**Errico Malatesta** (1853-1932) nasceu em Nápoles em uma rica família. Republicano, depois socialista, adere em 1871 à Associação Internacional dos Trabalhadores e abandona seus estudos de medicina. Amigo de Bakunin, conhece a prisão, tenta a louca aventura do bando Benvenuto, reside em Paris depois funda diversas revistas anarquistas italianas. Após uma viagem à América Latina, retorna à Europa, encontra Pelloutier e leva a vida de um proscrito. Em 1913, Malatesta retorna à Itália. Mais tarde ele se oporá aos bandos de Mussolini e, até o momento de sua morte, será objeto de uma vigilância atenta da polícia fascista. Partidário da ação direta e da propaganda pelo fato, Malatesta “distingue-se completamente de nossos terroristas franceses... em razão de que, por mais individualista que seja, ele organiza sua ação, deseja ganhar as massas, e refere-se constantemente ao modelo sociológico e à ética pregados pelo anarquismo-coletivista.” (A. Nataf)

a liberdade do indivíduo”, opôs-se em vão ao francês A. Dunois que tem a confiança do Congresso e não hesita em declarar:

Não faz muito tempo que a maioria dos anarquistas opunha-se a todo pensamento de organização... Era o tempo em que os anarquistas, isolados uns em relação aos outros, e ainda mais isolados da classe operária, pareciam ter perdido todo sentimento social; tempo em que o anarquismo, com seus incessantes apelos à reforma do indivíduo, aparecia a muitos como o supremo desenvolvimento do velho individualismo burguês...

## Uma difícil vigília

Deve-se constatar, contudo, que às vésperas da I Guerra Mundial, o sindicalismo agrupava apenas 700.000 trabalhadores sobre dez milhões de assalariados. A despeito do otimismo dos sindicalistas revolucionários, essa “minoria agente” não pode em 1914 opor-se à vaga patriótica que cimenta a “União Sagrada”.

Os apelos de alguns dirigentes sindicalistas, amiúde anarquistas, esforçaram-se para mobilizar o mundo operário contra a guerra. Georges Yvetot, por exemplo, discursa na sala Wagram:

O inimigo, não ireis buscá-lo para além das fronteiras; fareis o primeiro uso das armas que puserem em vossas mãos voltando-as contra aqueles que tiverem desencadeado a guerra.

Em Lyon, Liothier declara aos jovens sindicalistas:

O que deve ser feito é impedir a mobilização e a concentração das tropas. Em que condições? Escutai: se quiserdes partir tão logo recébais a convocação para a mobilização, não deveis cortar os fios telegráficos, os postes; não deveis explodir as pontes e os túneis, não deveis descarrilar os trens. Se, ao contrário, não quiserdes partir, vós me compreendestes.

E o próprio Jouhaux confirma publicamente em novembro de 1912: “Se a guerra for declarada, nós nos recusaremos a ir para as fronteiras”.

Aderente da Federação Comunista Anarquista, Louis Lecoin é preso em setembro de 1912, acusado de provocação ao roubo, ao assassinato e à pilhagem, e condenado a cinco anos de prisão. Mas a revista dirigida por Henry Combes, *Le Mouvement Anarchiste*, conclama abertamente à sabotagem e à revolta, enquanto a *Brochure Rouge*, com tiragem de 2.000 exemplares, dá todas as indicações técnicas para perpetrar os assassinatos e confeccionar explosivos.

Entretanto, em 4 de agosto de 1914, Léon Jouhaux, no túmulo de Jaurès, anuncia a adesão coletiva da classe operária ao sobressalto nacional.

Seremos os soldados da liberdade para conquistar para os oprimidos um regime de liberdade a fim de criar a harmonia entre os povos pelo livre entendimento entre as nações, pela aliança entre os povos.

Com toda segurança, o ministro do Interior Malvy pode então anular todas as medidas inscritas no carnê B contra os dirigentes sindicalistas e suspender especialmente a prisão preventiva dos militantes anarquistas.

Passados os primeiros meses do conflito, alguns líderes anarquistas esforçam-se, contudo, para desenvolver uma propaganda pacifista. Em janeiro de 1915, Sébastien Faure lança um apelo de quatro páginas “aos socialistas, sindicalistas, revolucionários e anarquistas” para uma paz embasada na solidariedade internacional da classe operária e na liberdade de todos os povos. Tanto quanto as conferências de Kienthal e de Zimmerwald, essas idéias generosas não conseguirão deter o conflito.

## Rumo ao novo homem

Tendo chegado a este ponto de nosso estudo, é necessário abandonar por um momento a ordem cronológica dos acontecimentos para considerar o meio essencial pelo qual o anarquismo entende realizar suas tarefas reconstrutivas: a educação. Com efeito, é a **educação** que Sébastien Faure, em *L'Encyclopédie Anarchiste*, situa no primeiro plano (antes da organização e da ação) dos objetivos imediatos do anarquismo.

A tarefa revolucionária, afirma Jean Grave, consiste de início em “encher de idéias a cabeça dos indivíduos”. Mais do que qualquer outro, o militante anarquista concede aos problemas culturais um lugar privilegiado; mais do que qualquer outro, ele se instrui e quer que a sociedade dê a todos, sem exceção, uma sólida educação. Por sinal, a solidariedade de todas as partes do globo faz com que, na atualidade, todó acontecimento insira-se na vida internacional. A criança deve receber uma instrução integral que a preparará “tanto à vida do pensamento quanto àquela do trabalho”. Adversários da autoridade, os anarquistas concebem um ensino apto a desenvolver na liberdade as faculdades próprias a cada criança. O ensino dispensado nas escolas laicas parece-lhes muito suspeito pois, segundo Kropotkin, “toda educação terá por objetivo fazer crer às nossas crianças que fora do Estado providencial não há salvação!”

## Uma obra educativa

Entre as grandes figuras do mundo anarquista que se consagraram à

educação de seus semelhantes, destacam-se aquelas de Francisco Ferrer, Paul Robin e Sébastien Faure.

### • Francisco, Juan, Ramón, Ferrer y Guardia

Nasce em 10 de janeiro de 1859, em um povoado vizinho a Barcelona. A educação profundamente cristã que recebe é logo contrabalançada pela influência de seu tio livre-pensador e de seu primeiro empregador: um moageiro republicano. Em Barcelona, encontra Alselmo Lorenzo, fundador do periódico anarquista *Solidaridad*.

Fiscal ferroviário, o jovem Francisco passa uma parte das horas de viagem a instruir-se e, em ligação com um grupo de republicanos, encarrega-se de fazer passar para a França os anarquistas perseguidos e os adversários do regime. Por sua vez, ele deve, em 1886, tomar o rumo do exílio e reside na França até 1901.

Instalado em Paris como gerente de um modesto restaurante do Quartier Latin, Ferrer torna-se em seguida secretário do chefe republicano Ruiz Zorrilla e apaixonou-se pela reforma do ensino empreendida por Jules Ferry. Em 1890, filia-se ao Grand Orient de France. Convicto da inutilidade das lutas políticas, consagra-se então ao ensino popular, abre um curso gratuito de espanhol, ensina no liceu Condorcet, crê na necessidade de criar escolas populares racionalistas e redige um método de “espanhol prático”.

De volta à Espanha, Ferrer funda em Barcelona, em agosto de 1901, a Escola Moderna que quer

educar a criança de modo que ela desenvolva-se ao abrigo das coações ideológicas, e também publicar os manuais escolares suscetíveis de alcançar esse objetivo.



As crianças pobres são ali admitidas gratuitamente, as crianças dos meios abastados pagam proporcionalmente aos recursos de suas famílias.

Em sua obra *La Escuela Moderna*, Ferrer precisa seus princípios educativos. O que ele visa é a liberação do indivíduo, a formação de homens capazes de transformar a sociedade. Essa nova escola é atéia. Inspirando-se num racionalismo científico, ela confia no progresso, quer educar o pensamento e a personalidade da criança. Imediatamente, a Escola Moderna aparece como “revolucionária”, portanto, perturbadora da ordem estabelecida. Ela admite, com efeito, a co-educação dos sexos a fim de fazer desaparecer todo preconceito entre homens e mulheres. Ela também admite a co-educação das classes sociais. Fazer sentar-se lado a lado, nos mesmos bancos, filhos da burguesia e filhos dos camponeses ou operários, é “atacar na raiz os preconceitos de classe e preparar o futuro das gerações futuras”. Existe, contudo, uma notável diferença entre os anarquistas que preconizam a violência e a escola dita anarquista de Ferrer. Para este último, a educação mudará o homem, que por sua vez mudará a sociedade. Dupla transformação qualitativa e não violência destrutiva, tal é a mensagem lançada:

A educação é obra de emancipação; só ela conduzirá, cada dia mais, o mundo a um futuro melhor, que produzirá incessantemente mais verdade, grandeza e bondade.

O espírito crítico permitirá à criança escapar da tirania do Estado ou da Sociedade. A tolerância permitir-lhe-á descobrir seus irmãos. Escreve Ferrer:

É preciso dialogar sobre todos os planos, entre partidos, entre nações, sem esquecer o diálogo consigo mesmo. Dialogar já é avançar rumo à tolerância. A ausência de diálogo leva direto ao fanatismo. Não esqueçamos que, com a bondade, faz-se milagre.

Todavia, nessa Espanha ainda prisioneira de muitos preconceitos, os frutos da nova educação poderão chegar à maturidade? E, por sinal, o peso das estruturas estatistas, os interesses de classe não condenam, de saída, toda esperança de lograr êxito?

É no momento em que a influência de Ferrer começa a alcançar os meios intelectuais que o jovem anarquista Mateo Morral, em 31 de maio de 1906, lança uma bomba sobre o cortejo real. Precisamente Morral foi bibliotecário da Escola Moderna. Ferrer é assim preso e mantido treze meses na prisão como instigador do atentado. A Escola Moderna é fechada. No estrangeiro, os grupos de livres-pensadores organizam reuniões de protesto. Em 20 de junho de 1907, Ferrer é absolvido. O procurador do rei declarou, contudo:

Os anarquistas são como feras perigosas e eu, representando a Sociedade, devo tratá-los como tais, não só eles pessoalmente, mas todos aqueles que os encorajam e apóiam por seus escritos ou sua atividade.

Após uma viagem por algumas capitais européias (em Londres encontra-se com Kropotkin) Ferrer instala-se em Paris, no bulevar Saint-Martin. Funda, então, a “Ligue Internationale pour l’Éducation Rationnelle de l’Enfance”, que quer difundir no ensino de cada país “as idéias de ciência, liberdade e solidariedade”. Anatole France colabora na fundação da Liga que, em inúmeros países, reúne professores e estudiosos. A revista *L’École Rénovée* difunde junto a seus novecentos assinantes os temas essenciais dessa renovação pedagógica. Chamado de volta à Espanha pela enfermidade de seus parentes, Ferrer é detido no dia seguinte à revolta de Barcelona, que viu o motim dos reservistas enviados ao Marrocos (junho de 1909). Acusado pela imprensa de direita de ser o instigador dos incêndios de igrejas, denunciado pelo bispo Casanes como

o culpado pelo crescimento da força do laicismo e do racionalismo, o verdadeiro desencadeador do flagelo que destrói nossa Santa Madre Igreja e põe a fogo e a sangue a Espanha inteira,

Ferrer é encarcerado na prisão modelo de Madri, mantido incomunicável e levado ao Conselho de Guerra de Barcelona. Condenado à morte, é fuzilado em 13 de outubro de 1909, nos fossos da fortaleza de Montjuich. Depois da execução, afirma Sol Ferrer,

o núncio apostólico enviou ao procurador do tribunal militar, principal responsável pela condenação de Ferrer, uma espada de honra, de punho de ouro esculpido, com as felicitações e a bênção do papa Pio X.

A morte de Ferrer suscita no mundo inteiro uma verdadeira comoção. Greves, *meetings*, manifestações surgem um pouco em toda parte. O Grand Orient de France constata que

sobre essa terra de Espanha, onde os jesuítas reinam como senhores absolutos, Ferrer havia ousado fundar escolas laicas e uma editora racionalista; ele teve a audácia inaudita, a perversidade diabólica de querer, nos cérebros entevados pelas superstições católicas, fazer penetrar um pouco de luz; aos dogmas religiosos ele opunha a ciência.

### • Paul Robin (1837-1912)

Em 3 de abril de 1837, Paul Robin vê o dia em uma grande família da burguesia toulonesa. Sua mãe, nascida Martin de Roquebrune, seu pai alto funcionário da marinha, asseguraram-lhe uma educação muito refinada. Os estudos secundários realizados em Bordeaux, depois em Brest, parecem orientá-lo para a marinha. Atraído pelo ensino, prepara-se para a Escola Normal Superior.



Tanto quanto Louise Michel, Paul Robin não pode suportar o âmbito sufocante do ensino sob o II Império. Abandona o professorado e vai para a Bélgica. Lá encontra César de Paepe e Eugène Hins, e funda com

eles uma Associação positivista e cursos noturnos para filhos de operários. Suas simpatias pelo movimento socialista nascente levam-no a assumir a redação do jornal proudhoniano *La Liberté* e a filiar-se à seção bruxelense da Associação Internacional dos Trabalhadores. Expulso da Bélgica (onde acabara de desposar a filha do socialista Delesalle), Paul Robin parte para Genebra. Bakunin instala-o por um momento no cargo de secretário da Aliança da Democracia Socialista. De volta à França em 1870, trabalha com Eugène Varlin na criação da federação francesa da Internacional. Detido e condenado a dois meses de prisão, a proclamação da República devolve-lhe a liberdade em setembro de 1870.

Refugiado em Londres, torna-se, sob proposição de Marx, membro do Conselho Geral da Internacional. Muito rápido, contudo, Paul Robin opõe-se às teses autoritárias, o que lhe vale a exclusão do Conselho Geral. Adepto das teses de Bakunin, ele frequenta os jurassianos, encontra-se com Kropotkin e os irmãos Reclus. Na França, Ferdinand Buisson, diretor do Ensino primário e principal colaborador de Jules Ferry, lembra-se de Robin, que o encontrou na Aliança bakuniniana. Propõe-lhe trabalhar na implantação do ensino laico, assegurando-lhe uma perfeita liberdade para as iniciativas pedagógicas futuras. Após demorada reflexão, Paul Robin aceita. Diretor de uma escola profissional em Chambéry, em seguida, da Escola Normal. É promovido em 1879 a inspetor primário em Blois. Robin diz que:

Toda educação que não tenda a fazer um pensador, um trabalhador, um ser inteligente e um ser ativo, é uma educação incompleta e estéril.

Para escândalo de uns, e para a surpresa de outros, o inspetor Robin reestrutura os programas e reúne nas mesmas salas de aula e sobre os mesmos bancos escolares meninas e meninos. Entretanto, é a partir de 16 de setembro de 1880 que Paul Robin pode dar ao ensino sua plena medida. Nomeado diretor do Orfanato Gabriel Prévost, em Cempuis, em Oise, esforça-se para realizar seus princípios pedagógicos embasados na liberdade, na confiança, na co-educação dos sexos. Segundo um ex-aluno:

O ensino não era politeísta nem monoteísta, nem deísta, nem panteísta, nem ateu; era pura e simplesmente humano.

As crianças são felizes em Cempuis; elas o são igualmente em Mers-les-Bains, onde Robin adquire um terreno e manda construir uma casa. Essa colônia de férias acolhe todo verão uma parte dos jovens pensionistas de Cempuis. Todas essas novidades não podem deixar de atrair as suspeitas e as críticas. Robin, diretor de uma escola “sem deuses”, é demitido em 31 de agosto de 1894; 1894, ano dos atentados anarquistas e da morte de Sadi-Carnot. Paul Robin vai a partir daí consagrar os dezoito últimos anos de sua existência ao movimento neomalthusiano, que se esforça para propagar a idéia de regulação dos nascimentos ou de “bom nascimento”.

### • Sébastien Faure e La Ruche

Em 1904, Sébastien Faure reúne umas quarenta crianças que vão viver numa propriedade de 25 hectares nas cercanias da floresta de Rambouillet. Os princípios do novo estabelecimento, “La Ruche”, são exatamente aqueles que Robin já aplicara em Cempuis: co-educação dos sexos, ausência de recompensas ou punições, livre discussão entre os professores e os alunos, formação do espírito crítico, prática da observação, ensino racional.



Essa fundação inscreve-se naturalmente no ideal da vida de Sébastien Faure. Nascido em 1858 em Saint-Étienne, em uma rica família católica, ingressa no noviciato dos jesuítas de Clermont-Ferrand, onde seus talentos de orador são logo descobertos. A morte de seu pai obriga-o a retornar à vida civil. Em 1885, adere ao movimento socialista e milita em um grupo guesdista. Uma discussão com o anarquista Antignac converte-o ao anarquismo. Rejeitado por sua família

e sua esposa, Sébastien Faure percorre então a França; suas conferências atraem por toda parte numerosos ouvintes, mas lhe valem detenções repetidas vezes. Acusado no Processo dos Trinta, em 1894, funda em 16 de novembro de 1895 *Le Libertaire*. No momento da I Guerra Mundial, afirma suas convicções de pacifista convicto. Em seguida, inicia a *Encyclopédie Anarchiste*, parte para a Espanha a fim de apoiar os republicanos espanhóis e morre em 14 de julho de 1942.

De suas obras, citaremos sobretudo: *La Douleur Universelle*, *Philosophie Libertaire*, *Mon Communisme*. Mas uma de suas atividades essenciais é a organização, no início do século XX, de La Ruche. La Ruche parece-se mais com uma grande família do que com uma escola. Os professores assumem sua tarefa gratuitamente. No final de semana, fazem uma assembléia comum para estudar o bom andamento da comunidade; alunos podem participar dos debates. Da crítica comum surgem então melhorias pedagógicas, culinárias, culturais. Os motivos que levaram Sébastien Faure a realizar esta experiência educativa são significativos da evolução do pensamento anarquista. Infatigável propagandista das teses anarquistas, Faure reconhece que se fez, graças a seus dons de orador, por assim dizer, uma clientela numerosa de ouvintes. Ao final de duas décadas, duas constatações permitem-lhe reconhecer que essa tarefa não é primordial:

De todas as objeções que se opõe à admissão de uma humanidade livre e fraterna, a mais freqüente e aquela que parece a mais tenaz, é que o ser humano é profunda e irredutivelmente perverso, vicioso, mau, e que o desenvolvimento de um meio livre e fraterno, implicando a necessidade de indivíduos dignos, justos, ativos e solidários, a existência de tal meio, essencialmente contrário à natureza humana é e será sempre impossível.

Por sinal, é praticamente impossível “tentar com sucesso a obra desejável e necessária de educação e conversão” sobre os adultos. La Ruche seria, portanto, a prova de que a uma nova educação “corresponderá um novo ser, ativo, independente, digno e solidário”. É quase unicamente com os recursos provenientes de suas turnês de conferências que Sébas-

tien Faure conseguiu fazer viver um estabelecimento que, segundo os momentos, abriga entre vinte e quarenta crianças. A guerra de 1914-1918 vai pôr fim a essas experiências. Em seguida, Freinet e os partidários de uma pedagogia renovada vão inspirar-se nos métodos praticados nessa escola libertária.

## Os neomalthusianos

A atividade de Paul Robin não se limita ao desenvolvimento de uma obra pedagógica original. Muito cedo apaixonado pelo estudo dos economistas malthusianos, ele pensa que é necessário limitar os nascimentos. Ligado aos irmãos Drysdale, líderes malthusianos ingleses, Robin tenta em vão interessar os meios socialistas e anarquistas por sua idéia do “bom nascimento”. Em 1878, publica um prospecto intitulado “A questão sexual”. Mas é sobretudo logo em seguida à sua partida de Cempuis que ele dispõe do tempo necessário à difusão de suas idéias. Instalado em Paris, rua do Surmelin, funda em agosto de 1896, a “Ligue de la Régénération Humaine”. Em dezembro seguinte, Robin lança a revista *Régénération* da qual Léon Marimont, militante socialista, assegura a gerência. Gabriel Giroud, que desposou Lucie Robin, publica sob o pseudônimo de G. Hardy ou de C. Lyon, inúmeros artigos, bibliografias, comentários. Para ele,

o neomalthusianismo é o desaparecimento da louca concorrência, das guerras, da prostituição, da miséria. É a raça regenerada pela seleção, é a educação tornada possível.

A solução de Malthus preconizava o casamento tardio e uma castidade prolongada fora do casamento. A solução neomalthusiana tenciona dar os meios aptos a limitar os nascimentos. Com e após Robin, o propagandista mais ardente é Eugène Humbert, nascido na Lorena em 1870. Tipógrafo, gerente da revista *Régénération*, Humbert consegue convencer Sébastien Faure da pertinência das teses malthusianas. Em 15 de abril de 1908, Eugène e Jeanne Humbert lançam um novo jornal, *Gé-*

*nération Consciente*. As perseguições e os processos multiplicam-se ante tal atividade. A “Ligue contre la licence des Rues”, apadrinhada pelo senador Bérenger, manifesta em toda parte sua hostilidade. A opinião pública divide-se. Os meios intelectuais exibem argumentos contraditórios. A prisão e as multas não impedem Humbert de sonhar abrir em pleno centro de Paris “uma clínica neomalthusiana médica e farmacêutica”. A guerra de 1914 detém a realização do projeto. Em 1912, ante as crescentes ameaças do conflito europeu, Humbert escreve um apelo significativo:

Aos milhares e milhares matarão homens de vinte anos. Este momento é mal escolhido para gerar filhos. Em vez de fornecer uma vez mais carne para a metralhadora, mulheres, recusai vossos flancos às fecundações infelizes. Que vossas cópulas sejam estéreis. Para protestar eficazmente contra as criminosas hecatombes humanas, fazei a greve dos ventres!

A guerra de 1914 não surpreende absolutamente Humbert que, fiel a suas convicções libertárias, vai instalar-se na Espanha. Em 1919, a “Alliance Nationale pour l’Accroissement de la Population Française” desenvolve uma vasta campanha para obter o voto de uma lei hostil aos propagandistas da limitação de nascimentos. A despeito dos esforços dos neomalthusianos, a lei de 31 de julho de 1920 acolhe a reivindicação da Aliança, prevendo pesadíssimas penas contra a utilização ou a propaganda de todo meio anticoncepcional. Após ter conhecido de 1922 a 1924 trinta e dois meses de encarceramento, Humbert funda em 1927, com Victor Margueritte e G. Hardy, a seção da “Ligue Mondiale pour la Réforme Sexuelle sur une Base Scientifique”, cuja sede está localizada em Copenhague. Em 1931, aos 61 anos, Humbert lança um novo jornal, *La Grande Réforme*. Até o momento de sua morte, ocorrida em junho de 1944, na prisão de Amiens, destruída por um ataque aéreo, Humbert não cessará mais, pela palavra e pela pena, de defender e propagar as teses neomalthusianas. E em 1946 Jeanne Humbert ainda encontrará a coragem para relançar *La Grande Réforme*.

À margem dessa atividade neomalthusiana, alguns historiadores anarquistas definiiram muito claramente o que deve ser “o amor em

liberdade”. Já não é mais o problema da limitação dos nascimentos que é aqui projetado, mas a vontade de suprimir os tabus e as proibições em matéria sexual.

### Libertários americanos (Segundo Max Nettlau)

**Voltairine de Cleyre** (1866-1912): Estimulada de início pelo livre-pensamento, pelo martirólogo de Chicago, pelas idéias e pelo exemplo de Dyer D. Lum, chegou durante seus vinte e cinco anos de atividade a uma concepção do anarquismo que foi, talvez, a mais ampla e mais tolerante, ao mesmo tempo que séria, refletida e bem definida, que conhecemos com aquela de Élisée Reclus.



**Alexandre Berkman** (1870-1936). Após ter suportado 14 anos de prisão pelo atentado de Pittsburgh contra Henry Clay Frick, retorna à atividade anarquista em 1906 e propaga em Nova York e em San Francisco um vigoroso anarquismo operário. Expulso com Emma Goldman para a Rússia soviética, sente, durante o esmagamento de Kronstadt, “seu coração paralisado de desespero”.



**Emma Goldman**, nascida em 1869, retraza sua atividade de propagandista, conferencista, e expõe suas idéias e suas lutas em *Living my life*, “livro que também é a história dos fatos importantes da vida anarquista e libertária e das grandes lutas operárias nos Estados Unidos de 1887 a 1919”.



## A época das realizações As Revoluções Sociais

### Rússia, 1917: libertários e bolcheviques

Em 1917, assim como em 1870, os marxistas e os libertários opõem-se em todos os pontos.

Após terem dado o golpe de Estado de outubro, a tentativa bolchevique do Partido Social-democrata da Rússia põe em prática as medidas preconizadas por seu dirigente, Lenin, em suas *Teses de Abril*: confisco e partilha das terras agrícolas, nacionalização das fábricas e usinas, cessação imediata das hostilidades com a Alemanha.

Para afirmar seu poder, os bolcheviques põem em prática o conceito de *ditadura do proletariado*, fase “transitória” na qual todo o poder está concentrado nas mãos da classe operária, ou melhor, do Partido que se arroga o direito de representá-la. Um poder político ultracentralizado organiza a vida do Estado.

Malgrado sua influência limitada, os anarquistas querem, após a revolução democrática contra o czarismo, realizar uma autêntica revolução social pela qual a nova sociedade seria administrada pela livre atividade das associações de trabalhadores. Para eles, não se trata sob nenhuma hipótese de edificar um novo Estado (ainda que “democrático”) e ainda menos instalar uma ditadura (mesmo “transitória”).

Os libertários, retornando do estrangeiro, interrogam-se sobre o sentido do *slogan* tão popular “Todo o poder aos Sovietes”. No hebdomadário anarco-sindicalista *Golos Truda* (A Voz do Trabalho), de 29 de outubro de 1917, pode-se ler:

Se por poder querem dizer que todo trabalho criador e toda atividade organizadora, sobre toda a extensão do país, passarão às mãos dos organismos operários e camponeses apoiados pelas massas em armas... Se a palavra de ordem “poder aos Sovietes” não significa a instalação de centros de um poder político, centros subordinados a um centro político e autoritário geral do Estado; se, enfim, o partido político, aspirando ao poder e à dominação, elimina-se após a vitória e cede efetivamente seu lugar a uma livre auto-organização dos trabalhadores; se o “poder dos Sovietes” não se torna, na realidade, um poder estatista de um novo partido político, então, e só então, a nova crise poderá se tornar a última, poderá significar o começo de uma nova era.

Da mesma forma, a decisão dos bolcheviques de manter as eleições para a instalação de uma Assembléia Constituinte choca-se à hostilidade dos anarquistas. Eles pensam, com efeito, que dois perigos espreitam essa Assembléia. Ou os bolcheviques serão nela minoritários, e neste caso será uma instituição política de fachada, “socialo-burguesa”; ou os bolcheviques serão ali majoritários, e, neste caso, senhores legais do país, e destruirão toda oposição. Enfim, os anarquistas são hostis a todo tratado de paz com a Alemanha.

Assim como os socialistas-revolucionários de esquerda, os libertários querem continuar a luta, atrair para regiões remotas do país o exército alemão para desmoralizá-lo, destruí-lo graças à resistência de uma guerrilha popular. O Tratado de Brest-Litovsk (o fim das hostilidades contra territórios) acertado com o poder bolchevique põe fim a essas esperanças. Ele permite às forças austro-alemãs ocupar as ricas terras ucranianas em troca da paz. A despeito das represálias, os camponeses começam a sublevar-se, organizar grupos de autodefesa e franco-atiradores.

No sul da Ucrânia, as ações camponesas são particularmente numerosas, sobretudo na região de Gulai Polie, onde uma força independente anima a resistência.

## A epopéia da Makhnovtchina

A Revolução russa de 1917 ainda não acabou de fazer verter tinta assim como fez verter sangue.

É difícil abordar esse assunto tabu sem confrontar-se com as idéias adquiridas, as idéias deformadas por mais de meio século de falsificação stalinista. Para resumir nosso ponto de partida, que é aquele de todo observador não submisso a uma ideologia, digamos que a Revolução começa em 1917 e acaba em 1918, quando os bolcheviques confiscam o poder popular em seu único proveito e liquidam os soviets criados pelos operários, soldados e camponeses que fizeram essa revolução. Serão necessários vinte anos de massacres ininterruptos para que os dois por cento de leninistas tornem-se majoritários no país, isso sob o punho de Stalin.

Eliminar a autogestão e os soviets foi uma tarefa difícil. Ante líderes burocratas emanados da burguesia russa, Trotski ou Lenin, extraordinários líderes proletários levantaram-se e fizeram-se abater após duras lutas.

A insurreição de Kronstadt, para só citar a mais célebre, só pôde ser reprimida por um Exército Vermelho numeroso e dirigido em pessoa por Trotski, Kamenev e Zinoviev, que provocaram um banho de sangue dos operários e marinheiros, antes de celebrar no dia seguinte o aniversário da Comuna de Paris.

O episódio mais surpreendente permanece a guerra civil na Ucrânia, de onde emerge uma personalidade expoente: Nestor Makhno, cujo verdadeiro nome é Nestor Ivanovitch Mikhienko. Nascido em 1889, em Gulai Polie, vilarejo da Ucrânia, numa família de camponeses pobres, Makhno milita muito cedo. Vaqueiro, operário, participa do grupo anarquista da cidade. Com seus companheiros, organiza um atentado que falha lamentavelmente e custa-lhe



a prisão. Por ser muito jovem, escapa da condenação à morte, mas só poderá sair da prisão durante a revolução, nove anos depois.

Na prisão, sua consciência política formou-se, fundamentalmente por seu encontro com um militante extraordinário, Piotr Archinov (1887-1936), um dos líderes anarquistas moscovitas.

Makhno já possui o carisma que fará dele o Batko (paizinho) da comuna ucraniana, termo muito respeitoso. Seu rosto traz as marcas da varíola, mas suas acentuadas maçãs do rosto dão-lhe um olhar fascinante. Seu humor, sua teimosia lendária, sua inteligência farão o resto.

Libertado pelos acontecimentos, volta para Gulai Polie onde se constitui um soviete que se tornará lendário. Seu primeiro presidente será o professor do vilarejo, Tchernoknijni, que está sem ambigüidade sob orientação política do conselho:

A concepção dos sovietes livres de trabalhadores é suscitada pela própria vida. Essa forma transitória de autogestão conduz em sua prática à futura ordem não-autoritária, fundada nos princípios de uma liberdade absoluta, de uma igualdade e fraternidade totais.

Raramente se disse mais do que isso em tão poucas palavras.

Makhno lança-se de corpo e alma na construção do soviete. Os membros do conselho confiscam as terras e o gado dos ricos latifundiários e os distribuem aos camponeses pobres. Criam-se comunas de participação unicamente voluntária (está-se longe dos kolkozos stalinistas que levarão a economia russa ao desastre), de aproximadamente cem a trezentas pessoas. As poucas fábricas da cidade são autogeridas, e comitês de gestão são encarregados da distribuição e da repartição da produção. Entre fábrica autogerida e comuna camponesa é a troca mais primitiva que se reinstaura.

A primeira comuna livre se chamará Rosa Luxemburgo, em homenagem àquela que acabara de ser assassinada em Berlim. Essas comunas criaram-se por si mesmas, e são os camponeses pobres os seus primeiros membros. Nelas, cada um trabalha segundo suas forças; o igualitarismo é levado ao extremo, e o apoio mútuo é obsessão. Todos os delegados e os organizadores são escolhidos pelo conjunto dos membros. Haverá con-

gressos periódicos entre as comunas, dos quais três em escala de toda a região.

A educação está sob a responsabilidade dos revolucionários, e se inspirará nas teorias de Francisco Ferrer.

Todavia, ao mesmo tempo, é a guerra. Os Brancos ameaçam. Mas também há os nacionalistas ucranianos, liderados por Simon Petliura, um grande burguês moderado. A revolução pouco havia penetrado na Ucrânia e os nacionalistas já tinham criado uma Rada Central, que proclama a independência da república (capital Kiev).

Os bolcheviques respondem enviando o exército. Mas o armistício de Brest-Litovsk é assinado. Lenin não hesitou em sacrificar toda a Ucrânia, que é cedida à Áustria-Hungria. Os austro-húngaros designam um governo, um *hetman*, Skoropadski, que substitui Petliura. Lenin abandona Kiev que seus exércitos tinham acabado de conquistar.

Os soviets ucranianos não aceitam isso, e vão lutar doravante contra o invasor. Makhno criou em Gulai Polie um sindicato dos operários agrícolas, é presidente da união camponesa, do sindicato dos operários metalúrgicos e serralheiros, do soviete. Só lhe resta criar um exército. Isso é feito em janeiro de 1918. Rapidamente ele será conhecido em todo o país sob o nome de Makhnovtchina.

Trata-se de uma coluna que logo somará 50.000 pessoas, com canhões, tanques e trens blindados tomados do inimigo, e sobretudo os célebres *tatchanki*, parelhas de cavalos muito móveis que ficam na vanguarda da coluna, a infantaria no meio e a artilharia atrás.

Essas parelhas serão a alma da República de *tatchanki*, a coluna Makhno, que toda a população camponesa e operária vai apoiar durante dois anos. Esse exército é de qualidade no plano militar: os camponeses combateram entre 1914 e 1918, e ainda estão no ardor da ação. Todos são voluntários; a disciplina é livremente consentida, é decidida coletivamente antes; todos os responsáveis e oficiais são eleitos pela tropa, Makhno tendo, contudo, um direito de veto para os comandantes.

Todas as colunas dirigidas por outros revolucionários, seja por sua conta, seja por conta do Exército Vermelho, vão juntar-se à Makhnovtchina, especialmente aquela de Berdiansk, liderada pelo camponês anarquista Basile Kurilenko, do qual se diz amiúde que ele poderia ter

assumido o lugar de Makhno; aquela de Dibrivka, conduzida pelo ex-marujo Stchuss; aquela de Grichino, dirigida por Petrenko-Platonoff. Obrigados a lutar incessantemente e deslocar-se, os camponeses têm dificuldade de manter as comunas. Faltam intelectuais à Makhnovtchina; não se verá juntar-se a ela senão Piotr Archinov, de 1919 a 1920 (ele voltará para Moscou a fim de ocupar-se do movimento em decomposição), Volin, cujo nome verdadeiro é Vsevolod M. Eichenbaum (1882-1945), um membro do Nabat, a principal organização anarquista da época, Ossip e Aron Baron, outros membros do Nabat, que se ocuparão durante algum tempo da cultura e da educação, organizarão as conferências, redigirão panfletos e cartazes, assegurarão toda a propaganda.

Volin também dirigirá o Conselho Militar Insurrecional durante seis meses. É seu essencial testemunho *A Revolução Desconhecida*, que é a fonte principal, com *O Movimento Makhnovista* de Archinov, de tudo o que sabemos de certo sobre Makhno e os seus. A duração dos combates é um outro perigo para os makhnovistas: a militarização prolongada raramente conduz às idéias autogestionárias e os partidários de Makhno serão com freqüência vítimas de suas contradições, tanto mais porque eles não são isentos de defeitos: Makhno bebe, torna-se muito violento e colérico quando está bêbado, e nem sempre tem com as mulheres o comportamento do perfeito libertário; é mal acompanhado, muito embora seu “bando” freqüentemente seja enquadrado pela base.

Um exemplo entre mil: um dos comandantes, jovem, corajoso e combativo, o imenso Klein, ferido várias vezes, vê-se censurar durante um congresso por ter-se embriagado, quando ele próprio proíbe isso a seus soldados. Ele fará sua autocrítica explicando que se entedia longe dos combates e pede para que o devolvam ao combate. Perdoam-no e enviam-no ao *front*.

A constante falta de armas e munições nem sempre é compensada pelos valores combativos do exército. Em contrapartida, o nível político é muito elevado; os camponeses muito rapidamente aderem à autogestão, e entre cada movimento, ofensivo ou defensivo, eles retornam às realizações concretas, encorajados por um Makhno que bem compreendeu que construir e destruir são as duas vias da mudança. Sobre as terras da região tremula a bandeira negra. Os juízes e os policiais foram expulsos, e até

mesmo conservados como simples mensageiros. Mas o perigo é grande. Enquanto a guerra civil articula-se em torno das três forças (Makhno, os bolcheviques e os nacionalistas), que lutam entre si, cinqüenta anarquistas tendo sido abatidos ou presos em Moscou, a Makhnovtchina começa a semear o terror entre os burgueses ucranianos.

Petliura fizera-se conhecer por seus *pogroms* de judeus (ele será assassinado por um militante judeu, no exílio), mas também se aproveitou de uma viagem de Makhno a Moscou (durante a qual situa-se o encontro dele com um Lenin já incapaz de apreender a evolução da situação, e conversações com anarquistas com os quais ele não se entende bem, particularmente Kropotkin), para assassinar seu irmão inválido de guerra, queimar sua casa e pôr sua cabeça a prêmio. Os Petliurovski verão abater-se sobre eles a vingança do Batko: os perseguidores, policiais, oficiais serão a cada momento impiedosamente executados, amiúde ferozmente.

É o começo de uma luta até a morte. Continuará contra os exércitos brancos de Skoropadski, de Denikin (que será rapidamente derrotado), depois de Wrangel. Simon Petliura foge em 1919. O Comitê Revolucionário clandestino encarrega Makhno de organizar a luta contra o invasor austro-húngaro.

Seus *tatchanki* fazem maravilhas: no mesmo dia podem atacar em dois lugares distantes de centenas de quilômetros. Seus raids proporcionam armas, víveres, dinheiro, material. Nenhum batalhão resiste-lhe; os camponeses fornecem-lhe, além de alojamento e alimentos, cavalos descansados, armas, informações preciosas. Isso lhes vale, às vezes, duras represálias.

Os bolcheviques, que têm, contudo, os exércitos brancos na retaguarda, não hesitam em atacar violentamente os libertários: multiplicam-se as prisões, os assassinatos. Trotski, que nunca perde a oportunidade de massacrar a “canalha” anarquista, e o lúgubre Dzerjinski, chefe da Tcheka, conduzem a repressão. Em setembro de 1918, a mulher e o filho de Makhno são assassinados. Em toda a parte o desarmamento dos não-bolcheviques é sistemático. Ou os soldados entram no Exército Vermelho ou retornam às suas casas.

Enquanto isso, Makhno lança um ataque geral contra o *hetman* Skoropadski, depois contra Petliura, em Ekaterinoslav, onde ele é apoiado pelos... bolcheviques, que jogam nos dois lados. Makhno entra na cidade



por trem, em trajes civis, incógnito. O exército de Petliura é liquidado, e Makhno abandona a cidade aos bolcheviques.

Será, de novembro de 1918 a junho de 1919, a grande pausa na qual Vermelhos e Brancos mantêm-se distantes uns dos outros, e a Makhnovtchina vai desenvolver-se; o exército ocupa toda a região de Gulai Polie, em cujo período, pela primeira vez, eles têm tempo para refletir um pouco, inclusive teorizar, sobre sua experiência.

Petliura retorna, volta a ocupar Kiev; enquanto os austro-húngaros retiram-se, o *hetman* e os grandes proprietários fogem. O Exército Vermelho enfim recuperará Kiev.

Ao longo desses acontecimentos, bandos de pilhas saqueiam a região, o que permitirá, no momento oportuno, à propaganda unida dos bolcheviques e dos brancos, apresentar o perturbador Makhno como um bandoleiro (assim como ser-lhe-ão friamente atribuídos os *pogroms* anti-judeus de Petliura).

Makhno continua a temporizar com Lenin. Joga o jogo e não quer dividir os revolucionários, embora não esteja de acordo com os Vermelhos. Tendo apossado-se de cem vagões de trigo de Denikin, ele os envia a Moscou e Petrogrado, para apoiar os soviéticos.

Enquanto os denikinianos fazem reinar uma repressão terrível, os bolcheviques decidem, em março, atacá-los. Dybenko os conduz. Um acordo é estabelecido com Makhno. Respeitar-se-ão mutuamente. A Makhnovtchina permanecerá independente, mas Makhno terá um estatuto de comissário político vermelho. A bandeira negra continua a tremular sobre cada *tatchanka*. Imaginamos o modo como os chefes bolcheviques tiveram de conter-se para não explodir, Trotski entre outros, ou Dybenko, que chefiará militarmente a repressão contra Kronstadt.

A Tcheka, em algumas semanas, torna-se odiosa aos camponeses, que expulsam os tchekistas e sua administração burocrática. Em represália, chovem críticas contra a Makhnovtchina; víveres e munições não são mais enviados, e prisões são realizadas. Os congressos dos conselhos ocorrem em Gulai Polie em janeiro, fevereiro e abril. Setenta e dois delegados representam neste último congresso dois milhões de homens. Dybenko declara-o contra-revolucionário, e uma campanha difamatória é lançada na imprensa contra os autogestionários, tratados como criminosos e *kulaks* (puro sarcasmo, visto que os camponeses permaneceram pobres, na maioria das vezes mais pobres do que antes).

O pérfido Trotski pronunciará essas célebres palavras:

É melhor ceder toda a Ucrânia a Denikin do que permitir uma expansão do movimento makhnovista. O movimento de Denikin, francamente contra-revolucionário, poderá facilmente ser comprometido mais tarde por meio da propaganda de classe, enquanto a Makhnovtchina desenvolve-se na alma das massas e subleva justamente as massas contra nós.

É nessa época que é concebido um primeiro complô bolchevique visando assassinar Makhno. É o próprio Makhno quem o descobre. Os conspiradores são imediatamente executados. E é justo no momento em que Denikin lança sua grande ofensiva que os bolcheviques atacam Gulai Polie, em junho de 1919. É o fim do período de poder total de Makhno na Ucrânia.

Atacado pela retaguarda, suas comunas destruídas, seus partidários executados sumariamente, Makhno abandona seu posto no Exército Vermelho. À frente dos Vermelhos, uma vez mais, Trotski, esse homem obtuso, mas demencialmente orgulhoso e perverso, esse bom polemista e orador tornado — graças ao desvio da Revolução — ditador militar “infalível” de um imenso país, como o descreve Volin.

Os Vermelhos retiram-se ante Denikin, a fim de que este possa pegar Makhno pelas costas e encarregar-se de sua liquidação. Sob o comando de Vorochilov, chegam novas forças bolcheviques, e é feita a proposta a Makhno de lutar lado a lado. Recusa-se. E tem razão: Vorochilov tem no bolso uma ordem de Trotski para capturar Makhno e fuzilá-lo sumariamente. Alguns homens de Makhno, apesar de tudo, aceitarão um comando no Exército Vermelho. No dia seguinte ao pronunciamento de Trotski proclamando publicamente que Denikin não representa uma séria ameaça, Denikin toma Ekaterinoslav e ameaça Kharkov, que cai em seguida, em julho.

Em pânico, o Exército Vermelho foge, e a Ucrânia é abandonada à própria sorte.

Só resta, ante o terror branco, Makhno. Os homens de Makhno que permaneceram no Exército Vermelho tornam a juntar-se a ele, acompanhados por muitos desertores bolcheviques. A população foge com Makhno, apavorada com as sevícias dos Brancos, que fuzilam os homens, estupram as mulheres (se elas são judias é sistemático). A retirada dura até setembro.

Cercado, descansando pouco, deslocando-se incessantemente, Makhno leva consigo oito mil feridos. Em Uman, sob o controle dos últimos Petliurovski, pactua com estes para cuidar de seus feridos, mas é traído e cercado completamente pelos Brancos, tendo à sua frente o general Slastchhoff (que se tornará mais tarde um oficial... bolchevique).

Em 26 de setembro, é a reviravolta. Makhno muda de direção e ataca os Brancos, em Peregonova. Desaparece no começo da batalha, depois ressurgue na retaguarda, coberto de poeira, no momento em que suas tropas eram acoissadas; provoca a debandada branca, persegue impiedosamente os fugitivos que são eliminados ao sabre, próximo a um rio.

Aproveitando a oportunidade, avança sobre o inimigo, derrota os Brancos, e reconquista em alguns dias toda a Ucrânia.

Em sua passagem instala-se o pânico. Os makhnovistas incendiam as prisões, executam os oficiais, os policiais, os *kulaks*, os padres, os ricos burgueses. Suprimem todas as proibições, quaisquer que fossem. Cartazes são afixados por toda parte explicando o que é a Makhnovtchina, nos quais, entre outras coisas, lê-se:

Cabe aos próprios camponeses e operários agir, organizar-se, entender-se entre si em todos os campos da vida, como eles próprios concebem e desejam. Que eles saibam, portanto, desde já, que o exército makhnovista não lhes imporá, não lhes ditará, não lhes ordenará o que quer que seja. Os makhnovistas só podem ajudá-los, dando-lhes tal ou qual opinião ou conselho, colocando à sua disposição as forças intelectuais, militares ou outras das quais necessitem. Mas não podem nem devem em nenhum caso governá-los, prescrever-lhes o que quer que seja”.

Denikin foge. É definitivamente derrotado. Oportunistas, os bolcheviques retornam às pressas, atacam debilmente próximo a Orel, o que lhes permitirá propagar a lenda segundo a qual o Exército Vermelho derrotou Denikin. Eles tentam reimplantar sua burocracia em toda a parte por onde passam, mas Makhno impede-os. Um importante congresso realiza-se em Alexandrovsk, no qual decidem pela organização de tudo em cooperativas, pela generalização da autogestão e encarrega Makhno de supervisionar as operações militares, com dezoito comandantes sob suas ordens. Pouco após, começa a epidemia de tifo que não abandonará mais a Makhnovtchina, dizimando suas fileiras. O próprio Makhno cairá enfermo por bastante tempo.

Uma vez mais, mas não tão ingênuo quanto alguns historiadores parecem crer, mas, de fato, não tendo escolha, Makhno vai temporizar e

fingir aliar-se aos Vermelhos. Os exércitos fraternizam. Os bolcheviques não hesitam em pedir a Makhno para atacar no *front* polonês, longe de sua província. Recusa-se e acantona-se em Gulai Polie, mais uma vez.

Doravante, declarado fora-da-lei, Makhno escapará várias vezes dos assassinos de Trotski. Bela Kun, que se tornou conhecido durante a Comunidade da Hungria, alia-se a ele, mas o calunia assim que ele dá as costas.

A insensata propaganda dirigida contra ele é curiosamente retomada no mundo inteiro; os jornais estimam sem dúvida, e com razão, que Makhno é um perigo bem maior para o capitalismo do que Lenin.

Em todo lugar onde podem, os bolcheviques destroem o que Makhno constrói. Nessa época, duzentos mil camponeses no total serão fuzilados. Gulai Polie muda de mãos várias vezes, e a cada vez são novas execuções; Makhno não perdoa comissários e oficiais vermelhos.

É na primavera de 1920 que ocorre uma nova ofensiva dos Brancos, na Criméia desta vez, sob o comando de um ex-barão czarista, Wrangel. A cada ataque de Makhno contra o invasor, os bolcheviques atacam sua retaguarda. Para efeito das aparências, a propaganda vermelha acusa evidentemente Makhno do contrário (aliança com os Brancos). Recusam-se a responder ao apelo à união antibranca lançado por Makhno. Ossip e Volin juntam-se a ele.

Enquanto Wrangel avança, conquista uma após outra todas as cidades da Ucrânia, inclusive Gulai Polie, um acordo é enfim concluído entre os Vermelhos e os Makhnovistas.

Volin se beneficiará disso: prisioneiro dos bolcheviques, é libertado nessa ocasião, com outros anarquistas. Os comunistas e anarquistas participam juntos uma última vez nos soviets; Makhno está livre de sua estratégia e os habitantes das regiões makhnovistas vêem-se reconhecer o direito de organizar-se a si mesmos, direito que haviam adquirido havia muito, e os bolcheviques reconhecem publicamente que não existe aliança Makhno-Wrangel.

Este último logo sofre sua primeira derrota, prelúdio a uma liquidação total, que acontece em novembro de 1920, em consequência aos esforços conjugados dos dois "aliados".

Em Gulai Polie, uma vez mais, recomeça-se do zero, recomeça-se tudo. A escola é reorganizada por ferreristas. A Makhnovtchina refaz-se.

Por sua vez, Lenin e Trotski ordenam o assassinato de Makhno e a eliminação de seus partidários. Agora que o inimigo comum foi vencido, nada mais freia seu inevitável confronto direto.

O primeiro complô foi preparado antes da queda de Wrangel. De surpresa, o estado-maior makhnovista da Criméia é preso. Os chefes, dentre os quais o camponês Simon Karetnik que o comandava (às vezes substituíra Makhno como chefe supremo), e Piotr Gavrilenko, ele também camponês anarquista, um dos que derrotaram Denikin, são executados sumariamente. Só Martchenko, outro camponês de Gulai Polie, comandante da cavalaria, consegue escapar com duzentos e cinqüenta homens (de um total de mil e quinhentos).

Em seu regresso, Martchenko e Taranovski (outro comandante) apresentam-se diante de um Makhno abatido. Diz Martchenko: “Tenho a honra de anunciar-vos o retorno do exército da Criméia. Sim, irmãos, só agora sabemos o que são os comunistas”. Makhno já sabia quem eles eram há muito tempo, mas os acontecimentos não lhe deram escolha. Ele deixa uma vez mais Gulai Polie, com apenas duzentos e cinqüenta homens, para ser mais rápido. Encontra-se enfermo; tem um tornozelo estraçalhado por uma bala. É preciso recuperar-se desse golpe.

Volin, que nessa época encontrava-se preso, conta que um dos responsáveis da Tcheka, Samsonoff, que o interroga, fez-lhe a seguinte observação: “Nós nos tornamos agora verdadeiros e hábeis homens de Estado. [...] Tão logo não tivemos mais necessidade de seus serviços — e mesmo logo que ele começou a nos incomodar —, soubemos nos livrar definitivamente dele”. Difícil resumir melhor a situação.

Mas Makhno não foi definitivamente abatido. Reconstitui um exército de mil cavaleiros e mil e quinhentos homens de infantaria. Ele contra-ataca, recupera sua Gulai Polie, e faz seis mil prisioneiros bolcheviques: dois mil vão logo desertar para juntar-se a ele. É preciso dizer que começa a ficar evidente para os velhos bolcheviques que sua revolução já foi confiscada por um punhado de arrivistas e burocratas, dos quais a maioria nem sequer participou dos primeiros combates, ou só o fizeram a contragosto: Trotski, Kamenev, Zinoviev etc... A luta continuará até 1921. Enfim, Makhno deve recuar. O inverno, a neve, o gelo entravam sua marcha. Muitos de seus fiéis lugares-tenentes foram mortos: Martchenko, Gregori

Vassilevski (que freqüentemente o substituía à frente do exército) etc... Ele próprio é ferido várias vezes; mal consegue manter-se sobre o cavalo; tem uma bala na coxa e outra no ventre.

O verão vê seus últimos companheiros morrerem: Stehuss, Kuri-lenko, Mikhaleff-Pavlenko. Os camponeses o escondem à força, pois ele não pode mais caminhar nem permanecer em pé. Ele supera sua fraqueza e salva-se. [...]

Em agosto, Budieni vence definitivamente os exércitos makhnovistas. Nestor Makhno é ferido, Ivanuk e Petrenko mortos (eram seus dois últimos fiéis companheiros); consegue fugir com — segundo as fontes — duzentos e cinquenta homens ou apenas setenta e sete cavaleiros sobreviventes.

Em seguida, escondido numa carroça de feno, revistada a golpes de baionetas numa barreira de controle, entra na Romênia, onde é internado para tratar de seus ferimentos.

Enquanto os últimos makhnovistas são liquidados, enquanto o sinistro Frunze, general bolchevique, massacra mulheres e crianças, toda a Ucrânia vai ser submetida a uma ditadura jamais estabelecida por qualquer czar. Tão logo recuperado dos ferimentos, Makhno foge da Romênia, passa pela Polônia onde é novamente preso. Foge mais uma vez, entra na Alemanha onde encontra alguns de seus partidários.

Encontrar-se-á em Paris, exilado, taciturno. Motorista de táxi, operário na Renault. Sua mulher, Galina Andreevna, que havia sonhado ser a companheira de um revolucionário ucraniano, abandona-o. Com seu pé nunca curado, sua face portando uma enorme cicatriz, escreve suas memórias (que infelizmente permanecerão inacabadas e interrompem-se no começo da revolução). Bebe cada vez mais. A tuberculose devora-o. Morre em 1935.

## 1921: os marinheiros de Kronstadt

Principal base da frota do Báltico e cidade fortificada na ilha de Kotlin, Kronstadt, a trinta quilômetros de Petrogrado, abriga em 1917 aproximadamente 50.000 habitantes, em sua maioria marinheiros do Báltico,

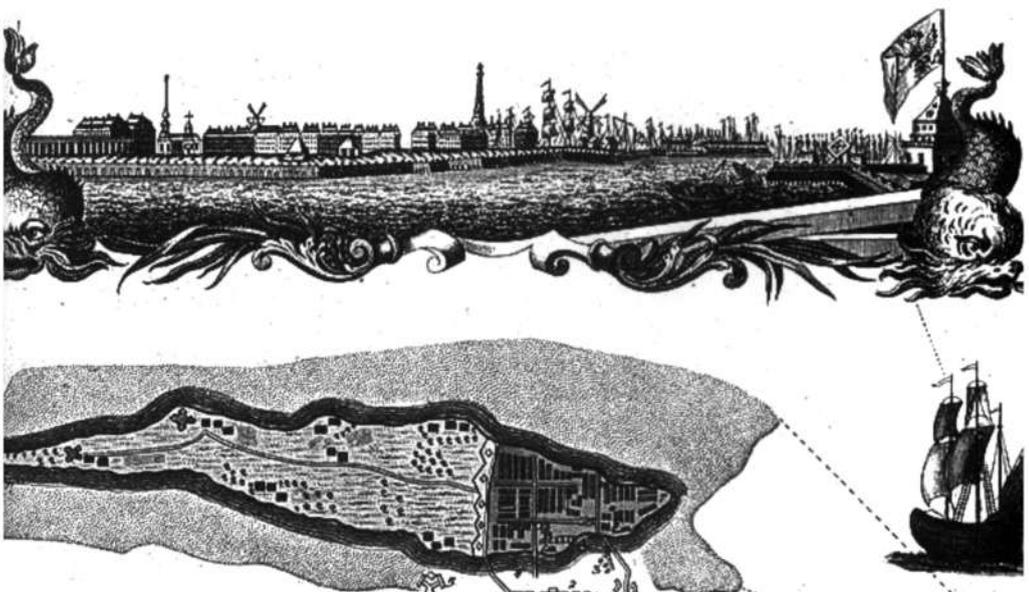
soldados, oficiais, operários dos arsenais militares. De fevereiro a novembro de 1917, os marinheiros de Kronstadt estão em todas as sublevações. Ponta de lança da insurreição, “o orgulho e a glória da Revolução russa”, reconhecerá Trotski<sup>1</sup>. Ao final de fevereiro de 1917, os marinheiros começam pondo as mãos sobre 236 oficiais particularmente detestados, proclamam a elegibilidade do comando, abolem o uso de dragonas e organizam o Soviete de Kronstadt. Neste Soviete figura um anarquista, Efim Yartchuk. Segundo Ida Mett:

Kronstadt logo se torna a Meca revolucionária aonde se dirigiam as diferentes delegações do *front* e da retaguarda.

Durante as semanas da revolução burguesa, a cidade aparece, com efeito, como um exemplo surpreendente de poder popular. Na sessão de 26 de maio de 1917, seu Soviete decide:

O poder na cidade de Kronstadt encontra-se doravante unicamente nas mãos dos Sovietes, dos deputados, dos operários e dos sol-

<sup>1</sup> Já em novembro de 1905 e julho de 1906, as sublevações de marinheiros e soldados de Kronstadt foram esmagadas pela guarda imperial de São Petersburgo. No dia seguinte à vitória bolchevique, foram os marinheiros de Kronstadt, conduzidos pelo jovem anarquista Anatole Jelezniakov, que dispersaram a Assembléia Constituinte.



dados, o qual, para os assuntos que concernem a todo o país, põe-se em contato com o governo provisório.

Todavia, a despeito da constituição do primeiro ministério de coalizão (18 de maio-5 de agosto de 1917), a política social do governo permanece muito prudente. No início de julho, o fracasso militar de Lemberg (Lvov) na Polônia, provoca em Petrogrado violentas manifestações. Os bolcheviques estão transtornados. Em 4 de julho, a chegada de milhares de marinheiros de Kronstadt desfraldando bandeiras vermelhas e negras relança a revolta. Tchernov, ministro da Agricultura e chefe dos socialistas revolucionários, faz um enfadonho discurso aos manifestantes. Os marinheiros tomam-no como refém e lançam-no em um automóvel descoberto. O governo logo envia Trotski, o ídolo dos marinheiros, para libertar Tchernov. Em outubro, os marinheiros de Kronstadt estão uma vez mais presentes, e são eles que ocupam um certo número de pontos estratégicos. John Reed bem viu a influência e a confiança que inspiravam seus destacamentos. Essa influência de Kronstadt repousa sobre o dinamismo de homens prontos a tudo para defender o novo poder. Mas qual poder? A organização da vida cotidiana na cidade-fortaleza permite crer que os marinheiros admitiam um poder: aquele do povo. São, com efeito, os próprios cidadãos, agrupados nos Comitês de residências e nas milícias,

que gerem todos os serviços e a própria vida da cidade. Grupos de habitantes de um mesmo bairro põem-se a cultivar em comum terrenos até aquele momento abandonados.

Uma “União dos Agricultores de Kronstadt” produz objetos indispensáveis como os pregos, as foices, as charruas... Comitês de residências, de ruas, de bairros fornecem homens e informações ao Comitê urbano encarregado dos interesses da cidade. No início de 1918, a população decide a socialização das moradias e das casas. O So-



## AUTOGESTÃO EM KRONSTADT

(Excertos)

Efim Yartchuk

Na sessão seguinte do soviete, um projeto de socialização das moradias foi apresentado, elaborado pelo grupo dos anarquistas e socialistas revolucionários de esquerda do soviete. (...)

Os bolcheviques, referindo-se à importância do problema e à necessidade de estudá-lo a fundo, pediram para adiar por uma semana o debate do projeto da socialização das moradias. Neste ínterim, foram a Petrogrado e, tendo recebido instruções do centro, exigiram, na sessão seguinte do soviete, a retirada deste projeto da ordem do dia, pois, segundo declaravam, uma questão tão séria só poderia ser resolvida em escala de toda a Rússia, e Lenin já preparava um decreto neste sentido; por esta razão, no interesse do assunto em questão, o soviete de Kronstadt devia esperar instruções do poder central. (...)

Finalmente, apesar da sabotagem dos bolcheviques, comitês de residências, de bairros e outros comitês foram criados em toda Kronstadt. Quando chegou o momento da repartição equitativa das moradias, revelou-se que, ao lado da miséria dos trabalhadores, alojando-se em subsolos pavorosos, havia pessoas que ocupavam até 10 ou 15 cômodos. (...)

O projeto foi aplicado. Aqueles que viviam nos subsolos imundos e úmidos, em pardieiros miseráveis, em celeiros, instalaram-se em apartamentos decentes; o princípio "todos devem ter uma moradia decente" foi realizado. Foram previstos até mesmo vários hotéis para as pessoas em trânsito. Em cada comitê de distrito foram criadas oficinas para trabalhar nas modificações e reformas das moradias.

Somente muito tempo depois, quando os principais argumentos dos bolcheviques para com seus adversários de esquerda tornaram-se a prisão, a baioneta e a bala, é que foi destruída, pelos bolcheviques, esta organização com todas as suas bases criadoras.

viète de Kronstadt composto essencialmente de bolcheviques e alguns socialistas-revolucionários e anarco-sindicalistas, não consegue dissuadir os cidadãos de adiar uma medida tão radical. E começou-se o recenseamento e o exame dos locais de maneira a dar uma moradia conveniente a cada habitante.

Os choques com o poder central surgem em 1918. Em fevereiro, o Conselho dos Comissários do Povo pronuncia a dissolução da frota e inicia a criação de uma nova Frota Vermelha. Depois, procede-se ao desarmamento da população. Contingentes de marinheiros são enviados para as diversas frentes internas. Em abril, os grupos anarquistas de Moscou são dissolvidos e perseguidos. Kronstadt só pode emitir duas moções de protesto. A duríssima mobilização das energias no transcurso dos anos do “comunismo de guerra” (1918-1921) faz surgir em todo o país, no campo e na cidade, um descontentamento ainda mais trágico porque os gêneros de primeira necessidade desapareceram. Em fins de fevereiro de 1921, *meetings* e greves paralisam as grandes fábricas de Petrogrado. Panfletos e proclamações sucedem-se. Num dos cartazes lê-se:

Uma mudança fundamental na política do governo é necessária. Em primeiro lugar, os operários e os camponeses precisam de liberdade. Eles não querem viver segundo as prescrições dos bolcheviques; querem decidir eles próprios seu destino.

Mas o Soviète de Petrogrado proclama a lei marcial, decide o *lockout* dos operários das fábricas de Trubotchny, enquanto a Tcheka (policia política) procede a inúmeras prisões. Zinoviev, presidente do Soviète, não quer ver em toda essa agitação senão uma série de maquinações fomentadas por mencheviques e social-revolucionários.

A bem da verdade, a Kronstadt de 1921 não é a mesma de 1917. A vanguarda revolucionária abandonou a cidade; foi para as diversas frentes internas combater os exércitos brancos. Além do mais, os marinheiros são recrutados cada vez mais na costa do Mar Negro, nessa Ucrânia sensível às proezas de Makhno. Durante as permissões de visita a seus familiares, eles observam o rigor dos confiscos de cereais e o mal-estar rural. A restauração da disciplina militar, a supressão dos comitês de navio, a instalação

de comissários e especialistas irritaram, por sinal, os marujos. Entretanto, Kronstadt, aberta à influência libertária, conservou a chama revolucionária e permanece à escuta de Petrogrado. Por isso a praça-forte envia emissários informar-se quanto às reivindicações dos grevistas. Em seu retorno, os marinheiros dos navios de guerra Petropavlovsk e Sebastopol afirmam sua solidariedade com os trabalhadores de Petrogrado e declaram que são vítimas de sua lealdade à Revolução e ao Partido Comunista. De imediato o movimento estende-se a toda a frota. Em 1º de março, as tripulações organizam um *meeting* na praça Yakorny; 16.000 marinheiros, operários e soldados participam desse evento. O presidente da República, Kalinin, o comissário da Frota do Báltico, Kuzmin, falam aos manifestantes. O Comitê de investigação enviado a Petrogrado denuncia as medidas empregadas por Zinoviev contra os operários. Por unanimidade menos três votos (os de Kalinin, Kuzmin e Vassiliev, presidente do Soviete de Kronstadt) é adotada uma resolução que estipula entre outros pontos:

A assembléia decide que é preciso, tendo em vista que os Sovietes atuais não exprimem a vontade dos operários e dos camponeses:

- Proceder de imediato à reeleição dos soviets por meio do voto secreto.

---

O marinheiro ao lado é Stepan Maaximovitch Petrichenko (1892-1947). Anarco-sindicalista, foi um dos principais líderes da revolta de Kronstadt. Foi presidente do Comitê Revolucionário Provisório de Kronstadt.



- Estabelecer a liberdade de expressão e de imprensa para todos os operários e camponeses, para os anarquistas e para os partidos socialistas de esquerda.

Em 2 de março de 1921, 300 delegados reúnem-se na Casa de Educação para discutir novas eleições no Soviete. Os comunistas são apenas uma minoria, e a massa dos sem partido faz adotar a criação de um Comitê Revolucionário Provisório que instala temporariamente sua sede no navio de guerra Petropavlovsk. Em 3 de março aparece o primeiro número das Notícias do Comitê Revolucionário Provisório (*Izvestia* de Kronstadt).

Assim, comenta Paul Avrich:

Mas que governo poderia dar-se ao luxo de suportar um motim da marinha prolongado em sua principal base estratégica, cobiçada por inimigos desejosos de fazer ali um trampolim para uma nova invasão?



Assembléia de operários e marinheiros em Kronstadt.

A reação do poder central é imediata. A rádio moscovita anuncia o isolamento total de Kronstadt. Vê na sublevação uma “conspiração dos brancos” organizada pelos “espiões da Entente” e pela contra-espionagem francesa. Um outro boletim precisa: “Se persistis, nós vos abateremos como se fossem perdizes”. Na madrugada de 4 para 5 de março, Trotski, “presidente do Soviete militar revolucionário da República” lança o seguinte ultimato a Kronstadt:

O governo operário e camponês declarou que Kronstadt e as tripulações rebeldes devem submeter-se imediatamente à autoridade da República Soviética. Eis por que ordeno a todos os que pegaram em armas contra a pátria socialista para depô-las de imediato. Os recalcitrantes serão desarmados e entregues às autoridades soviéticas. Os comunistas e outros representantes do governo devem ser imediatamente liberados. Só os que se renderem incondicionalmente podem contar com a indulgência da república soviética. Ao mesmo tempo, dou ordens destinadas a reprimir o motim e reduzir os rebeldes pela força das armas. Os chefes dos motins contra-revolucionários serão inteiramente responsáveis pelos prejuízos que poderão sofrer por sua culpa as populações pacíficas. Esta advertência é definitiva.

Alguns anarquistas de Petrogrado fazem, então, uma última tentativa para dissuadir os bolcheviques de atacar Kronstadt. Em uma carta dirigida ao Comitê do Trabalho e de Defesa de Petrogrado, Alexandre Berkman, Emma Goldman, Perkus, Petrovski propõem em vão o envio de uma comissão apta a resolver pacificamente o conflito. Enquanto as tropas bolcheviques preparam-se ao assalto, Kronstadt ainda aguarda o apoio de Petrogrado e das outras grandes cidades. Por toda a Rússia, os anarquistas acolhem com entusiasmo o anúncio da sublevação. Eles difundem em Petrogrado um panfleto mobilizador:

É por ti, povo de Petrogrado, que os marinheiros sublevaram-se. Sai da letargia e toma parte no combate contra a ditadura comunista; depois disso a anarquia se instalará.

A imprensa de Kronstadt denuncia o “feldmarechal” Trotski. Surgem palavras de ordem lapidares: “Todo o poder aos soviets e não aos partidos”. “Viva Kronstadt Vermelha com o poder dos soviets livres!”. “Viva os soviets sem os bolcheviques”.

Todo diálogo revela-se, portanto, impossível.

Seja porque não quer participar pessoalmente do assalto contra “a ponta de lança da Revolução”, seja porque não quer operar em uma zona concernindo à autoridade de Zinoviev, o fato é que Trotski confia a responsabilidade do ataque ao general Tukhatchevski, tido como herói da recente campanha polonesa. Chegam tropas da confiança do regime. A artilharia comunista ocupa as ilhas vizinhas. E, em 7 de março de 1921,

## IZVESTIAS

8 de março de 1921

Nº 6

A autoridade da monarquia policial passou às mãos dos usurpadores comunistas. Estes, por toda liberdade, inspiraram aos oprimidos o incessante terror de cair sob as patas da Tcheka, cujos horrores ultrapassam aqueles da polícia czarista.

A baioneta e o insulto desses esbirros é todo o salário que foi pago aos trabalhadores da Rússia soviética por tantas lutas e mártiros.

8 de março de 1921

Nº 7

Escuta, Trotski! Tu podes, enquanto se espera que o povo se vingue, fuzilar inocentes aos milhares, mas a verdade, não poderás fuzilá-la!

Ela acabará por aparecer. Tu e teus esbirros, sereis então obrigados a prestar contas.



às 18h45, as baterias comunistas abrem fogo contra Kronstadt. A prova de fogo foi iniciada. Em 8 de março, os *Izvestia* de Kronstadt expõem os motivos da luta decisiva:

A revolução de outubro foi feita pelos operários para sua liberação. Mas o Homem encontrou-se ainda mais escravo que antes... Ao glorioso emblema do Estado operário (a foice e o martelo) o governo comunista substituiu a baioneta e a grade de prisão... Puseram a mão sobre o pensamento, sobre o espírito dos trabalhadores, obrigando cada um a pensar unicamente segundo a fórmula deles. É em Kronstadt que a Revolução está em marcha... É em Kronstadt que colocamos a primeira pedra da Terceira Revolução. Ela romperá as últimas cadeias que entravam as massas laboriosas. Ela abrirá a nova e mais ampla via da edificação socialista.

perá as últimas cadeias que entravam as massas laboriosas. Ela abrirá a nova e mais ampla via da edificação socialista.

A despeito desses apelos patéticos, o que podem fazer os 16.000 defensores de Kronstadt ante os batalhões comunistas? O ataque decisivo inicia-se em 16 de março. Durante 48 horas, um cruel e sangrento combate desenvolve-se sob as bombas da aviação e da artilharia. Em 18 de março, encerra-se a operação militar. Kronstadt agoniza.

Escreve Emma Goldman:

Milhares de homens assassinados, a cidade afogada no sangue. O Neva tornou-se o túmulo de uma multidão de homens... 18 de março = aniversário da Comuna de Paris de 1871, esmagada dois meses

depois por Thiers e Gallifet, os açougueiros de 30.000 comunalistas! Imitados em Kronstadt em 18 de março de 1921!

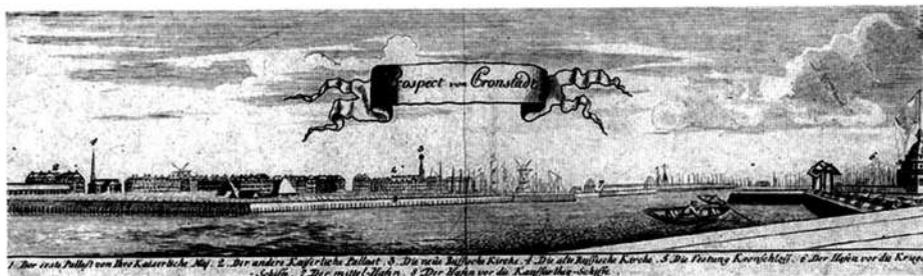
Kronstadt esmagada, Lenin extrai a lição do acontecimento. É verdade, o X Congresso do Partido Bolchevique afirma que na sublevação de Kronstadt

a contra-revolução burguesa e os guardas brancos de todos os países do mundo logo se mostraram prontos a aceitar até as palavras de ordem do regime soviético desde que fosse derrubada a ditadura do proletariado na Rússia.

Mas diante desse mesmo X Congresso do Partido, Lenin anuncia a adoção de uma Nova Política Econômica, a N.E.P.

Os anarquistas desempenharam apenas um pequeno papel nessa insurreição de um dos ápices da Revolução russa. Os mais representativos dos anarquistas (Jelezniakov, Bleikhman, Yartchuk) não estavam mais, com efeito, na cidade rebelde. Mas as idéias libertárias, bem como os *slogans* anarquistas, mobilizaram todos aqueles que acreditavam ser ainda possível a criação de uma federação de comunas autônomas. Eis por que os anarquistas reconheceram e reconhecem sempre a recusa do poder estatista, da ditadura de um partido autoproclamando-se representante dos trabalhadores, a tomada do controle de seu próprio destino pelo próprio povo, sem pastores políticos, sem chefes nem tutores. Como observa Alexandre Nataf:

Sem perder de vista o essencial, isto é, que a resistência de Kronstadt não cristalizou um desejo de deter o curso da revolução, mas, ao contrário, uma vontade de radicalizá-lo.





Em 17 e 18 de março de 1921, a comuna de Kronstadt sucumbe sob o feroz ataque do Exército Vermelho que se apodera da cidade e dos fortes, depois de sangrentos combates. Os bolcheviques, senhores da cidade, continuarão a executar covardemente centenas de prisioneiros e feridos. Os outros sobreviventes, que não fugiram para a Finlândia, serão internados nos campos de concentração, morrendo de fome ou fuzilados pela Tcheka.

Acima vemos o avanço dos soldados do Exército Vermelho sobre o gelo rumo a Kronstadt. Abaixo os soldados posicionados sobre as águas congeladas do golfo da Finlândia.



**C.N.T.**

**19 Julio 1936**



## 1936, a Revolução espanhola

A Espanha de 1936 abriga seis milhões de operários, dos quais dois a três milhões são filiados a um sindicato. Duas grandes centrais reúnem o essencial dos efetivos: a U.G.T. (União Geral dos Trabalhadores), socialista; a C.N.T. (Confederação Nacional do Trabalho), anarquista. A título de comparação, os partidos políticos de esquerda (Partido Comunista, Partido Socialista Operário, P.O.U.M.) possuem apenas um número restrito de filiados. Ante a conspiração do general Franco, em 1936, as duas grandes organizações anarquistas, a C.N.T. e a F.A.I. (Federação Anarquista Ibérica) querem conduzir ao mesmo tempo a guerra e a revolução. Desde muito tempo, na Espanha, um antifascista não pode ser senão um revolucionário.

### Revolução social contra golpe de Estado

A rebelião do general Franco encontra, pois, os anarquistas em estado de alerta. A ordem de greve geral lançada pela C.N.T. é um apelo à luta antifascista. Para além das divergências ideológicas, a solidariedade dos republicanos, comunistas, socialistas, anarquistas manifesta-se nos combates conduzidos contra os ataques das forças rebeldes. Enquanto o poder político de Madri dissolve-se, milícias populares constituem-se.

O centro do país com Mancha, Nova Castela, uma parte de Estremadura, passa sob a autoridade dos comunistas e dos socialistas. Uma espécie de autonomia regional assegura a Aragão, às Astúrias, a Biscaia uma quase independência. A Catalunha permanece a região dos anarquistas. Após a primeira vitória sobre as forças rebeldes, Companys, pre-

sidente do governo catalão, recebe uma delegação armada da C.N.T. e da F.A.I., e diz-lhes:

Sem vós os fascistas triunfariam na Catalunha. Fostes vós, anarquistas, que salvastes a Catalunha e agradeço-vos por isso. Todavia, também ganhastes o direito de assumir a direção da vida pública. Estamos prontos a nos retirar e a deixar-vos a responsabilidade da situação.

Os interlocutores conhecem bem Companys, que adquiriu grande celebridade por volta de 1920 ao defender os anarquistas. Em 1934, ele proclamou a República catalã e foi condenado a 30 anos de reclusão. Entretanto, Garcia Oliver declina da oferta de assumir o poder político. O poder agora está na rua; e os chefes anarquistas, ontem ainda perseguidos, vêm-se à frente da Aliança revolucionária antifascista. Os representantes anarquistas Joaquim Ascaso, Buenaventura Durruti, Garcia Oliver dirigem o Comitê das milícias antifascistas formado em 23 de julho de 1936, em Barcelona. A C.N.T. organiza a retomada do trabalho e o relançamento da economia; ela controla a imprensa, a rádio, os grandes *meetings* populares.

As rivalidades de partidos ou as divergências de objetivo minam, contudo, os esforços coletivos. O Partido Socialista Unificado da Catalunha (P.S.U.C.), a U.G.T. catalã apóiam os comunistas, obtêm do governo algumas reformas sociais, enquanto os trotskistas do P.O.U.M. esforçam-se para aumentar sua clientela popularizando a tese de um governo operário. Em agosto de 1936, os imperativos militares conduzem a uma ofensiva antifascista contra os nacionalistas de Aragão. A Coluna Durruti chega a 30 quilômetros de Saragoça e, ao mesmo tempo que libera cidades e aldeias, sustenta a criação de coletividades agrícolas criadas espontaneamente pelos camponeses revolucionários. Guerra e revolução não estão aqui dissociadas. Logo se compreende qual dinamismo anima os homens da Coluna Durruti, vinda de Aragão para Madri, e detendo os franquistas na Cidade Universitária da capital espanhola.

Em 26 de setembro, a C.N.T. aceita entrar na *Generalitat*, isto é, participar do governo catalão, doravante denominado "Conselho de



Barcelona, 24 de julho de 1936. Partida da Coluna Durruti de La Diagonale.

Defesa Regional”, ao qual se juntam os membros do P.O.U.M. (Andrés Nin é ministro da Justiça) e do P.S.U.C. O avanço dos nacionalistas aproxima, por sinal, os socialistas e os anarquistas catalães. Em 22 de outubro, suas duas centrais sindicais precisam os objetivos a alcançar: expropriação dos grandes capitalistas, coletivização de suas empresas, manutenção dos pequenos produtores. No final de outubro de 1936, ante a ameaça nacionalista sobre Madri, os anarquistas aceitam participar do governo central. Quatro sindicalistas recebem uma pasta ministerial: Joan Peiró torna-se ministro da indústria; Joan Lopez Sanchez, ministro do Comércio; Federica Montseny, ministra da Saúde e Garcia Oliver, ministro da Justiça. O aporte desse sangue novo bastaria para justificar o otimismo da imprensa anarquista, que via no 4 de novembro “um dos fatos mais transcendentales que a história política de nosso país registra”?

Na Justiça, Joan Garcia Oliver demonstra excelentes capacidades. Um anarquista ministro da Justiça não é, por sinal, algo comum! Mas essa participação em um governo burguês, essa entrada no aparelho de Estado, suscitarão muitas questões e muitas reações. Tendo perdido seu prestígio,

o governo de Largo Caballero deixa Madri sitiada e desloca-se para Valência. Na estrada, o comboio é parado por um momento em Tarancon, por anarquistas que deixam aos ministros a escolha de voltar para Madri ou ser fuzilados...

## Barcelona, maio de 1937

### A contra-revolução

Em 1937, enquanto em Moscou o jornal *Pravda* sustenta que a depuração dos trotskistas e anarquistas catalães “será conduzida com a mesma



Durruti no front.

energia que aquela com a qual ela foi conduzida na U.R.S.S.”, a carta aberta de Camillo Berneri para Federica Montseny inquieta-se com discursos eloqüentes e artigos brilhantes escritos pelos ministros anarquistas aprisionados em uma “estratégia de posição”. E Berneri, em conclusão, diz:

É chegada a hora de saber se os anarquistas estão no governo para ser as vestais de um fogo a ponto de apagar-se ou se estão ali, doravante, só para servir de gorro frígido a políticos flertando com o inimigo ou com as forças de restauração da “República de todas as classes”. O dilema; guerra ou revolução não faz mais sentido. O único dilema é este: ou a vitória sobre Franco graças à guerra revolucionária ou a derrota.

Em 21 de novembro de 1936, atingido por uma bala no pulmão, Durruti morre durante a batalha de Madri. Foi abatido, como pensa H. Thomas, por um de seus próprios homens refratários à nova atitude dos anarquistas (“a disciplina da indisciplina” pregada energicamente

por Durruti desde agosto) e à participação no governo? O mistério da morte de Durruti, o mais popular herói antifranquista da Guerra Civil, nunca foi elucidado.

As querelas e oposições de partido não cessam: rivalidades C.N.T.-PS.U.C. na Catalunha em relação aos problemas de abastecimento, conflito C.N.T.-comunistas em Levante, no que concerne à venda das laranjas da região... De um lado, os comunistas, preocupados em tranquilizar a classe média, não assustar as democracias ocidentais não-intervencionistas e travar uma guerra clássica contra os nacionalistas, são hostis à coletivização das terras e às milícias populares. Do outro, os anarquistas estendem os métodos coletivistas e desaprovam a reconstituição de um exército regular. Aos partidários de uma “república parlamentar democrática” opõem-se os revolucionários desejosos de multiplicar os Comitês políticos, as nacionalizações e as direções coletivas de fábricas. Em 25 de abril de 1937, o jornal anarquista *Solidaridad Obrera* lança um vivo ataque contra os comunistas. No mesmo dia, Rollan Cortada, dirigente das juventudes socialo-comunistas de Barcelona, é assassinado pelos anarquistas, segundo alguns. Os comunistas respondem executando dois anarquistas, um deles o prefeito de Puigcerda.

Em 3 de maio, um incidente desencadeia uma sangrenta luta em Barcelona entre os comunistas e os anarquistas. Nesse dia, o chefe (comunista) da polícia, Rodriguez Sala, vai à Central telefônica (gerida desde 36 pela C.N.T.) sob o pretexto de assegurar-se de que os anarquistas não instalaram escuta telefônica para surpreender as diretrizes governamentais. Os membros da C.N.T. crêem que o governo tenta apoderar-se da Telefônica. Fuzilarias. Intervenção da guarda civil. Barricadas surgidas em toda parte na cidade. Rajadas de metralhadoras. Assaltos contra as casernas e os edifícios públicos. Na noite de 8 de maio o balanço oficial é pesado: mais de 500 mortos (dentre os quais Camillo Berneri, aba-



tido em 5 de maio), e ao menos 1000 feridos. Os dirigentes da C.N.T., que teriam podido chamar suas colunas do *front* (com todos os riscos que isso comportava), recusam-se a tomar essa atitude e, ao contrário, lançam um vibrante apelo à calma e à deposição das armas. Os anarquistas da base sentem-se traídos por “seus” ministros. É o golpe fatal de paralisação da revolução social na Catalunha.

Um apelo do Comitê pela Revolução Espanhola denuncia o Partido Comunista Espanhol e o Partido Socialista Unificado da Catalunha que

se aproveitando da popularidade que lhes valeu o abastecimento da Espanha pela Rússia soviética e mais ainda os abundantes recursos materiais dos quais dispõem em função de seu contato íntimo com a U.R.S.S.

desencadearam uma

abominável campanha contra o P.O.U.M., a C.N.T. e a F.A.I., organizações operárias hostis à sua dominação, decididas a opor-se ao estabelecimento de toda ditadura totalitária, decididas a levar tão longe quanto seja possível as conquistas da classe operária.

As posições estão claramente definidas quando eclode a crise entre o presidente do Conselho, Largo Caballero, e os comunistas. A tentativa de excluir estes últimos e formar um governo de sindicalistas apoiado pela C.N.T. e pela U.G.T. dá uma guinada.

Lembremos que, à época, os únicos abastecimentos de armas de importância provêm da U.R.S.S. (paga com o ouro do Tesouro espanhol) e que os comunistas locais usam e abusam dessa posição de força.

Juan Negrín (um socialista claramente mais permeável à ambição dos comunistas do que Largo Caballero) torna-se Primeiro-ministro de um gabinete que não comporta nenhum anarquista. Será preciso aguardar março de 1938 para rever um ministro anarquista no ministério Negrín. Naquele momento, a presença de Segundo Blanco na Educação e na Saúde Pública coincide (como em novembro de 1936) com uma situação militar dramática. Na mesma ótica, a C.N.T. e a U.G.T. entram em acordo

para trabalhar pelo crescimento da produtividade. Um plano de conjunto deve organizar o trabalho industrial. Mas as empresas geridas por comitês de trabalhadores recebem doravante suas matérias-primas do ministro da Economia e são vigiadas por mediadores. Quando a vitória dos exércitos rebeldes é certa, dois anarquistas, Gonzalez Marin e Eduardo Val, dão seu apoio à junta insurrecional do coronel Casado que, em março de 1939, quer engajar negociações imediatas com os nacionalistas com vistas a cessar as hostilidades.

É o que os historiadores chamarão de “guerra civil na guerra civil”. A tragédia termina. Porquanto a revolução social não pode desenvolver-se, o fracasso militar é então inevitável, pensam os anarquistas. A “União Sagrada” em torno dos comunistas e dos partidos burgueses sufocou a chama revolucionária.

## Guerra e Revolução

A participação dos anarquistas na Revolução espanhola é, portanto, uma participação sem equívoco. Qual foi seu resultado? A presença no poder de ministros anarquistas não pode gerar ilusão. Gaston Leval escreve:

Quando se faz o balanço desse colaboracionismo, chega-se à conclusão de que o passeio pelos corredores do poder foi negativo sob todos os pontos de vista.

Onde encontrar, se eles existem, testemunhos da obra libertária?  
Prossigue Leval:

A única obra construtiva, válida, séria, feita durante a guerra civil foi precisamente aquela da revolução, à margem do poder. As coletivizações industriais, a socialização da agricultura, as sindicalizações dos serviços sociais, tudo isso que permitiu resistir durante quase três anos, sem o quê Franco teria triunfado em algumas semanas, foi a obra daqueles que criaram, organizaram, sem se ocupar de ministros e ministérios.



partida dos grandes proprietários fundiários permite às comunidades rurais, em acordo com os delegados para a agricultura, requisitar as máquinas das grandes propriedades e armazenar nos locais provisórios o trigo, as frutas, os legumes dessas imensas explorações agrícolas. Um comitê local eleito encarregar-se-á desses bens coletivos. Em outubro de 1936, o diário C.N.T. de Madri apela ao Estado para “reconhecer o que se faz nas terras espanholas” e a não nacionalizar as terras em seu proveito. Ele ressalta as palavras de ordem dos congressos de sindicatos agrícolas:



Para os libertários, a guerra é ao mesmo tempo um combate revolucionário. As regiões onde as idéias libertárias estão solidamente ancoradas, na Catalunha, em Aragão, no Levante, conheceram, portanto, uma profunda transformação social. No campo, a autogestão afirma-se então como o motor da economia.

A rebelião franquista eclode, com efeito, no momento em que a fome de terras não está saciada. Além do mais, essa rebelião surge em 19 de julho de 1936, numa época em que a colheita é um dado imperativo. A

Socialização da terra pelos e para os trabalhadores! Socialização e não estatização! Produção sob a responsabilidade das organizações de classe dos operários!

Uma grande parte das terras que escapa das mãos dos franquistas passa para o controle dos organismos que não são nem conselhos municipais nem sindicatos: *as colectividades agrárias*, desprovidas de proprietários e administradores. Aragão contará 400, Levante 900, Castela 300, Estremadura 30, Catalunha 40.

## Coletividades de Aragão

Em Aragão, 80% das terras cultivadas pertenciam aos grandes proprietários. O movimento de socialização agrária é rápido. Em 14 e 15 de fevereiro de 1937, 25 federações cantonais são representadas no Congresso constitutivo da Federação das Coletividades de Aragão que se realiza em Caspe. Os delegados provêm de 275 povoados e são mandatados por 141.430 famílias. O Congresso vota um conjunto de resoluções que determinam a atividade futura. A moeda é suprimida e um fundo comum de mercadorias e recursos financeiros servirá de troca com as outras regiões. Uma caderneta de abastecimento familiar, ou caderneta de consumo, é instaurada. A organização comunal é respeitada, mas os limites tradicionais dos povoados perdem sua importância; trocas de mão-de-obra, de instrumentos e de matérias-primas devem, com efeito, operar-se de povoado a povoado. Fazendas e viveiros experimentais esforçar-se-ão para selecionar as sementes, melhorar o gado. Prevê-se a divisão do solo aragonês em três grandes zonas consagradas à produção de sementes para o conjunto das coletividades. Os pequenos proprietários que se recusam a aderir à Coletividade não podem pretender beneficiar-se de qualquer serviço nem de qualquer benefício proporcionado pela Coletividade. Mas sua liberdade é salvaguardada. Enfim, numa perspectiva muito mais ampla, o Congresso propõe-se a

organizar as trocas em escala internacional, graças ao estabelecimento de estatísticas relativas aos excedentes de produção da região; constituir-se-á um caixa de resistência a fim de prover às necessidades das coletividades federadas sempre em boa harmonia com o conselho regional de Aragão.

## Coletividades de Levante

A Federação Regional do Levante reunia cinco províncias essencialmente agrícolas onde a revolução identificara-se sempre com a tomada de posse do solo. A coletivização progrediu de maneira mais lenta



do que em Aragão por causa da manutenção da estrutura administrativa do Estado. São os sindicatos camponeses que constroem as primeiras coletividades. O conjunto das coletividades reagrupadas em federações cantonais resultou no Comitê regional. Este comitê, bem estudado por Gaston Leval em seu livro *Espagne Libertaire*, indispensável a quem quer compreender o fenômeno, compõe-se de vinte e seis seções técnicas:

cultivo dos frutos em geral, cítricos, vinhas, oliveiras, horticultura, arroz, gado ovino e caprino, suíno e bovino; vinham, em seguida, as seções industriais: vitrificação, fabricação de álcoois, licores, conservas, azeite, açúcar, compotas, essências e perfumes, bem como outros produtos derivados; além disso, foram criadas seções de produtos diversos, importação-exportação, maquinárias, transportes, adubos; depois, a seção de construção civil, orientando e estimulando a construção local de prédios de todos os tipos; enfim, a seção de higiene e ensino.



A vindima.

A metade da produção de laranjas do país, uma forte porcentagem da produção de arroz e legumes frescos, dependem da Federação. O espírito de iniciativa acarreta a criação de fábricas de conservas de legumes, o desenvolvimento da criação de animais em quintais, a nova utilização das laranjas, das quais se extraem o mel, o vinho, a polpa. Assim como em toda a parte, a sede de instrução provoca o surgimento de uma ou duas escolas em cada coletividade.

Em Castela, o desenvolvimento das coletividades estende-se sobre as grandes propriedades da aristocracia e atinge sua plenitude no momento em que, tendo o governo saído de Madri, o aparelho do Estado afrouxa-se. Uma enorme solidariedade existe entre essas coletividades que destinam seu excedente de dinheiro às Caixas Cantonais de Compensação cuja sede está instalada em Madri. Laboratórios informam os agricultores quanto à eficácia dos adubos, à profundidade dos sulcos, à escolha das sementes. O objetivo é produzir. Em toda a parte as coletividades castelhanas desenvolvem sobre terras ingratas a produção de cereais, a criação de gado, o vinhedo.

## **A indústria socializada**

A Catalunha abriga nada menos que 70% do potencial industrial. Por isso as experiências mais significativas ocorrem nessa província. Inversamente ao fenômeno de socialização ou de coletivização que sacode o campo, parece que se assiste no setor industrial a “um neocapitalismo operário, uma autogestão a meio caminho entre o capitalismo e o socialismo”. Em 23 de outubro de 1936, surge em Barcelona um Comitê Central da Economia. Desde o dia 24 o governo catalão, por um decreto de coletivização, legaliza para todos os efeitos: ocupação das fábricas abandonadas e estabelecimento do controle operário sobre essas empresas. Nenhum plano preconcebido levou os operários a apropriar-se desses meios de produção. Mas esse espontaneísmo não poderia dissimular a influência libertária. Desde há muito a imprensa, as reuniões anarquistas haviam preconizado a tática a ser seguida: tomada das empresas sob o controle dos próprios trabalhadores; controle da vida econômica pelos



sindicatos. A coletivização é limitada às empresas que ultrapassam 100 pessoas ou àquelas cujos proprietários desapareceram ou são considerados franquistas. Podem somar-se a elas, sob decisão do Conselho da Economia, aquelas que era “desejável subtrair-se da atividade de empresa privada”. A intervenção do Conselho da Economia em um movimento concernindo até aquele momento unicamente às decisões da base mostra que limites os políticos e os dirigentes entendiam dar à autogestão operária. O governo (e não o sindicato) colocava-se como dirigente da vida econômica. A primeira etapa dessa coletivização industrial consiste em reposicionar os ex-patrões utilizados a partir dali como operários ou técnicos, e a substituí-los por delegados sindicais. A um proprietário único sucede assim um proprietário coletivo que reparte os lucros entre todos os seus membros. A segunda etapa visa a dar a realidade do controle aos sindicatos de empresas que agora desempenham o papel de empresas industriais. Em Barcelona, por exemplo, o sindicato da construção civil assume a gestão de todos os trabalhos das múltiplas empresas de cons-

trução da cidade. Tendo em vista que algumas indústrias são mais rentáveis que outras, não existe autêntica igualdade social. Alguns trabalhadores percebem salários elevados, outros se contentam com salários medíocres. Pensa-se, então, criar um comitê de ligação entre os diversos sindicatos de modo que um caixa comum possa reparar igualmente os salários de cada um. É a última etapa da socialização. Não se trata de maneira alguma de “nacionalizar”, entregar a direção da vida econômica ao Estado. O que se deseja é a organização da economia pelos próprios trabalhadores.



O Sindicato dos Trabalhadores Catalães por Água Potável, Gás e Eletricidade é um bom exemplo dessa gestão da produção. Em 19 de julho de 1936, enquanto os insurretos franquistas tentam controlar Barcelona, alguns militantes decidem assegurar a permanência dos serviços essenciais. Organizam-se comitês de empresas, e um comitê central reúne representantes da C.N.T. e da U.G.T. No início, os sindicatos contentam-se em substituir as empresas capitalistas. Depois, a coletivização toma corpo. O grupo de base, ou “seção”, é constituído por 15 trabalhadores. Ele nomeia dois delegados, um dirigirá o trabalho da seção, o outro fará parte do comitê de empresa. As comissões de seção designam por sua vez um “comitê de prédio” que agrupa um administrador, um delegado dos trabalhadores manuais, um técnico. Na cúpula encontram-se os três conselhos de indústria (água, gás, eletricidade) compostos por oito delegados cada um. O conjunto depende do “Conselho Geral” das três indústrias chamado a harmonizar o conjunto da produção. O caso dos *tramways* de Barcelona ilustra igualmente a originalidade dessa coletivização.

A Companhia geral dos *tramways* (até 1936, sociedade anônima controlada por capitais belgas) empregava 7.000 trabalhadores, dos quais 6.500 filiados à C.N.T. Durante os primeiros combates, os *tramways* constituíram um material de escolha para a confecção das barricadas. Muito cedo, a seção sindical designa vários de seus membros para estudar a reto-

mada do tráfego e ocupar os locais administrativos. Alguns dias depois do fim dos combates, 700 *tramways* com as cores da C.N.T. (vermelha e negra) circulam nas artérias da cidade. No transcurso do ano de 1937, os *tramways* da C.N.T. transportam 50 milhões de usuários suplementares.

Em relação aos quatro últimos meses de 1936, o excedente da receita ultrapassa em 1.127.049,27 pesetas o excedente dos meses de 1935, e isso a despeito de uma baixa sensível das tarifas. A concentração dos trabalhadores, a melhor utilização e a melhor manutenção do material, a supressão dos elevados salários tornam possível tal gestão.



Assim, nessa Espanha devastada por combates encarniçados, elaboram-se estruturas até aquele momento desconhecidas.

O grande princípio é aquele da “igualdade”, a grande lei, aquela de uma “fraternidade” promovendo ganhos iguais entre todos os produtores. Uma velha ordem desmorona nos horrores recíprocos dos dois lados, igualmente decididos a vencer. Por trás das execuções sumárias, para além das incessantes querelas dos partidos e dos estados-maiores políticos, por trás das intervenções estrangeiras, uma socialização (e não uma nacionalização) organiza-se pelos e para trabalhadores.

A experiência tentada e realizada por dez milhões de trabalhadores espanhóis, demasiado curta para permitir estabelecer um balanço definitivo, é o melhor testemunho do que seria uma comunidade anarquista, isto é, de um agrupamento privado conscientemente de autoridade estatista.





## O caso Sacco e Vanzetti

Durante anos, centenas de milhões de homens vão apaixonar-se por esses dois anarquistas italianos emigrados para os Estados Unidos, Massachusetts, um dos estados mais aristocráticos da Federação. Logo após a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos conhecem um período agitado. Os atentados e os assaltos multiplicam-se. Um deles ocorre em 24 de dezembro de 1919, em Bridgewater, nas cercanias de Boston. No dia 15 de abril de 1920 são abatidos na mesma região dois caixas que transportam o pagamento dos funcionários de uma fábrica de South-Braintree. O inspetor Stewart procura os culpados nos meios italianos. Por que entre os italianos? Porque uma espécie de racismo latente desenvolve-se naquele momento na América. Ante a entrada maciça de imigrantes miseráveis provenientes dos países mediterrâneos ou eslavos, quer-se preservar uma certa unidade étnica, privilegiando o elemento *antigo americano*, portanto, o elemento nórdico, composto de britânicos, alemães e escandinavos protestantes. Nessa perspectiva, os italianos, católicos, turbulentos, prontos a aceitar qualquer trabalho, são vistos com desconfiança. A descoberta do automóvel roubado (que serviu aos agressores) conduz precisamente Stewart à pista de um italiano em fuga denominado *Boda*. Seu “faro” policial leva-o, então, a prender dois outros italianos, Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti. Os policiais alegram-se, sem perceber que um novo caso Dreyfus (mas aqui o *carcamano* substituirá o *judeu*) começa nos Estados Unidos. Além do mais, os dois homens são anarquistas. Ora, desde o 1º de Maio de 1888, uma violenta campanha tenta isolar os meios libertários.

Sacco, nascido em 1891 às margens do Adriático, terceiro filho de uma família de 17, instalou-se nos Estados Unidos em 1908. Operário da indústria de calçados, leva uma vida tranqüila com sua esposa Rosina

Zambelli. No máximo participa algumas noites das reuniões e dos trabalhos de um grupo libertário.

Vanzetti, celibatário piemontês, tentou um monte de pequenos ofícios. Naquele momento vende peixe pelos bairros italianos e sonha com um mundo melhor.

Em 15 de abril, dia do último atentado, Vanzetti puxou como fazia habitualmente sua carroça pelas ruas, apertou muitas mãos, falou com muitos clientes. Sacco, que obteve uma folga, deixou a fábrica e dirigiu-se ao consulado italiano de Boston para renovar seu passaporte. Entretanto, no processo preliminar de Vanzetti, em 22 de junho de 1920, algumas “testemunhas” sustentam reconhecê-lo como o agressor. O veredito é anunciado: *doze anos de trabalhos forçados*.

Quando o novo processo começa em maio de 1921, a opinião do juiz Thayer e do procurador Katzmann já está formada. A despeito das testemunhas que se contradizem, os dois acusados são condenados à morte em 14 de junho seguinte. Suas repetidas afirmações de inocência permanecem sem eco. Mas o advogado deles, Fred Moore, obtém uma declaração de um especialista em balística atestando que a bala disparada em 15 de abril não saiu do revólver de Sacco. Em seguida, um certo Maderios (condenado à morte pelo assassinato de um cobrador) afirma ter



organizado o assalto de 15 de abril em companhia de quatro italianos, dos quais um, já preso, assemelha-se estranhamente a Sacco.

A imprensa relata os desdobramentos do caso. Organizam-se comitês de apoio. A despeito das perseguições policiais, os anarquistas americanos clamam a inocência de Sacco e Vanzetti. Na França, na Itália, na Espanha, em Portugal, na América do Sul, os anarquistas mobilizam a opinião pública. Em 24 de outubro de 1921, uma multidão imensa, dificilmente contida por dez mil policiais e dezoito mil soldados, invade as ruas de Paris. Londres, Roma, Haia conhecem passeatas agitadas. Mas o juiz Thayer confirma em revisão a sentença capital. William Thompson, novo advogado dos dois condenados, retoma, então, toda a investigação e descobre os verdadeiros autores do crime. A execução dos dois anarquistas é contudo fixada em 12 de julho de 1927. Na França, Louis Lecoin lança uma grande campanha de protesto. Listas de petições circulam no mundo da política, das letras, das artes, do direito. O dinheiro aparece. Lecoin edita um cartaz cujo título “Seis anos ante a morte”, mobiliza os hesitantes. *Meetings* são realizados em cada cidade da França onde reside um cônsul americano. Lecoin obtém inclusive a assinatura da sra. Nungesser, cujo filho acabara de morrer ao tentar atravessar o Atlântico em avião. Lindbergh, em visita a Paris, está igualmente a ponto de assinar



mas o embaixador americano arranca-lhe o pedido de perdão. De seu lado, a Liga dos Direitos do Homem colhe três milhões de assinaturas.

A pressão se faz mais viva? O novo governador de Massachussetts, Alvin Fuller, deixar-se-á influenciar por essas dezenhas de milhões de assinaturas, essas centenas de milhares de telegramas provenientes dos quatro cantos do mundo? Não. Na noite de 4 de agosto de 1927, ele rejeita o último recurso de graça. A execução está prevista para 10 de agosto. Alguns minutos antes da execução, Sacco e Vanzetti obtiveram um novo sursis de 12 dias. Eles podem entrar com um recurso na Corte suprema de Massachussetts. No dia 19, o recurso é recusado. Na noite de 23 de agosto de 1927, os dois condenados à morte sentam na cadeira elétrica da prisão de Charlestown. “*Sou inocente*”, exclama uma última vez Vanzetti. “*Viva a anarquia!*”, grita Sacco.

E por toda parte os anarquistas e os homens de todas as opiniões tomam conhecimento das cartas escritas pelos dois homens durante seu longo calvário. Aquelas de Vanzetti: “A anarquia é tão bela para mim quanto uma mulher, ainda mais bela, pois ela encerra todo o resto e a mulher e eu. Calma, serena, honesta, viril, terrestre, sem medo, fatal, generosa, implacável — tudo isso e bem mais...”. “Enquanto qualquer homem for explorado ou oprimido por um outro homem, nós não abaixaremos o estandarte da liberdade”.

Aquelas de Sacco: “Não amo nada além de nossa fé; ela me deu a coragem e a força nesses terríveis anos de luta e, hoje como ontem, sinto-me orgulhoso de amar essa fé... Estamos orgulhosos de morrer e tombaremos como todo anarquista deve tombar... É a luta entre o rico e o pobre pela segurança e pela liberdade; filho, compreenderás mais tarde essa inquietude e essa luta contra a morte da vida... Sim... eles podem crucificar nossos corpos, mas não podem destruir nossas idéias, elas permanecerão para os jovens do futuro”.

“Este último momento é o nosso. Esta agonia é o nosso triunfo!”, exclamou Vanzetti a seus juízes. Pelo mundo afora, com efeito, a permanência de seu ideal não cessaria de afirmar-se. Na Itália, evidentemente, onde o cimento temporário da campanha em favor dos dois inocentes reuniu os dois grupos; na França, onde a tiragem de *Le Libertaire* passou de 8.000 a 50.000 exemplares no dia de sua execução.

## O movimento libertário francês

Era o desejo de enterrar demasiado rápido um movimento que em toda parte incomodava os governantes? Em 1964, Henri Avron (todo mundo pode enganar-se), em seu estudo sobre o anarquismo, afirmava: “Faz muito tempo que a sombra de Ravachol não provoca mais nem a inquietude de uns, nem a paixão revolucionária de outros. O tempo fez seu trabalho ao relegar o anarquismo entre os movimentos de idéias que é possível estudar objetivamente.” Quatro anos depois, Maio de 68 mostra claramente que o anarquismo, longe de ser uma *teoria* ultrapassada, mobiliza multidões entusiastas. Por múltiplas vias, as teses libertárias continuara, com efeito, sua progressão...

### Divisões...

A guerra de 1914-1918 foi incontestavelmente um duro golpe desferido contra o desenvolvimento do anarquismo por todo o mundo. Na Bélgica, até 1914, o movimento libertário é o primeiro crítico à esquerda do Partido Operário; a partir daí, perde pouco a pouco sua influência.

Na França, a *Federação Comunista Anarquista* francesa cessou de existir. Pouco depois do fim do conflito, em novembro de 1920, uma *Federação Anarquista* realiza um primeiro Congresso em Paris. Para evitar qualquer confusão com os comunistas, assume o nome de *União Anarquista*. Sob diversos nomes, ela mantém sua existência até 1939: *União Anarquista*, *União Anarquista Comunista Revolucionária*.

Administrado por Louis Lecoin, o jornal *Le Libertaire* difunde as análises e as perspectivas da Federação. A atração pela Revolução russa e pelo surgimento de soviets suscetíveis, segundo se crê naquele momento,

de conduzir à revolução libertária, levou os dois companheiros Lepetit e Vergeat a Moscou. Em julho de 1920, eles assistem ao II Congresso da *Internacional Comunista*, mas desaparecem misteriosamente no mar do Norte durante seu retorno.

A colaboração com o Partido Comunista cessa em 11 de janeiro de 1924 após as brigas durante o *meeting* da Grange-aux-Belles. Surge uma vez mais o problema do reforço da unidade do movimento. Em 1º de novembro de 1927, em sua maioria, o congresso de Paris adota as teses de Nestor Makhno cuja *Plataforma* quer-se favorável a uma organização *particularmente forte no plano político e unida do ponto de vista tático*. Em 1934, contudo, a síntese de Sébastien Faure predomina: o anarquismo é um *corpo composto* constituído pela combinação de três elementos: o anarco-sindicalismo, o comunismo libertário e o individualismo anarquista.

Milhares de anarquistas de origem estrangeira encontraram então asilo na França. E no momento da guerra da Espanha, a *União Anarquista*, sob o impulso de Lecoin, constitui o *Comitê pela Espanha Livre*, logo transformado numa *Solidariedade Internacional Antifascista*. Esse comitê



Louis Lecoin na redação de seu jornal *Liberté*.

envia víveres, organiza manifestações, esforça-se para mobilizar a opinião pública. O acordo de Munique, conquanto marque a capitulação dos democratas ante as ambições nazistas, encontra os anarquistas divididos. Os pacifistas aprovam Lecoin:

Para que a guerra não ocorresse, estávamos prontos a tudo e muito mais. Pessoalmente, eu teria pactuado com o diabo para evitá-la. Do mesmo modo, durante o conflito, eu teria me danado completamente para encurtar sua duração.

Em setembro de 1939, Lecoin redige o panfleto *Paz Imediata* impresso em 100.000 exemplares e assinado por escritores ou políticos como Alain, Victor Margueritte, Jean Giono, Marceau Pivert, Georges Yvetot... Em 1943, contatos são estabelecidos para ressuscitar a Federação. Em 1944, o primeiro congresso clandestino realiza-se em Toulouse. A Liberação reanima o movimento anarquista. A nova *Federação Anarquista* reagrupa coletivistas, individualistas — entre estes Émile Armand permanece a principal figura —, anarco-sindicalistas agrupados em torno de Pierre Besnard. Mas a coabitação das diversas correntes de pensamento e ação revela-se difícil. O dinamismo dos coletivistas assegura a estes o controle da Federação.

Todavia, a influência libertária ultrapassa de longe os meios militantes. Desde 1924 o surrealismo, *filho do frenesi e da sombra*, recupera por sua conta duas palavras de ordem lapidares: *Mudar a vida* (Rimbaud), *Transformar o mundo* (Marx). Até 1925, os primeiros textos dos surrealistas são claramente anarquistas, tal este excerto da *Revolução Surrealista* nº 12 publicada em 1925: *Abram as prisões! Licenciem o exército! Não existe crime de direito comum. As coerções sociais esgotaram seu tempo.*

Em 1945, o desejo de renovação, a vontade de descobrir as forças desconhecidas de uma liberdade duramente conquistada arrastam para a aventura uma multidão de jovens de todas as opiniões. Eles encontram nos *Albergues da Juventude* centros tonificantes onde o questionamento, a contestação das estruturas sociais farão objeto de muitos debates. Essa contestação já se estende às *direções* e *aparelhos* dos partidos e dos sindicatos. Assim, em 25 de abril de 1947, a primeira greve selvagem sacode a

Renault. Pequenos grupos de trotskistas, jovens socialistas reagrupados em torno de Marceau Pivert (dirigente *esquerdista* da Federação S.F.I.O. de Sena), anarquistas, lançam uma greve que paralisa as oficinas, com vistas a obter um aumento de dez francos na hora trabalhada. O número de *Le Libertaire* consagrado a esse movimento ultrapassa os 100.000 exemplares, prova do interesse que suscitam a análise e o pensamento libertários. Um pensamento que alguns se esforçam, então, para aprisionar numa pesada administração. Mas todos os comitês, todas as comissões, todos os dirigentes dessa *Federação Comunista Libertária* cada vez mais tentada pelo eleitoralismo não impedirão o grupo parisiense Louise Michel de promover a construção de uma outra *Federação Anarquista* fiel às fontes, e cujo órgão de expressão se tornará... *Le Monde Libertaire*.

Difícil de circunscrever, mas essencial na difusão dos grandes temas libertários, foi a influência de homens tão diversos como Albert Camus, Louis Lecoin, Georges Brassens, Léo Ferré, Jacques Prévert. Segundo Maurice Joyeux,

Ninguém mais que Camus trabalhou para dessacralizar os notáveis da política e seu aparelho, e é nisso que ele foi o representante mais marcante da juventude que recusava a arregimentação, a disciplina e, em fim de contas, o que ele denominava socialismo cesariano.

Bem antes do famoso *slogan*: *Métro, boulot, dodo*,\* Camus constatou o absurdo do cenário:

Levantar-se, bonde, quatro horas de escritório ou fábrica, almoço, sono [...] e segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, quinta-feira, sexta-feira e sábado no mesmo ritmo; esse caminho é percorrido facilmente na maior parte do tempo. A contestação do absurdo da vida, longe de conduzir ao suicídio resulta na revolta. Pela revolta que põe em questão o mundo, o homem cria-se e dá um sentido à sua existência.

---

\* *Metrô, trabalho, cama*. Expressão recorrente na França para representar a vida rotineira. (N.T.)

## Camus pensa ainda que

O sindicalismo revolucionário mostra a eficácia da revolta. Seus sucessos explicam-se facilmente, pois ele parte de base concreta, a profissão, que está para a ordem econômica o que a comuna está para a ordem política, a célula viva na qual o organismo edifica-se, enquanto a revolução cesariana parte da doutrina para nela fazer entrar à força o real.

Após sua partida do jornal *Combat*, Camus publica o essencial de seus artigos numa imprensa libertária ou próximo dela: *Le Libertaire*, *Le Monde Libertaire*, *Défense de l'Homme*, *Liberté*, *La Révolution Proletarienne*, *Témoign*. Os anarquistas estão, portanto, habilitados a ver em Camus um dos representantes do pensamento libertário.

## Louis Lecoïn

O *Gandhi francês* permanece sem dúvida o melhor exemplo do militante libertário simultaneamente orador e homem de ação. “Minha existência foi bem preenchida e não tenho motivo para mostrar-me descontente com ela”, ele observa na introdução de sua autobiografia, *Le cours d'une vie*. Bem preenchida pois, depois de Blanqui, ele reconhece ser aquele que, na França, permaneceu preso por mais tempo por delitos de opinião: doze anos! Nascido em 1888 em Saint-Armand-Montrond (Cher), onde seu pai era operário, o espetáculo da injustiça social revolta-o muito cedo. Ele adere aos meios anarquistas e frequenta Sébastien Faure. O serviço militar acarreta sua primeira recusa. Em outubro de 1910 seu regimento é enviado contra os ferroviários em greve. Lecoïn recusa-se. Conduzido ao conselho de guerra de Bourges, é condenado a seis meses de detenção. Em sua prisão, chega-lhe volumosa correspondência de encorajamento e aprovação. Torna-se secretário da *Federação Comunista Anarquista*, e é detido ao final de 1912 por propaganda contra a guerra e permanece preso até 1920. Suas permanências nas prisões de Dépôt, Santé, Central de Clairvaux, Cherche-Midi, Poissy, Forte de Bicêtre,

penitenciária de Albertville fazem-lhe conhecer os horrores de um universo que visa às vezes quebrar o homem ou mesmo aniquilá-lo.

Em 1921, no congresso confederal da C.G.T., em Lille, ele consegue adiar provisoriamente a cisão. Em seguida, adere por um tempo à nova C.G.T.U. Sob sua impulsão, a *União Anarquista* promove várias campanhas para obter amplas anistias. De novo preso por ter lançado panfletos no Hemiciclo do Palácio Bourbon, Lecoin inicia uma greve de fome para obter o regime político. Principal promotor, em 1927, da campanha de protesto em favor de Sacco e Vanzetti, não pode impedir a execução dos dois anarquistas italianos. Introduz-se, então, disfarçado, peito repleto de condecorações, no congresso da American Legion que se realiza em Paris e, antes de ser preso, grita duas vezes *Viva Sacco e Vanzetti!*

Seu panfleto de setembro de 1939 vale-lhe conhecer uma vez mais os rigores do regime penitenciário e concentracionário na Santé, em Gurs, em Nexon, no sul da Argélia até setembro de 1941. Em outubro de 1948, lança o primeiro número de uma revista mensal intitulada *Défense de l'Homme*. Ele quer arrancar o homem do *Estado tentáculo* aproveitador real da guerra, *sangrando sua presa até a última gota*, descentralizar a existência dos indivíduos, *federá-los*. Em 1955, abandona a direção da revista e transfere-se para Vence. A morte de sua esposa incita-o a lançar o hebdomadário *Liberté*, cuja divisa, *Tudo o que é humano é nosso*, resume o espírito.

Mas já está empenhado a empreender seu último combate: a defesa dos objetores de consciência. Lutando para obter um estatuto reconhecendo a objeção, Lecoin quer igualmente lutar contra a guerra, pelo desaparecimento dos exércitos. Noventa objetores de consciência são então presos. Um deles, E. Schaguené, totaliza nove anos de prisão; por cinco vezes, recusou-se a aprender a combater. Doze personalidades engajam-se, assim, ao lado de Lecoin e fundam um comitê de patronato do *Apoio aos objetores de consciência*: André Breton, C. A. Bontemps, Bernard Buffet, Albert Camus, Jean Cocteau, Jean Giono, Lanza del Vasto, Henri Monier, o abade Pierre, Paul Rassinier, o pastor Roser, Robert Tréno. Em 1º de junho, Lecoin, aos 74 anos, começa uma greve de fome. Em 23 de junho, à beira da morte, Lecoin é informado de que o governo de Georges Pompidou enviará um projeto de lei sobre a objeção de cons-



1962, Louis Lecoïn inicia uma greve de fome a fim de obter o estatuto de objeto de consciência. Todos os dias diante do hospital Bichat, manifestação de apoio.

ciência. Outros combates, outras petições conduziram o caso a seu fim. Em 22 de dezembro de 1963, a lei que concede o estatuto aos objetores de consciência é enfim adotada. Em 1964, constitui-se um comitê pela atribuição a Louis Lecoïn do prêmio Nobel da Paz. Mas Lecoïn retira sua candidatura para não comprometer as chances de Martin Luther King.

Encarregado do secretariado do *Comitê pela extinção das guerras*, endereça em 1970 ao general Franco um telegrama de protesto contra o processo de Burgos. Em 1971, aos 83 anos, quase cego, desgastado pelos anos de detenção e sua incansável atividade, morre na labuta *anarquista da velha escola*, confiando sempre na Anarquia, *única doutrina talhada para adaptar-se universalmente a todos os povos, a todos os indivíduos*.

À audiência de Camus, à influência de Lecoïn, somam-se a notoriedade de *Georges Brassens* e *Léo Ferré*. Por um tempo permanente responsável pela *Federação Anarquista* (na qual se ocupou do trabalho de organização e de *Le Libertaire*), Brassens, na sobriedade de seus poemas, exalta o não-conformismo e a recusa das situações aceitas sem contestação, condena a hipocrisia de uma moral tranquilizadora, ressuscita o paraíso de uma natureza amiga do homem. É na festa do *Grupo Louise Michel*, no Palais de la Mutualité, em 10 de maio de 1968 (durante a noite das barricadas) que Léo Ferré cria sua célebre canção: *Les Anarchistes*.



### MAURICE JOYEUX

Nasceu em 29 de janeiro de 1910, em Paris. Morreu em 8 de dezembro de 1991, em Paris. Casado; mecânico, depois livreiro. Militante anarquista.

Filho de um militante socialista, morto no começo da Primeira Guerra Mundial, Joyeux foi criado em Levallois-Perret por sua mãe e por seu padrasto, maçom e socialista. Em ruptura com sua família, exerceu diversas profissões e, em 1927, tocado pela campanha em favor de Sacco e Vanzetti, teve um primeiro contato com os anarquistas e aderiu ao sindicato C.G.T.U. dos serralheiros.

Em 1933, Maurice Joyeux pertencia ao grupo anarquista do 17<sup>o</sup> *arrondissement* de Paris. É preso em 16 de fevereiro de 1933, durante uma manifestação organizada no consulado polonês em Levallois-Perret. Foi encarcerado na prisão da Santé e julgado em 12 de abril na 13<sup>a</sup> Câmara correcional que o condenou a três meses de prisão e a uma multa de 25f por destruição de grades, violação de domicílio e vagabundagem. Ao sair da prisão, em maio, aderiu ao *Secours Rouge International*, ao *Comité de Lutte contre la Guerre* e ao *Comité de Chômeurs*. Em 14 de junho, foi de novo preso e, nos dias 17, 18 e 20 de junho, foram organizadas reuniões pelo S.R.I. para protestar contra essa detenção. Condenado por mendicidade em 9 de setembro de 1937 a 15 dias de prisão, ao deixá-la foi hospitalizado na casa de saúde de Nanterre.

Maurice desertou durante a Segunda Guerra Mundial e foi condenado em 23 de janeiro de 1942 pelo tribunal militar de Lyon a três anos de prisão; foi encarcerado no forte de Montluc, em Lyon, de onde conseguiu fugir.

Após a Liberação, Joyeux participou do congresso libertário de julho de 1945. Membro do comitê nacional da *Federação Anarquista*, empreendeu várias vezes turnês de conferências; colaborador de *Le Libertaire*, assumiu sua gerência a partir de 21 de agosto de 1947 e conservou esse posto até 5 de agosto de 1949. Por um artigo publicado no jornal em 3 de abril de 1947 e intitulado "Préparation militaire", foi condenado em 17 de fevereiro de 1948 a 5.000Ff de multa pela 17ª Câmara correcional e, em 4 de novembro de 1950, por apologia ao assassinato, concernente a um artigo publicado em *Le Libertaire* de 17 de fevereiro, a 40.000Ff de multa. Em dezembro de 1950, perdeu seus postos de responsabilidade na F.A. e no jornal em consequência de dissensões que se deram mais em função de pessoas do que da ideologia. Foi por essa época (1952) que ele explorou uma livraria-papelaria na rua Lamarck em Paris; vendeu-a em junho de 1958.

Maurice Joyeux foi, assim como outros militantes, notadamente Aristide e Paul Lapeyre, Fayolle, Arru, Vincey, excluído da F.A. após a realização do congresso de Bordeaux, fim de maio de 1952, por se ter oposto à política em que se engajara a Federação sob a direção de seu secretário geral George Fontenis. No ano seguinte, tomou parte na reconstrução da F.A. que havia desaparecido após o congresso de Paris de maio de 1953, para dar lugar à *Federação Comunista Libertária*. Durante o congresso da *Federação Anarquista* ocorrido em Vichy, em maio de 1956, entrou no comitê de redação de *Le Monde Libertaire*, órgão da Federação. O congresso realizado em Trélazé (Maine e Loire) em junho de 1960, conservou-o nessas funções. Membro da *Association pour l'Étude et la Diffusion des Philosophies Rationalistes* constituída com vistas a evitar um novo golpe na F.A. pelos elementos favoráveis a uma organização de tipo autoritário.

Hostis à guerra da Argélia, os anarquistas o foram, igualmente, em seu conjunto, àquela de independência que conduziam os argelinos. Maurice Joyeux no *Bulletin Intérieur* da F.A., em fevereiro de 1961, declarava que o nacionalismo argelino, *tanto quanto qualquer outro nacionalismo, não poderia ter a adesão dos libertários*, e, citando *Le Monde Libertaire* em seu livro *L'Anarchie et la révolte de la jeunesse* (1970), escrevia: *nossa posição contra a guerra da Argélia não pode ser, de modo algum, uma aprovação do F.L.N. Na Argélia, os homens não lutam por sua liberação, mas para dar-se novos senhores.*

Do ponto de vista sindical, Maurice Joyeux militou ativamente na *Force Ouvrière* onde se encontrava, naquela época, a maioria dos anarquistas sindicalizados e intervia nos congressos.

Buscou ressaltar desde 1947 a *greve gestionária* da qual é possível resumir assim o conteúdo: só a igualdade econômica suprime as classes no seio da empresa; ela justifica a posse pelos trabalhadores dos meios de produção e de troca. Quando eclode uma greve numa ou em várias grandes empresas, ou até mesmo em escala regional ou nacional, os exemplos históricos de 1936 e 1968 permitem afirmar que é apenas durante um curto período de duas a três semanas que tudo é possível. É o instante em que, de greve reivindicativa, de greve de recusa, a greve deve tornar-se expropriadora, em seguida gestionária. É o instante em que as fábricas devem voltar a funcionar sem sua direção e sob o controle das organizações sindicais, dos comitês de empresa, dos conselhos de operários, pouco importa a maneira. É a instância da chance revolucionária.

No seio da F.A., Maurice Joyeux animou o grupo libertário *Louise Michel* que publicava *La Rue*, revista trimestral cultural.

### Principais obras de Maurice Joyeux

- *Sous les plis du drapeau noir. Souvenirs d'un anarchiste*, 2 tomos, Paris, Éditions du Monde Libertaire.
- *L'anarchie et la société moderne. Précis sur une structure de la pensée et de l'action révolutionnaires et anarchistes*, Paris, Nouvelles Éditions Debresse, 1969.
- *L'anarchie et la révolte de la jeunesse*, Paris, Casterman, 1970.
- *L'anarchie dans la société contemporaine: une hérésie nécessaire?*
- "Karl Marx, le ténia du socialisme!", Paris, *La Rue*, 1983.
- *Mutinerie à Montluc*, Paris, Éditions la Rue.
- *Autogestão, Gestão Direta, Gestão Operária*, Brasília, Novos Tempos Editora.



## Maio de 68

Sem necessitar absolutamente ser enquadrados por um partido político, canalizados em estruturas ou dirigidos por um estado-maior, os temas libertários prosseguiram sua progressão nos mais diversos meios e especialmente no seio de uma juventude resolvida a mudar a sociedade, mudando também sua própria vida. O movimento histórico apaixonado pelas teses de Bakunin e de Proudhon (mas hostil às teorias marxistas) viu surgir, nos meios estudantis dos anos 1960, uma corrente preocupada em integrar as contribuições de Marx ou as de Freud.

Entre abril de 1956 e junho de 1964, *Noir et Rouge* publica vinte e sete números consagrados a um anarquismo que se define não apenas como uma concepção humanista individualista, filosófica e ética, mas também organizacional, social, econômica, coletivista e proletária. Para alguns estudantes, a contestação da Universidade parece inseparável daquela da sociedade.

A liberdade, o espírito crítico, a impertinência tornam-se exigências fundamentais. Surgida logo após ao término da Segunda Guerra Mundial, essa nova geração não pode senão constatar o fracasso de seus antecessores libertários e interrogar-se igualmente no dia seguinte às revelações do relatório Kruchtchev sobre a pertinência do modelo stalinista.

A amplitude da onda demográfica do pós-guerra conduziu, por sinal, ao ensino superior uma massa crescente de estudantes enquanto faltam os meios financeiros para acolher tal maré. Assim, as reivindicações estritamente materiais formam uma excelente plataforma suscetível de mobilizar as multidões. Desenha-se desse modo uma revolta total da juventude contra o mundo dos adultos.

Mais especialmente, os jovens anarquistas de Nanterre rejeitam a análise teórica e os métodos táticos das “antigas” organizações. A oposição

PALAIS DE LA MUTUALITÉ - VENDREDI 10 MAI 1968. A 20 H. 30



GALA ANNUEL  
du Groupe Libertaire Louise Michel

ao velho mundo, àquele dos adultos, dos poderes constituídos, dos notáveis bem situados serve assim de cimento à centena de estudantes revolucionários de tendências diversas que se reúnem no *Movimento 22 de Março*. Embora Daniel Cohn-Bendit traduz por suas tomadas de palavra e por suas decisões uma forma de autoridade, o *Movimento* não reconhece nem chefe nem líder: “Somos todos Cohn-Bendit”. Surge na Sorbonne, no mesmo momento, o *Movimento de Ação Universitária*, que deseja *questionar o autoritarismo acadêmico e impor o controle da instituição pelos usuários*.

## Temas tradicionais

Os panfletos então editados pelos grupos libertários expõem os temas tradicionais da corrente libertária.

- Denúncia do ludíbrio dos partidos políticos e dos estados-maiores sindicais: *Não abandonem seus direitos nas mãos dos políticos que conduzem todas as revoluções ao impasse da democracia parlamentar!*
- Vontade de abater o Estado: *Contra o Estado que é o coordenador de todas as forças de repressão! – Os anarquistas reclamam a abolição do Estado e de seu aparelho autoritário, a fim de promover uma Federação de comunas libertárias unidas entre si por livres contratos.*
- Autogestão: *A Universidade aos professores e aos estudantes! A fábrica aos trabalhadores! A terra aos camponeses! Os anarquistas reclamam a autogestão dos organismos de produção pelos próprios produtores e a repartição dos produtos por cooperativas de produtores consumidores.*
- Recordação das grandes epopéias libertárias: *Como na Ucrânia em 1917! Como na Espanha em 1936! A liberdade ou a morte! Viva a Anarquia!*
- Recusa de toda autoridade: *a abjeta Igreja católica, o militarismo, recusa dos tabus sexuais, da tecnocracia...*

## Greve gestionária

Esse poder sem intermediário começou a esboçar-se em Nantes, cidade onde a influência anarquista sempre foi importante. Em 6 de no-

vembro de 1967, ali ocorreram os primeiros estados gerais operários-camponeses.

Foi naquela cidade, na fábrica nantense Sud-Aviation, que eclodiu, em maio de 1968, a primeira greve com ocupação de fábrica. Muito rápido, um comitê intersindical estabelece-se na prefeitura e assegura o funcionamento dos serviços públicos e o abastecimento dos grevistas. Todos esses fatos permitem à *Tribune du 22 mars* afirmar:

Se houvesse 10, 20 Nantes, a revolução far-se-ia realmente, concretamente pela base, isto é, de maneira durável. Se houvesse 10, 20 Nantes, não teríamos de contar com as burocracias instaladas.

Em Nantes, portanto, os anarquistas, longe de denigrir a ação sindical, trabalham francamente com os militantes operários. O mesmo acontece em Limoges, onde dois motivos levam os anarquistas a desenvolver sua atividade nos sindicatos. Inicialmente, a organização anarquista não

deve, como tal, ser utilizada para ampliar a audiência das idéias libertárias. Por sinal, a presença dos anarquistas nos comitês de base surgidos aqui e acolá explorará o descontentamento de *uma certa parcela de sindicalistas ou outros indivíduos que ficaram enojados com a atitude do P.C.F. e da C.G.T.*

Para conduzir a revolução, constata-se, com efeito, alguns anarquistas, faltou *uma organização sindical revolucionária, suficiente tanto em quantidade quanto em qualidade.* E isso no próprio momento em que as idéias essenciais do sindicalismo revolucionário exprimiam-se na luta cotidiana, pelo



viés da greve generalizada. Naquele momento, Guilloiré, em *La Révolution prolétarienne*, revista sindicalista revolucionária fundada por Pierre Monatte em 1925, escreve:

*A força da greve geral é demonstrada num sentido. Nada mais é possível para o governo, qualquer que seja, e, por conseqüência, tudo se torna possível para o povo em revolta. Paralisar, assim, por uma vontade coletiva, a economia de um grande país; provar, cruzando os braços, a força, a realidade do “outro poder”; ocupar as fábricas mortas: a demonstração está feita e impõe-se.*

Os anarquistas, contudo, não se iludem. Cessar o trabalho, parar a produção, ocupar-se das fábricas não produzem a vitória. É verdade, a paralisia é total. Mas uma segunda etapa é indispensável: a retomada da economia pelos próprios trabalhadores, e muitos anarquistas crêem aqui na eficácia do sindicalismo revolucionário.

Segundo Guilloiré:

*É preciso provar a autogestão autogerindo. É preciso produzir sem patrão, sem aproveitador, e repartir segundo outras leis. É preciso ir buscar com os agricultores, que disseminam suas colheitas pelos caminhos, os alimentos a preços sem concorrência para alimentar as famílias operárias das cidades [...] À espontaneidade na recusa, à negação das estruturas sociais atuais, deve suceder a espontaneidade na afirmação, a realização de novas estruturas.*

É que, por falta da posse do aparelho econômico pelos próprios produtores, essa greve mais ou menos geral de maio de 1968 (com seus oito a dez milhões de grevistas) só pode ser um fracasso. Assim, pensam os anarquistas agrupados em torno de *Cahiers de l'Humanisme Libertaire*, importa meditar sobre o testemunho de Élisée Reclus a propósito da Comuna de Paris de 1871:

*É nas mentes e nos corações que as transformações têm de realizar-se antes de enrijecer os músculos e tornar-se fenômenos históricos.*

O que significa essa revolução nas mentes e nos corações? Essa revolução nada mais é que um enorme e lento trabalho de educação, educação que deve visar dar aos produtores a plena capacidade de administração, a total competência para gerir com eficácia as empresas arrancadas do patronato. Se é relativamente fácil lançar paralelepípedos, é incomparavelmente mais difícil modelar cérebros aptos a substituir os quadros capitalistas. Bakunin, cujo retrato orna os muros da Sorbonne — ao lado daqueles de Proudhon, Marx e Che Guevara —, via na insurreição “uma festa sem começo e sem fim, uma embriaguez da alma”. Da mesma maneira, o Daniel Cohn-Bendit de 68 (não o deputado europeu dos anos 90) constata: “Era um pouco a festa...” É preciso, pois, ultrapassar essa embriaguez inevitável, pensa Maurice Joyeux:

Entre o espontaneísmo, a revolução na alegria e no amor, e o profissionalismo político, há lugar para um movimento que tenha por eixo a organização embasada na razão.

Um dos elos desse movimento revolucionário deve forjar-se na escola. Nas escolas onde os professores esforçam-se para desenvolver o espírito crítico das crianças e dos jovens, ensinam a questionar tudo, a não admitir *nenhum tabu, nenhum dogma, nenhuma moral*. Encontramos aqui o exemplo de Francisco Ferrer, de Paul Robin, de Sébastien Faure. Com o passar do tempo, crê Jean-Loup Puget:

a escola será liberadora quando o professor não for mais um professor, mas simplesmente aquele que ajuda a criança, que a guia, jamais aquele que traz a verdade.

No grande tornado que transforma durante dois meses as estruturas do país, os anarquistas desenvolveram suas afirmações e suas reivindicações.

Por sinal, um esforço de reflexão desenvolveu-se entre alguns militantes menos engajados nos combates de rua ou nas ocupações. Para estes últimos, a greve dos braços cruzados não é sinônimo de vitória, a paralisia da economia não é a garantia das transformações fundamentais. Os produtores devem ser capazes por eles mesmos e para eles mesmos de fazer

funcionar as empresas, os meios de transporte, os meios de informação, explorar as riquezas agrícolas. A autogestão pressupõe a auto-educação dos trabalhadores.

O espírito revolucionário deve acompanhar-se de uma perfeita competência.

Tomar a terra, possuir os meios de produção, instalar-se nas universidades é só um preâmbulo, indispensável mas não suficiente.

Sem esse imenso e paciente esforço de assimilação de todas as técnicas de gestão e produção, a revolução está condenada a ser apenas uma quermesse temporária.





# O Anarquismo no Brasil

Alexandre Samis

O pensamento anarquista quase sempre é tratado pela historiografia como o resultado quase exclusivo do empenho de imigrantes radicais. No caso paulista, destaca-se o papel dos italianos que, se por um lado, foram importantes na disseminação da ideologia, por outro, o foram muito mais pelo quantitativo numérico de trabalhadores naquela cidade do que propriamente pela ontológica condição libertária. Foi sem dúvida o anarquismo um importante meio pelo qual a classe operária da nascente indústria deu forma às suas reivindicações. Foi também, por força da massa de explorados, e pelo perigo que esta representou à ordem estabelecida, que o anarquismo tornou-se bem depressa o signo da desordem urbana, da sedição, da revolta, principalmente segundo o juízo das forças policiais, portanto, daqueles que defendiam a velha ordem oligárquica.

Mas o anarquismo representou ainda mais que uma simples centelha para incendiar a substância comburente da questão social. Dentro das redes de sociabilidade, das iniciativas levadas a efeito por estas: na organização de congressos, *meetings*, saraus, grupos de teatro, greves e uma vigorosa imprensa, de fato, a ideologia logrou imprimir ao meio operário determinadas características; uma forma inclusive que destacava, no interior da classe operária, matizes de ação a favor ou contra o governo. Foi um divisor de águas que, apesar de ser esposado por uma fração numérica que estava distante de abarcar a maioria dos trabalhadores, tornou-se paradigma de ação enérgica e definitiva contra o Estado.

De qualquer forma, com base em estudos mais recentes, em favor de ser o anarquismo muito mais uma opção de classe que uma manifestação étnica radical, o conteúdo do pensamento anarquista formou gerações e deu ao trabalhador nacional e ao estrangeiro razão maior para a luta. Nos

anos de 1920 a mão-de-obra, e mesmo os que do anarquismo se cercavam, era já na sua maioria composta por nacionais. Mesmo muitos imigrantes, que chegaram ao Brasil sem maiores formações políticas, conheceram aqui por conta da necessidade os postulados libertários e deles se apropriaram como meio para alterar as suas realidades e de seus iguais em condição. Nesse sentido, o anarquismo brasileiro pode ser entendido não como um modelo, uma forma derivada da matriz estrangeira, como quiseram fazer entender os governos, mas, e por força de sua especificidade, uma conformação social distinta das demais, com características próprias e identidade definida pelas condições impostas pelo meio, combinada com a ação daqueles que se destacaram pela rebeldia cotidiana.

### **Primeiros tempos: socialismo e experiências rurais**

Em 1848, na esteira dos movimentos europeus que no seu conjunto ficaram conhecidos como “A Primavera dos Povos”,<sup>1</sup> estourou em Pernambuco a Insurreição Praieira. Embora com algum conteúdo liberal, o levante, protagonizado pelo Partido da Praia trazia em seu conteúdo doutrinário certa influência dos escritos de Proudhon, Cabet, Fourier e Saint-Simon. A ala mais radical dos insurretos, que contava com o intelectual Borges da Fonseca chegava mesmo a afirmar: “assim que não temos partidos; estão eles para nós acabados; hoje só há liberdade e regeneração, ou escravidão e aniquilamento; venham todos a nós, que os receberemos como irmãos.”<sup>2</sup> Também na revista *O Progresso*, que circulou em Pernambuco entre 1846 e 1848, essas idéias eram defendidas com ênfase nas questões relativas à liberdade.

Na década de 1870, os ecos da Comuna de Paris não se circunscreveram à imprensa. No parlamento, as notícias sobre o possível desembarque de *communards* justificaram as mais diversas especulações sobre o fato. Os políticos mais conservadores chegaram mesmo a proferir discursos com ornatos barrocos sobre o tema e a necessidade de repatriação dos implicados nos acontecimentos de Paris, caso estes realmente ousassem pisar em

território brasileiro. O Visconde de São Vicente, sócio de empreendimentos estrangeiros e fraternal conviva da casa imperial, asseverava com dramaticidade contra “uma facção tenebrosa que ameaçou a humanidade inteira, a todas as nações civilizadas, duma facção que declarou guerra à propriedade particular e pública, à vida dos homens... que assassinou só por maldade... que declarou guerra à moral, à religião, à própria divindade”<sup>3</sup>. Depoimentos semelhantes **compuseram** os inúmeros pronunciamentos de conservadores que, **em comoção**, ocuparam a tribuna naqueles dias.

Mas a postura do governo em relação a **entrada de imigrantes** estava no quadro geral das políticas para as **Relações Internacionais**, longe de ser restritiva. Como se sabe, no decorrer de **todo o século XIX**, foram diversas as campanhas em favor da **imigração européia** para o Brasil, inclusive como base da nova política de **ocupação de terras e necessidades de quadros técnicos oriundos dos centros mais desenvolvidos tecnologicamente**. Alguns europeus que aqui chegaram **trouxeram, em suas bagagens**, algo distinto da pura ambição pelo rápido **enriquecimento** e o desejo de exploração da terra “incolta e atrasada”. Já **em 1840, quando chegou a Pernambuco**, o engenheiro francês Louis L. Vauthier, **para trabalhar no Departamento de Obras**, suas idéias socialistas **encontraram interlocutores** na região. Vauthier, que proporia, **além de outras medidas, um plano de urbanização inovador**, estimulou em muito o **campo de discussões sobre o socialismo em Recife**. Adepto de Fourier, **interferiu significativamente no ambiente intelectual da cidade nordestina e, com o jornalista, Antônio Pedro de Figueiredo, importante referência na Insurreição Praieira**, intensificou a circulação de textos, revistas e idéias fourieristas.

Na mesma época um outro francês, o médico Benoit-Jules Mure percorria o Sul do Brasil com o propósito de **estabelecer na região meridional um “falanstério”**, nos moldes propostos por Fourier. Em 1841, **artesãos e técnicos franceses chegavam ao Rio de Janeiro e partiam para a região Sul onde fundaram as colônias, em Santa Catarina, de Saí e Palmital**. Tais empreendimentos por diversos fatores, entre eles a falta de pedidos para as máquinas a vapor que seriam construídas pelos artesãos, tiveram uma existência breve. Posteriormente, o médico Mure retornou ao Rio de Janeiro e abriu o primeiro Instituto Homeopático do Brasil, além

de fundar o jornal *O Socialista da Província do Rio de Janeiro*, um dos precursores da imprensa socialista na América Latina.

Nos anos seguintes, outras iniciativas similares às referidas foram levadas a efeito por libertários de diversas procedências. Colônias como as de Guararema, em 1888, na Província de São Paulo, fundada pelo italiano Arthur Campagnoli; a “Cosmos”, fundada por norte-americanos em Santa Catarina, e a Colônia Vapa, no município paulista de Assis, organizada por imigrantes letões, apareceram e sofreram toda a sorte de impedimentos e vicissitudes impostas pelos proprietários circunvizinhos e governos conservadores.

No Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1908, algumas famílias de imigrantes vieram colonizar uma área encravada na Serra da Mantiqueira, que ficaria conhecida como “Visconde de Mauá”. O universo de imigrantes era formado por suíços, alemães, austríacos, portugueses e espanhóis que, muito depressa, entraram em choque com as elites locais. Os jornais de Resende, em 1909, encontravam nos indivíduos mais independentes as características do anarquismo; o suíço Kister Adolpho e outro, que atendia pelo nome de Richter, um eletricitista, foram perseguidos no contexto de uma revolta acontecida na comunidade no dia 3 de outubro daquele ano. Entretanto, com a evolução dos acontecimentos, a condição de anarquista, segundo os periódicos conservadores, deixou de ser exclusiva de alguns e passou a qualificar o “Núcleo Mauá” como sendo um “geradoiro de desordens”<sup>4</sup>.

Outra Colônia importante, fundada já nos primeiros anos do século XX foi a de Erebango, no Rio Grande do Sul. Formada por famílias de ucranianos, que haviam passado por São Paulo, depois encaminhadas pelo governo deste estado para Porto Alegre, a Colônia foi edificada em meio aos bosques da localidade de Erebango, tendo os colonos o objetivo de cultivar a terra e ali formaram, a partir de 1911, um núcleo de povoamento. A despeito da precariedade das instalações dos primeiros tempos e das dificuldades em função da falta de recursos, os ucranianos, muitos deles anarquistas, conseguiram algum sucesso na empreitada. Os trabalhadores de Erebango chegaram mesmo a organizar, com outros libertários russos, na Argentina, uma Federação de Trabalhadores Russos que ignorava as fronteiras políticas entre os dois países. Na comunidade circula-

vam obras de anarquistas importantes como Alexander Berkman, Volin, Emma Goldman e Nestor Makhno, este último bastante admirado pelas táticas de guerrilha utilizadas durante a Revolução Russa. A Colônia teria contribuído também para a organização de sindicatos e associações nas cidades gaúchas de Floresta, Erechim, Guarani, Campinas e Santo Ângelo.

A experiência de maior prestígio, entretanto, foi a “Colônia Cecília”, iniciativa do médico veterinário formado em Pisa, Giovanni Rossi. Iniciada no ano de 1890, após uma aquisição de terras feita ainda no governo imperial, a Colônia que se localizava na região de Palmeira, no Paraná, não teve uma existência tranqüila. A exemplo das demais, foi fustigada por setores da elite local, além de ter sofrido com a conjuntura estabelecida por ocasião da Revolução Federalista no Sul do país. Com iniciativas de relações familiares poliândricas, de amor livre e caixa de rendimento comunal, a “Colônia Cecília” ousava em campos até então apenas teorizados pelos anarquistas. Segundo Rossi, o propósito da Colônia não era uma “experimentação utopística” de um ideal, mas um estudo experimental rigorosamente científico, das atitudes humanas diante de determinados problemas. Assim a existência da Colônia, que durou até 1894, marcava mais uma graduação no âmbito das experiências rurais que acumulavam os anarquistas no Brasil.

### **Associações, congressos operários e organizações anarquistas**

Em torno do ano de 1830, o café já superava em muito os demais produtos brasileiros no conjunto da pauta de exportações. O capital acumulado com o produto ampliou o prestígio da região Centro-Sul do país. Tal situação fez com que, por meio do tráfico interprovincial, após 1850, muitos escravos fossem deslocados das áreas açucareiras no Nordeste e acabassem por parar nas fazendas de café do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Assim, com o crescimento da cultura do café, cresciam também os centros produtores e exportadores; as cidades ganhavam novos traçados e a população avançava numericamente na mesma proporção. O Rio de Janeiro, capital do Império e centro exportador

contava, em 1872, com 274.972 habitantes, e era o centro de maior concentração demográfica do país. Em 1890, na vigência da República, os números assustavam e a cidade já passava de 522.000 habitantes. A cidade de São Paulo, apesar deste estado representar a dianteira na produção de café, tinha, até fins da década de 1890, por razões peculiares ao seu processo histórico, população inferior às das cidades de Recife e Salvador.

Por conta das suas características históricas, o Rio de Janeiro apresentava condições especiais que favoreciam a constatação de determinados fenômenos sociais importantes. Dessa forma, é no Rio de Janeiro que aparecem os registros das primeiras greves de trabalhadores livres no Brasil. Uma destas manifestações de classe ocorreu em 8 de janeiro de 1858, por ocasião das reivindicações salariais dos compositores gráficos, reunidos na Associação Tipográfica Fluminense. A ação conjunta dos trabalhadores chegou a comprometer a tiragem de três importantes jornais da época: o *Jornal do Commercio*, o *Correio Mercantil* e o *Diário do Rio de Janeiro*.

Depois da greve dos tipógrafos, outros movimentos de igual importância e caráter incomodaram as classes dominantes no Brasil. Foi, no entanto, mais claramente no início da República, com o crescimento da malha urbana e da população nas cidades, que as reivindicações operárias ganharam expressão. Em 1890, o Rio de Janeiro contava com 522.000 habitantes, número que, em 1906, cresceria para 811.443. Neste ano estavam concentrados na indústria 83.243 trabalhadores, em contraste com 66.062 postos ocupados no comércio e 14.214 nos transportes. Em 1907, encontravam-se no Rio de Janeiro cerca de 30% das indústrias de todo o país, enquanto São Paulo ficava com a proporção de 16% das empresas tomando-se o mesmo parâmetro.

Em função do crescimento industrial, a classe empresarial acaba por se organizar criando, em 1904, o Centro Industrial do Brasil, com vistas a coordenar, dentro de uma diretriz “nacionalista”, os empreendimentos no país. O setor de serviços crescia, na Capital Federal, no mesmo período, assim como as sociedades anônimas e comerciais. Em oposição a essa euforia empresarial estavam as condições do operariado, mesmo aos olhos de respeitadas “quadros intelectuais” ligados ao regime. Segundo o mé-

dico carioca Raul Sá Pinto, em 1907: “O operário, nas suas atuais condições de vida, dizemos e havemos de repetir, não morre naturalmente: é assassinado aos poucos”...<sup>5</sup> Tal afirmação, registrada em tese de doutoramento, vinha acompanhada de denúncias de jornadas extenuantes nas fábricas, associadas à utilização de mão-de-obra infantil e feminina, subassalariadas e expostas a instalações insalubres. A República, a despeito de toda a propaganda envolvendo a promessa de um país livre das chagas e atavismos do Império, não lograra resolver os problemas estruturais da nação. Não apenas a industrialização herdara da monarquia a relação com seus entes produtivos — as mesmas negligência e exploração do passado atingiam o operário — mas também a infra-estrutura da cidade apresentava-se acanhada para o desenvolvimento dos projetos da modernidade republicana.

Com efeito, algumas tentativas de organização de núcleos de resistência ao novo quadro de exploração dos trabalhadores são postas em marcha ainda em fins do século XIX. Uma dessas entidades organizativas foi o Centro Operário Radical, que deu origem a alguns “Partidos Operários” e a iniciativas de resistência no campo sindical. Um Centro das Classes Operárias, dirigido pelos reformistas “trabalhistas”, tendência de prestígio principalmente no Rio de Janeiro, também foi criado nesse período. No ano de 1901, Gustavo de Lacerda, sob inspiração de Tolstói e Lamennais, escreveria o livro *O Problema Operário no Brasil* e, no ano de 1903, surgiria a Federação das Associações de Classe, seguindo o modelo da C.G.T. francesa, no estado do Rio de Janeiro, posteriormente transferida para a Capital Federal, recebendo o nome de Federação Operária Regional Brasileira, em 1906. Em São Paulo, no ano de 1905, os sapateiros, padeiros, marceneiros e chapeleiros fundavam a Federação Operária de São Paulo (F.O.S.P.) e, no ano do Primeiro Congresso Operário, no Rio de Janeiro, era criada a Federação Operária do Rio de Janeiro (F.O.R.J.).

No ano de 1903, e no seguinte, um conjunto de greves foram deflagradas — algumas na conjuntura da Revolta da Vacina —, e as posturas das distintas tendências, reformista e anarquista, apareceram com maior clareza para boa parte do proletariado carioca. A Federação das Associações de Classe, após a visita de delegados argentinos da Federação Operá-

ria Regional Argentina (F.O.R.A.), em 1904, e da campanha de solidariedade aos trabalhadores russos, em 1905, passou a divulgar ainda mais o seu caráter sindicalista revolucionário explicitando a inclinação internacionalista, outro elemento distintivo de seu comportamento em oposição aos “trabalhistas”, muitas vezes signatários do nacionalismo jacobino.

O ascenso do movimento operário revolucionário deu aos anarquistas a possibilidade de organizar o Congresso Operário Regional Brasileiro, entre 15 e 22 de abril de 1906, no Centro Galego, no Rio de Janeiro. Estiveram presentes ao encontro 43 delegados de várias partes do Brasil, representando 28 associações, a maioria ligada a ramos industriais, e outras como estivadores, ferroviários, trabalhadores em trapiches e café, integrantes do setor de serviços. Acompanhando a tendência dos anos anteriores, a despeito da presença de reformistas “trabalhistas” nos debates, o Congresso aprovou a filiação de suas teses ao sindicalismo revolucionário francês. Assim, a neutralidade sindical, o federalismo, a descentralização, o antimilitarismo, o antinacionalismo, a ação direta, a greve geral etc. passaram a fazer parte dos princípios dos sindicatos signatários das propostas do “Primeiro Congresso Operário Brasileiro”, nome adotado pela comissão de redação das deliberações finais do referido encontro. O Congresso decidia também pela organização dos sindicatos por ofício, por indústria ou, em último caso, por ofícios vários, além de aconselhar, nas áreas rurais, uma propaganda no sentido de se organizarem sindicatos de resistência.

A opção pelo sindicalismo revolucionário, explícita no texto final, acontecia por diversos motivos. O primeiro deles, e muito provavelmente por razões análogas, teria sido esse modelo adotado em outras partes do mundo: a capacidade e abrangência do programa que previa a possibilidade de convivência de “opiniões políticas e religiosas”, elegendo o campo econômico, por ser ele mais universal e de clara compreensão, como o de interesse comum de todos os operários. Outro ponto importante era o Federalismo, que facultava aos sindicatos autonomia dentro da federação e, por sua vez, da federação frente à confederação. Situação que favoreceu imensamente a pactuação de grupos sindicais que, se não eram claramente vinculados à proposta anarquista, simpatizavam com os princípios descentralizados da organização proposta.

Como resposta a uma possível descaracterização do projeto revolucionário, tendo em vista a descentralização federativa, os anarquistas fizeram questão de frisar as formas de luta que deveriam ser adotadas pelos filiados. Se, por um lado, as questões econômica e do federalismo não eram, por assim dizer, por elas próprias, determinantes ideológicas, os meios utilizados para alcançar os objetivos comuns, muito ao contrário, definiam claramente o conteúdo revolucionário do sindicato. Dessa forma, a greve geral ou parcial, o boicote, a sabotagem, a vinculação do 1º de Maio à revolução etc, promoviam, como queriam alguns sindicalistas anarquistas, a “ginástica revolucionária” que prepararia o proletariado para a verdadeira luta, a Revolução Social. Esperavam os anarquistas que na ação concreta, na solidariedade, e na observação empírica das contradições entre capital e trabalho, evidenciadas nos confrontos, estivesse a grande lição a ser apreendida pelos trabalhadores. Essa era a garantia, segundo eles, da aquisição de princípios ideológicos, não pela pregação retórica ou por manuais, destituídos das experiências sensíveis, mas pela prática da ação cotidiana e revolucionária das massas.

Para os anarquistas estava claro que não se tratava exclusivamente de uma luta reivindicativa e política, essas eram as razões mais visíveis; o problema, e aí residia a opção pela ação no campo sindical, estava na contradição ou “realidade fundamental do capitalismo, as relações de produção na empresa”<sup>6</sup>. A própria lógica da produção no sistema excluía o trabalhador, suprimia o papel deste, e adotava como princípio fundamental a ampliação da exploração em oposição à própria integração do operário no processo produtivo. Assim, a organização dos indivíduos que produziam, no contexto da fábrica, oficina ou estabelecimento comercial, engendrava uma nova ética na produção; uma ingerência radical operava-se a despeito da anuência do patrão, quer no embate contínuo do cotidiano laboral, quer nos episódios de maior visibilidade em *meetings*, passeatas e greves.

Ainda no campo prático, o Congresso decidiu que uma confederação e um jornal sindical deveriam ser criados para, respectivamente, prestarem auxílio às federações dando voz ao coletivo de associações. Essa confederação, criada dois anos após o Congresso, foi batizada de Confederação Operária Brasileira (C.O.B.) e o seu órgão de imprensa oficial, A

*Voz do Trabalhador*. Outra medida proposta foi a propaganda por folhetos, manifestos, conferências, representações teatrais etc; campo onde os libertários farão, por intermédio de grupos criados com este objetivo específico, seu proselitismo militante com certa sistematização, convictos como eram da necessidade de uma ação pedagógica no auxílio da prática política.

Com o encerramento do Congresso muitas entidades, como resultado das deliberações, aboliram o cargo de presidente e substituíram a diretoria por simples comissões administrativas. Esta nova estrutura mostrou-se bastante eficiente nas greves que foram decretadas no período. A neutralidade sindical, ou seja, o afastamento dos sindicatos de qualquer partidatismo político, imprimiu aos movimentos grevistas um caráter novo, servindo para definir com clareza os objetivos mais imediatos das categorias. Fruto também da organização foram os protestos contra o “sorteio militar”, em 1908, e o fuzilamento do pedagogo espanhol Francisco Ferrer y Guardia, em Barcelona, no ano de 1909.

O governo, por sua parte, graças à pressão de setores reformistas e a preocupação com a crescente ação dos revolucionários no movimento social, esboçou uma tímida iniciativa no campo da legislação trabalhista. Em 1903 eram editadas medidas visando regulamentar sindicatos no setor econômico rural, o que viria a acontecer, também, em 1907, com as classes relacionadas ao trabalho urbano. Não era casual a criação de uma legislação específica para as categorias vinculadas ao trabalho nos grandes centros, no ano seguinte à organização do Congresso Operário Brasileiro, no Rio de Janeiro. Assim como não tardou o governo a criar, da lavra do deputado Adolfo Gordo, uma lei de deportação, no ano de 1907, que atingiria, em geral, imigrantes e, em particular, os anarquistas.

No Rio de Janeiro, o movimento cooperativista, associado ao reformismo, crescia em paralelo ao sindicalismo revolucionário. Os governos passaram a fazer parcerias com os líderes daquela tendência incorporando a órgãos públicos seções de desenvolvimento das políticas cooperativistas. O paroxismo desta relação se deu com a convocação do Quarto Congresso Operário Brasileiro<sup>7</sup>, também conhecido como “Congresso Pelego”, organizado pelo filho do presidente da República, Hermes da Fonseca, o deputado Mário da Fonseca, em 1912. No ano seguinte os anar-

quistas através de *A Voz do Trabalhador*, davam início a uma série de convocatórias para o Segundo Congresso Operário Brasileiro, que viria a acontecer entre os dias 8 e 13 de setembro, no Centro Cosmopolita, sede do Sindicato dos Empregados em Hotéis, Cafés, Restaurantes e Similares.

Deste Congresso participaram duas federações estaduais, cinco federações locais e mais de cinquenta sindicatos, ligas e associações de várias partes do Brasil. A representatividade havia crescido e, na sua grande maioria, as propostas do Primeiro Congresso foram corroboradas pelas plenárias de 1913. Entretanto, alguns assuntos foram introduzidos nesse novo Congresso, tais como: crítica ao cooperativismo, discussão sobre bolsas de trabalho, definição de salário mínimo, atitude do proletariado diante da guerra, e uma moção de apoio aos trabalhadores de Portugal. Também aparece mais claramente no texto do encontro o termo “socialismo anarquista”, em oposição à propriedade privada, capitalismo e auto-ridade.

O período que separa este Segundo Congresso do posterior, sete anos, assim como havia acontecido em relação ao Primeiro Congresso, foi de intensa atividade. A Revolução Russa de 1917 havia adicionado aos debates sindicais uma dose acessória de entusiasmo e, com manifestações públicas de apoio ao processo russo, os sindicalistas revolucionários interferiram ainda mais na cena pública das principais cidades do país. A conjuntura de guerra (1914-1918), e um certo aquecimento do setor industrial, colaboraram para que as manifestações dos operários assumissem caráter, por vezes, insurrecional.

Em outubro de 1915, a C.O.B. convocou para o Rio de Janeiro um Congresso Internacional da Paz. Tal evento teria como resultado prático a criação do Comitê de Relações Internacionais com o fito de organizar uma confederação sul-americana de entidades sindicais para uma futura filiação à Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T.). A A.I.T. pensada pelos sindicalistas revolucionários de então, e que se tinha começado a construir no Congresso da Paz em Ferrol, na Espanha, naquele mesmo ano, era bastante diferente da que morria com a II Internacional social-democrata. Ela deveria ser uma equivalente histórica indissociavelmente ligada às jornadas operárias dos primeiros tempos de luta. Seria a volta da preeminência bakuninista ou do que se havia reelaborado a

partir dela, ao movimento operário organizado. Os estatutos aprovados no Congresso de Genebra em 1866, com ligeiras atualizações, foram também utilizados para o lançamento do projeto. Foi ainda no Congresso de Ferrol que, no campo estritamente ideológico, deliberou-se pela criação de uma Associação Internacional Anarquista. Com esta iniciativa, pensavam os anarquistas mais preocupados com a organização ver afinal ligados os objetivos e os pontos estratégicos perseguidos desde os congressos Operário Revolucionário de Paris, em 1900, e o de Amsterdã, em 1907. Uma vez que o fórum mais adequado para a referida discussão, o Congresso Anarquista, em Londres, marcado para o ano de 1914, não havia acontecido por força do início da Grande Guerra, os debates se deram onde era possível desenvolvê-los.

O Congresso da Paz no Rio de Janeiro acabou por facilitar para os anarquistas, já que se encontravam presentes vários militantes na Capital Federal, a organização do Congresso Anarquista Sul-Americano que — uma vez afinados os militantes com os postulados de Ferrol — buscava definir estratégias comuns para os libertários. O evento vinha sendo anunciado, como apoio do Centro de Estudos Sociais, desde o mês de maio, e tinha à frente José Elias e Astrojildo Pereira. No texto da convocação, Elias esclarecia que o encontro objetivava suprir as lacunas deixadas pela não realização do Congresso de Londres, situação que transferia para as organizações regionais a grande tarefa na qual se encontravam empenhados os signatários do documento. O Congresso aconteceu com a presença de dois argentinos que se encontravam no Rio de Janeiro. Durante as sessões, foram discutidos assuntos que versavam sobre as estratégias para a obtenção da paz, as leis de exceção, o significado do 1º de Maio e a imprensa anarquista. Como resultado, o Congresso que, por não ter participação significativa de outras organizações do continente, acabou sendo chamado de Congresso Anarquista Nacional do Rio de Janeiro, resolvia adotar o jornal *Na Barricada* como órgão específico dos anarquistas no Brasil. Aparecia também aqui a preocupação em garantir espaço à ideologia diante dos demais periódicos essencialmente operários. Entretanto, faltava ainda organização para, como pretendido em Ferrol, a América Latina contribuir com a formação da Associação Internacional Anarquista.

Apesar das limitações impostas pela repressão e a resistência de setores anarquistas à organização, alguns militantes criaram, em janeiro de 1918, a Aliança Anarquista do Rio de Janeiro. A entidade caracterizava-se como um órgão de união, entendimento e de aliança entre anarquistas, no sentido da propaganda e ação nos meios proletários. Não era ainda a tão esperada organização específica, nos moldes de um "partido" como postulava Errico Malatesta. Na realidade a Aliança era o resultado de uma longa discussão na qual as relações entre sindicalismo e anarquismo tinham fornecido o principal manancial para, a partir daí, surgirem pontos mínimos de acordo. Para que fosse possível a sua criação, todo o dissenso foi evitado. No seu primeiro número, o "Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro", esclarecia:

A Aliança Anarquista não é propriamente uma agrupação no sentido restrito e comum das agrupações libertárias: é antes um órgão de união, de entendimento, de aliança entre todos os anarquistas do Rio de Janeiro formados em grupos ou não. O seu fim é congregar esforços na propaganda geral e básica da anarquia, sempre que isso se tornar oportuno e necessário.

Pode-se dizer que a Aliança foi uma conquista dos que lutavam já há muito pela organização, mas não apenas; para a sua formação colaboraram também o advento da Revolução Russa e as greves generalizadas do período. O seu "Boletim" refletia claramente os limites do tipo escolhido de ação conjunta ao divulgar notícias sobre a Grande Guerra, a Revolução Russa, as eleições e as atividades dos grupos anarquistas no Distrito Federal e Niterói, sem aprofundar as questões mais teóricas. A iniciativa não se restringiu ao estado, e talvez por ser a Aliança ampla o suficiente, outra organização congênere apareceu na mesma época em São Paulo.

Mas as iniciativas de organização não pararam na Aliança, uma vez que esta mereceu da polícia o mais severo tratamento, principalmente após a greve insurrecional de novembro de 1918, no Rio de Janeiro. No ano seguinte, José Oiticica e Astrojildo Pereira, auxiliados por outros militantes, convocaram a Primeira Conferência Comunista do Brasil. Num

contexto de greves deflagradas principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, o evento, realizado entre os dias 21 e 23 de julho, dava início a um movimento no sentido da formalização de um Partido Comunista nos moldes propostos por Malatesta em seu programa-anarquista. Em dezembro, uma brochura de propaganda, editada por “um grupo do P.C.B.” punha em circulação os *Princípios e Fins do Programa Comunista-Anarquista*, apresentados por Oiticica na Conferência de julho. Ainda, segundo os editores, era fundamental a publicação do programa pois: “Sobre este trabalho o Congresso não pode manifestar-se condignamente porque as violências — que ainda devem estar na memória de todos — da polícia desta capital, obstou os seus trabalhos”. O Partido Comunista encontrou também eco em São Paulo, mas não da parte daqueles libertários que desconfiavam da organização. Apesar de, no conteúdo, o *Programa Comunista-Anarquista* não representar uma radical mudança no que se tinha tentado até então, ainda assim o texto trazia novidades. Era possível depreender do *Programa* algo além da simples busca da unidade através da propaganda. A insurreição de novembro de 1918, a conjuntura internacional revolucionária, e uma demanda operária que parecia empurrar qualquer ação no sentido da ruptura, mobilizava o setor anarquista favorável a laços orgânicos mais estáveis a insistir na formalização de um programa de contornos mais claros.

Como primeira iniciativa concreta na nova etapa da luta, o núcleo do Partido Comunista no Rio de Janeiro passou a publicar em agosto o periódico *Spártacus*, uma clara alusão ao movimento homônimo na Alemanha, cuja primeira tiragem só foi possível graças aos fundos levantados em um festival para este fim, no qual palestraram Fábio Luz e Octávio Brandão. A iniciativa servia, ademais, para que os anarquistas plasmassem nas páginas do *Spártacus* a concepção que mais objetivamente articulava a conjuntura com os postulados teóricos clássicos até então defendidos.

Dentro deste quadro, e obedecendo às diretrizes do Segundo Congresso, foi convocado para acontecer, entre os dias 23 e 30 de abril de 1920, o Terceiro Congresso Operário Brasileiro. As reuniões tiveram lugar na sede da União dos Operários em Fábricas de Tecidos, no Rio de Janeiro, contando com a presença de 64 entidades de várias partes do país. O número de sindicatos presentes ao Congresso apresentava um

**BOLETIM DA COMISSÃO EXECUTIVA DO 3º CONGRESSO OPERÁRIO**

TRABALHADORES DO BRASIL  
**UNI-VOS!**

**SUMMARIO:**

Surgindo.  
A greve dos ma  
Comissão Exec  
A proposito da  
um partido e  
Em prol dos de  
Normas de organ  
Demonstração Gr  
O que se passou  
A perseguição  
Pareceres e conc  
Recordação impe  
Primeira excursã  
Violencias, semp  
A fundação do  
Relatorios apres  
Democracia e sy  
O sinete confede  
Afirmção de p



dos Trabalhadores.  
o Brasil e a situa  
cional proletaria.  
e a Revolução

alhos da C. E.  
alização do opera  
ernambuco.  
rganização.  
ario Regional do  
ni.  
contra o opera  
Proletario Sul  
retario.  
do camarada Fla  
ququerque.  
ispensaveis.

Anno I @ Agosto da 1920 @ N.º 1  
Endereço: Edgard Loueroth - Caixa Postal, 1306  
S. PAULO (BRAZIL)

UM POR TODOS.  
TODOS POR UM.

Boletim do 3º Congresso Operário Brasileiro. Extraído da obra de Edgar Rodrigues, *Alvorada Operária*, Editora Mundo Livre, 1979.



3º Congresso Operário Brasileiro. Extraído da obra de Edgar Rodrigues, *Alvorada Operária*, Editora Mundo Livre, 1979.

ligeiro crescimento em relação ao anterior; ao que tudo indica, a repressão da polícia, as deportações e o trabalho sistemático dos grupos reformistas e cooperativistas vinham produzindo resultados desfavoráveis às organizações revolucionárias diretamente ligadas ao sindicalismo.

Neste Congresso, como sintoma da adequação ao novo quadro da indústria brasileira do pós-guerra, entre outras resoluções, podemos encontrar aquela que defende a prioridade da sindicalização por “indústrias”, em detrimento da organização por “ofícios”. As decisões dos Congressos anteriores, de 1906 e 1913 — ressalvadas algumas alterações relativas às especificidades da conjuntura histórica daquele momento — são reiteradas. E, como exigia o momento, registraram-se as moções de apoio aos trabalhadores portugueses, revolucionários mexicanos e russos, aos trabalhadores irlandeses, perseguidos pelo Estado inglês e às manifestações contra o assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. No encerramento do evento, animado pela interpretação do hino de “A Batalha”, reforçaram ainda os presentes seu caráter internacionalista.

## Greves e repressão

O quantitativo de greves no Brasil deve muito de seu montante às organizações operárias revolucionárias. Na primeira década do século XX foram deflagrados, por todo o país, 111 movimentos grevistas, na sua maioria por questões salariais. Durante a conjuntura dos anos de 1917 a 1920, somente no eixo Rio de Janeiro/São Paulo, outras, mais de duzentas, podem ser acrescidas ao número verificado até 1910. Todas estas manifestações reivindicatórias aconteciam de forma endêmica, com maior ou menor incidência em determinadas capitais brasileiras, mas todas sob forte inspiração anarquista. Mesmo aquelas paralisações que estouravam, independentes, em alguns casos, de direções reformistas, eram tributárias do caminho aberto, formando uma verdadeira cultura reivindicatória, pelos libertários.

Tais eventos, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, pelas suas características e expressão pública, criaram uma dinâmica de mobilização que possibilitou, mesmo às bases de sindicatos reformistas, a indicação, para os seus respectivos movimentos reivindicatórios, de caminhos divergentes aos pregados pelas direções. A onda grevista, quer pelo



1º de maio de 1919 na Praça da Sé.

entusiasmo das classes, quer apenas por necessidades circunstanciais, arrebatou grande número de trabalhadores para a formação de seu imenso caudal. No geral, sem a definição precisa de matizes ideológicos, a ascendente curvatura estatística de greves, principalmente na conjuntura citada, serviu para alimentar os sonhos de Revolução Social, acalentados por muitos militantes libertários. Aos que defendiam o sindicato como prefiguração da futura sociedade libertária, parecia a materialização pura e simples das premissas sustentadas pela tendência sindicalista revolucionária nos meios anarquistas.

No Rio de Janeiro, onde a classe trabalhadora era em sua maioria constituída por nacionais, as greves, como composição fundamental das táticas de ação direta, definidas nos Congressos Operários, assumiram conformação radical. Muitas paralisações acabaram por evoluir para confrontos entre a polícia e operários, decididos a tudo para a manutenção de direitos, consecução de benefícios salariais ou redução das horas de trabalho.

Em conformidade com os fatos, e interessado em ampliar determinados estereótipos, o governo no ano de 1907, através da rubrica do parlamentar Adolfo Gordo, promulgaria a lei de expulsão de indesejáveis à ordem pública. Tal medida que, segundo o proponente, visava trazer o “necessário remédio jurídico” para pôr fim aos excessos de liberdades atribuídos aos imigrantes anarquistas, era, na realidade, uma tentativa de pôr termo ao crescente movimento classista que insistia em explicitar a “questão social”, segundo as autoridades, inexistente no Brasil. Esta lei seria reeditada, com algumas atualizações, nos anos de 1913 e 1921, e, em parceria com ações policiais importantes, acabaria por contribuir para a crise no movimento operário revolucionário.

A repressão por parte do governo não se limitaria às ações com desdobramentos exclusivos nas esferas social e política nacionais. Em 1917, acompanhando uma tendência internacional, o chefe de polícia do Rio de Janeiro, Aurelino Leal, organizava uma conferência que tinha como fito o controle social, além de outros assuntos relativos à segurança do Estado. A Conferência Judiciária-Policial, que aconteceria nos salões da Biblioteca Nacional, encarnava o espírito europeu dos grandes convênios policiais entre os países “civilizados” e contava com a participação de

autoridades, inclusive de outros países, na matéria em questão. Aurelino Leal, no ano seguinte, pelo papel desempenhado em favor da repressão aos sindicalistas, seria alvo das mais severas críticas por parte dos anarquistas de todo o Brasil, personificando a imagem do mais cruel defensor do sistema capitalista vigente no país.

Nesse mesmo ano, além dos ventos revolucionários que sopravam desde o Leste da Europa, uma outra grande greve acontecia na cidade de São Paulo. Diferente do Rio de Janeiro, e de centros urbanos nordestinos onde a mão-de-obra era predominantemente nacional, a capital paulista possuía um expressivo contingente populacional estrangeiro empregado nas fábricas e no setor terciário. Mesmo no século anterior, no ano de 1893, a cidade registrava na totalidade de sua população 54,7% de estrangeiros. Assim, no mês de julho, ainda nos primeiros dez dias, diversos sindicatos já participavam dos ensaios daquilo que seria lembrado, de forma mítica, como a grande “Greve Geral de 1917”.

Mas, a conjuntura de julho fora desenhada habilmente pelos anarquistas sindicalistas à frente de diversas associações de classe. A carestia, durante todo o primeiro semestre, havia semeado uma profunda revolta nos meios operários, armando, em grande medida, os espíritos dos trabalhadores contra o governo. O início do segundo semestre daquele ano, marcava inversamente o fim da crença dos operários nas promessas feitas por políticos e empresários.

O custo de vida, associado aos baixos rendimentos salariais, muito mais que a pura ideologia, oportunizou uma mistura de revolta e êxtase revolucionários, levando as massas de trabalhadores a aderirem às premissas defendidas, há muito, pelos anarquistas dentro dos sindicatos. Fatos como o da morte do sapateiro anarquista José Iniguez Martinez, alvejado pela polícia durante um confronto nos primeiros dias de julho, vinham somar-se a um sem-número de indignidades sofridas pelo povo. O fim trágico de Martinez, e a multidão de mais de dez mil pessoas que acompanharam o seu féretro, no dia 11 daquele mês, serviram de prenúncio para as enormes manifestações que aconteceriam nos dias a seguir.

A greve geral acontecia com a utilização, por parte dos trabalhadores, de atos de sabotagem e boicote aos produtos das indústrias Crespi, Matarazzo e Gamba. Fábricas como a Antártica tiveram seus produtos

confiscados pelos operários e inutilizados publicamente. A greve termina com alguns avanços para a classe operária paulistana. A implantação, em algumas fábricas, das 8 horas de jornada e aumentos salariais, figuraram na lista das vitórias do movimento. O governo, muito atemorizado com as agitações, em particular o prefeito Washington Luís, mais tarde presidente da República, não cessaria, ainda mais, de buscar a associação da figura do anarquista à do criminoso inimigo da ordem.

O movimento grevista, entretanto, ao contrário das conclusões de alguns trabalhos historiográficos, não foi fruto apenas da manifestação espontânea de trabalhadores desesperados. Para o sucesso da mesmo muito colaborou a articulação de núcleos organizativos como o Comitê de Defesa Proletária, fundado logo no início do movimento, que sistematizou a política reivindicatória dos comitês operários de bairro<sup>8</sup>, e outros com características semelhantes. As negociações posteriores com os patrões, e o envolvimento do governo, assim como a saliente figura de Edgard Leuenroth, comprovaram a importância das organizações dessa natureza em momentos de acirramento da luta operária contra o patronato.

No Rio de Janeiro, o ano de 1917, foi, também particularmente movimentado, com inúmeras greves, campanhas para o boicote de produtos, manifestações de rua e uma greve generalizada no mês de julho. No ano seguinte, a situação pioraria bastante: a “influenza espanhola” fazia centenas de vítimas, a carestia, como em todo o país, aumentava o problema operário, já bastante sério, e o governo Venceslau Brás apresentava como principal interlocutor para o diálogo com os trabalhadores, o truculento chefe de polícia, Aurelino Leal.

Os sindicalistas anarquistas insistiam em reafirmar a importância das bandeiras das 8 horas de trabalho, de aumentos salariais e da luta contra a carestia. Preocupavam-se os libertários em oferecer aos operários objetivos bastante simples e, de certa maneira, comuns a todos para a unificação na luta. Prescindindo de uma retórica complexa, os anarquistas desejavam que os trabalhadores lutassem por questões concretas, o menos possível envoltas em fórmulas intelectuais abstratas ou pré-determinações teóricas. A ação direta assim o exigia; a atitude dos trabalhadores deveria partir, antes de tudo, de um convencimento da justiça de seus reclamos.

Assim, com a proscrição da Federação Operária do Rio de Janeiro, fechada pela polícia, em agosto de 1917, surgiria a União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (U.G.T.). Esta União, uma tentativa clara de reagrupamento de sindicatos de resistência, contaria com a adesão imediata de 13 entidades classistas. Aurelino Leal, cumprindo com a praxe policial, iria perseguir os militantes da recém-fundada U.G.T.

Ainda no ano de 1918, em agosto, uma greve na Companhia Cantareira e Viação Fluminense, que operava na travessia de barcos na Baía de Guanabara, entre o Rio de Janeiro e a cidade de Niterói, assumiu contornos de insurreição. A radicalização do conflito ocasionou uma batalha campal entre os grevistas, apoiados por populares, e a polícia. O fato inusitado acabou por sensibilizar setores do exército em favor dos grevistas levando o 58º Batalhão de Caçadores a interferir na luta em favor dos grevistas.

Os acontecimentos favoreciam um paralelo com os acontecimentos recentes na Rússia. Os trabalhadores da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (U.O.F.T.) iniciam também uma mobilização no sentido de radicalizar suas posições em relação aos patrões. A gripe espanhola criara, em outubro de 1918, um clima de caos na cidade. As autoridades, muitas delas, fogem para a região serrana de Petrópolis, tradicional refúgio da aristocracia carioca quando das grandes epidemias.

No Rio de Janeiro, em 15 de novembro, Delfim Moreira tomaria interinamente posse da presidência da República. O candidato eleito para o cargo, Rodrigues Alves, havia caído enfermo e o vice-presidente assumia a titularidade. A instabilidade política, associada à mobilização operária e à conjuntura internacional revolucionária indicava para os trabalhadores as condições favoráveis para uma greve insurrecional. No dia 18 de novembro, diversas fábricas do Rio de Janeiro, Niterói, Petrópolis e Magé, entraram em greve. Às 17 horas, o Campo de São Cristóvão estava tomado por centenas de trabalhadores. Os preparativos feitos por anarquistas para a tomada de prédios do governo e o estabelecimento de um soviete no Rio de Janeiro, que se faria em articulação com a greve, acabaram não resultando por força da infiltração de um tenente do exército, em colaboração com a polícia, que denunciou militantes e forneceu os planos ao governo. Novamente, a repressão atingia os anarquistas, na sua

quase totalidade brasileiros, o que contrariava a insistente pregação do chefe de polícia a respeito de uma conspiração de elementos estrangeiros.

A despeito das perseguições, o operariado continuaria mobilizado nas principais capitais brasileiras. No 1º de Maio de 1919, por todo o país, registraram-se manifestações em favor dos soviets russos e das revoluções em curso, na Hungria e na Alemanha. Na Capital Federal, a aglomeração presente ao evento contou com cerca de 60 mil pessoas que, além de saudarem as referidas revoluções, organizaram paralisações para pressionar os patrões pela jornada de 8 horas. Na cidade de São Paulo, 5 dias depois, costureiras organizam um comício na rua Barão de Itapetininga, em solidariedade a 20 mil trabalhadores em greve, ato que sensibilizou outros setores como os tecelões, sapateiros, cervejeiros, metalúrgicos e a construção civil. Embora bem sucedidas — as greves arrancaram dos patrões as 8 horas, a semana de 6 dias e a igualdade de salários entre homens e mulheres —, os grevistas presos não foram postos em liberdade pela polícia.

As constantes prisões e o crescimento das entidades operárias demonstravam para os anarquistas a necessidade da criação de organizações que pudessem agir em momentos de extrema gravidade. O dilema não era diferente no plano ideológico específico anarquista. Para a defesa da classe os trabalhadores haviam fundado o Comitê de Defesa Proletária na greve de 1917, e o Conselho Geral dos Operários para o resgate de presos grevistas, em 1919. E para estas entidades de defesa muito haviam colaborado os anarquistas.

Apesar das greves de 1917 e 1918 terem sido, em muitos aspectos, vitoriosas e alcançado muitos avanços para a classe trabalhadora, foi no ano de 1919 que as conquistas lograram maior efetividade em seus resultados. Neste aspecto, podemos afirmar que foi a União dos Operários em Construção Civil (U.O.C.C.), fundada em 1917, que, em maio daquele ano, garantiu pela primeira vez para a base de sua categoria o benefício definitivo da jornada de 8 horas.

Todos os avanços da classe operária, entretanto, despertaram nos governos e industriais a viva convicção da necessidade de controlar as entidades de classe, quer no reforço de uma política assistencialista, para os setores já predispostos a isso, quer na sistematização da repressão para os renitentes revolucionários. No ano de 1921, o governo reeditaria a lei

de combate aos anarquistas, o Decreto 4.247, que regulava a entrada de estrangeiros “nocivos à ordem pública” e previa a expulsão daqueles que, uma vez residentes no país, apresentassem as mesmas características. No ano seguinte, com a posse do presidente Arthur Bernardes, era então criada a Quarta Delegacia Auxiliar, com o objetivo específico de controle social e político de militantes anarquistas e desafetos do regime.

Em 1924, era a vez de São Paulo criar a sua delegacia específica para investigações da mesma natureza, reprimindo as greves e prendendo opositores do governo. Não demorou muito para que os órgãos de repressão do Rio e de São Paulo passassem a colaborar em ações concretas; tal integração ficaria patente em eventos como as deportações para a Clevelândia, nos anos de 1924 a 1926, e na Batalha da Praça da Sé, em São Paulo, no ano de 1934. Este último episódio, inclusive, contou com a participação de policiais cariocas na fuzilaria que durou mais de quatro horas.

Apesar de todo esse quadro, entre marchas e contramarchas, o sindicalismo revolucionário entraria a década de 1920 com bastante prestígio, tendo-se em conta que, apesar do governo manter-se firme no “leme” da repressão, rudimentos de uma legislação trabalhista surgiram para tentar conter as vitórias dos revolucionários, provando, ao contrário da afirmação dos políticos em anos anteriores, a existência de uma “questão social” no Brasil.

## A dinamite

A ação anarquista, no que se refere às atitudes adotadas pelos operários para a consecução de objetivos imediatos, obedeceu a distintas táticas em função dos diversos entendimentos, que tiveram os grupos operários, das resoluções congressuais. A ação direta, apontada em todos os três Congressos como método fundamental para a obtenção das transformações sociais desejadas, não encontrou entre os trabalhadores anarquistas uma única interpretação. Assim, como o boicote e a sabotagem, outras formas de ação direta foram adotadas, no interior do movimento sindical revolucionário, a partir de uma interpretação mais radical.

Nos primeiros anos do decênio de 1890, antes mesmo das organizações revolucionárias operárias, alguns anarquistas já optavam pela utilização de métodos de persuasão que, em alguma medida, ampliavam a legenda de violência política protagonizada por alguns libertários europeus. A “bomba” — meio através do qual se entendia possível a destruição do regime de iniquidade do capital — ajudava a construir o estereótipo insistentemente atribuído aos anarquistas de todas as partes do mundo. Mesmo a despeito das intenções mais generosas, a bomba e a dinamite acarretavam conseqüências de sentido duplo e contraditório: se por um lado, com os petardos explosivos os anarquistas pretendiam demonstrar que estavam dispostos a todos os sacrifícios pela Revolução Social, atraindo para suas fileiras os indivíduos mais ativos; por outro, tais procedimentos eram majoritariamente divulgados pela imprensa burguesa que, por um imperativo econômico, monopolizava a maior parte dos jornais e revistas, determinando para os acontecimentos as críticas mais severas e facciosas.

Com efeito, a ação anarquista foi, a partir da imprensa burguesa, no decorrer das primeiras décadas do século XX, e mesmo um pouco antes, marcada pelo estigma da violência irracional e sem propósito definido. A resistência ativa ou “propaganda pelo fato”, muito mais complexa que as explicações dadas pelos órgãos de repressão da época, contribuiu, também no Brasil, para a história da resistência operária ao avanço do capitalismo.

Dessa forma, no ano de 1892, aproveitando a comoção que envolveu a execução de Ravachol em Paris<sup>9</sup>, os jornais brasileiros faziam as previsíveis associações. Nesta ocasião, no Rio de Janeiro, eram presos trabalhadores “ardentes discípulos do feroz e sanguinário Ravachol”<sup>10</sup>, quase todos imigrantes, alguns franceses outros espanhóis, e ainda um italiano, e associadas aos seus depoimentos palavras como: “dinamite”, “punhal” e “incêndio”<sup>11</sup>. No mesmo ano, outros acontecimentos semelhantes em todo o estado, colaboraram para a formação de juízos, preenchendo com novos elementos, os boletins de ocorrência da polícia, e preparando as condições para as primeiras leis de repressão ao anarquismo.

Em São Paulo, no ano de 1894, operários envolvidos na comemoração do 1º de Maio foram presos depois da explosão de duas bombas. No ano anterior, em 3 de agosto, o *Correio Paulistano* alertava para o perigo

da entrada no país de estrangeiros anarquistas, misturados às levas de trabalhadores ordeiros. Na Capital Federal, em 1908, o jornal *Correio da Manhã* em artigo “A Época das Bombas”, referindo-se a atentados na Capital, afirmava que “A bomba foi elevada a um princípio de lógica”<sup>12</sup>, e, como complemento, fazia alusões às ações contra os chefes de Estado na Europa. No mesmo ano, confirmando os presságios apregoados pelas autoridades, a polícia anunciava um plano de anarquistas para dinamitar a esquadra americana fundeada na Baía de Guanabara. Em 1909 os trabalhadores da União dos Operários de Gaz foram também acusados de utilizar a dinamite para a destruição dos cabos de energia da *The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power*, que abasteciam a cidade desde o Ribeirão das Lages. Os motins urbanos, como a revolta popular contra a obrigatoriedade da vacinação, de 1904, e o levante dos marinheiros contra os castigos corporais na Marinha, de 1910, ampliariam também o espectro das possibilidades insurrecionais vindas de baixo.

No ano de 1915, os padeiros, classe com longo estatuto de luta no Brasil, e que possuía, nos primeiros tempos de sua organização, uma base significativa de escravos libertos, evidenciava-se nos confrontos. Os militantes mais aguerridos, e que vinham promovendo movimentos grevistas em função de diversas arbitrariedades, alertavam os proprietários de padarias para o engano ao pensarem que os padeiros ainda eram “submissos carneiros que os senhores estavam acostumados a tosquiar”<sup>13</sup>.

As longas jornadas de trabalho, os turnos irregulares e a natureza do próprio empresariado das padarias precipitaram uma onda de explosões noturnas em estabelecimentos do ramo. As madrugadas cariocas, nos meses de outubro e novembro de 1915, iluminaram-se sob o patrocínio de cargas de dinamite acomodadas nos fornos e balcões das padarias que adotavam os regimes mais injustos de trabalho. O padeiro Domingos Maia, referindo-se a ação radical dos trabalhadores, em artigo dirigido à polícia, afirmava com a audácia típica daqueles tempos: “É sabido que os operários que almejam vários melhoramentos no serviço de padaria jamais deixarão de agir, sem que os senhores proprietários resolvam pôr em prática um horário equitativo, de maneira a satisfazer as necessidades presentes”<sup>14</sup>. Nos anos seguintes, além dos padeiros, outras categorias profissionais seriam identificadas com a “propaganda pelo fato”.

Em 1918, um ensaio “maximalista” protagonizado por anarquistas da Marinha Mercante, evidenciava-se a partir da explosão de cargas de dinamite na residência do ministro da Marinha, almirante Alexandrino<sup>15</sup>. Em 1924, durante o levante tenentista, anarquistas sindicalistas e operários em geral misturaram-se aos grupos de insurretos e protagonizaram ações envolvendo a dinamite. Entretanto, a utilização de explosivos não era consensual entre os libertários, alguns, inclusive, condenavam veementemente o uso da dinamite. A estes respondia um “jovem” anarquista em artigo no jornal da Federação Operária do Rio Grande do Sul, *O Sindicalista*, intitulado: “A Dinamite Arma dos Heróis”. Contra os “inibidores” das energias libertárias, bradava: “Alguns dos velhos militantes que se querem tornar responsáveis e quartel general do movimento anarquista é que são completamente inibicionistas, fazendo esforço de enfraquecer a ação dos jovens anarquistas, julgando-nos cegos que nos deixamos levar pelas mãos”<sup>16</sup>. No artigo, não faltaram referências aos feitos, na Argentina, de Simón Radowitzky<sup>17</sup> e Kurt Wilckens<sup>18</sup>.

Mas, como testemunho da ausência de consenso no que se referia aos atentados à bomba, podemos evocar a opinião do importante anarquista carioca, Domingos Passos. Para este sindicalista, insuspeito nos meios operários por suas atitudes arrojadas, a violência não era a essência do anarquismo e, em um sentido mais amplo, era utilizada antes por agentes provocadores a soldo das polícias e governos. Passos, em 1927, para corroborar sua tese, afirmava ter conhecido um fabricante de bombas, amigo de policiais e totalmente insensível às necessidades do povo trabalhador. Assim, as opiniões sobre a utilização de explosivos não apenas eram diversas, mas, independente da faixa etária ou da conduta do militante, sensibilizavam peculiarmente os indivíduos anarquistas a despeito de seu grau de compromisso com a causa.

## **Escola, teatro e cultura proletária**

As expressões culturais operárias estiveram estreitamente relacionadas com as propostas de emancipação social e intelectual defendidas pelos anarquistas. Se não é inteiramente verdade que toda e qualquer iniciativa

cultural e pedagógica encetada por operários fosse encabeçada por libertários, não é menos verdadeira a afirmação de que as mais conseqüentes e revolucionárias tinham a colaboração direta destes ou mesmo a inspiração em seus principais teóricos. Para os anarquistas, a arte engajada e a educação para a consciência de classe eram tão importantes quanto a luta concreta vivenciada nas sedes sindicais e nos confrontos de rua com a polícia. Na verdade, as dimensões de militância possuíam fronteiras puramente formais, constantemente ignoradas pela natural e inevitável comunicabilidade entre o mundo do trabalho e do conhecimento.

Dessa forma, as primeiras escolas libertárias surgiam para atender as necessidades de trabalhadores e desenvolver neles, através da ilustração, a base teórica para o complemento da sua natural revolta de classe. No ano de 1902, o Círculo Educativo Libertário Germinal, anunciava a abertura da Escola Racionalista Libertária. A notícia vinha pelo jornal anarquista *O Amigo do Povo*, que tinha à sua frente Neno Vasco, Gigi Damiani, Benjamim Mota e outros, e era incansável na tarefa de promover as idéias de Paul Robin, sobre a Educação Integral, e de Francisco Ferrer y Guardia, sobre a Educação Racionalista.

Após o fuzilamento do catalão Ferrer, acusado de mentor da greve insurrecional, em Barcelona, no ano de 1909, uma Comissão Pró-Escola Moderna acabou por se formar em São Paulo. Muitos militantes como Oresti Ristori, Neno Vasco, Edgar Leuenroth e Gigi Damiani, engajaram-se na causa pedagógica libertária. No Rio de Janeiro, no bairro de Vila Isabel, operários fundariam, em 1908, a Escola 1º de Maio, refundada por Pedro Matera, em 1913; a Escola Operária 1º de Maio, em Olaria, no ano de 1919; a Escola Nova, em 1920 e as Escolas Profissionais, fundadas pela U.O.F.T., também em 1920, todas inspiradas nos princípios de Ferrer y Guardia. O fenômeno pedagógico racionalista iria se espalhar pelos grandes centros onde houvesse organizações operárias revolucionárias.

De forma geral, a maioria das referidas escolas era mantida pelos operários e o regime de disciplinas obedecia a prioridades estabelecidas para se alcançar a independência de espírito e capacidade de organização individual e coletiva. A experiência escolar, como afirmamos, não se fazia estanque ao mundo do trabalho e das lutas; militantes como Florentino de Carvalho, fundador de escolas nos bairros operários do Braz e da

Mooca, em 1912, muito bem representam essa simbiose entre o ideal animado pela luta de classes e a criação de instituições pedagógicas autogeridas.

Na mesma linha das Escolas Modernas estavam os Centros de Estudos Sociais, destinados à difusão de palestras e do ensino compartilhado entre os sócios. Tais Centros eram mais simples de serem implantados que as Escolas Modernas, bastando para isso a locação ou cessão de uma sala e a contratação ou convite de um palestrante. Uma das primeiras Universidades Populares de Ensino Livre, fundada em 1904, no Rio de Janeiro, possuía esse caráter. Mas, em certos casos, os Centros de Estudos Sociais acabaram sendo usados para o aprofundamento conceitual de questões estreitamente ligadas à ideologia. Chegaram a ser mesmo embriões de núcleos de formação de militantes. Locais nos quais os textos clássicos e contemporâneos trocavam de mãos e eram comentados para maior clareza dos postulados do anarquismo.

Associados às iniciativas educacionais e sindicatos, estavam os grupos de teatro. Muito numerosos à época, chegaram mesmo a profissionalizar alguns atores operários, ou filhos destes, que organizariam as primeiras entidades representativas da classe artística no Brasil. As peças, como tudo mais, possuíam argumentos de conteúdo social, capacitando as companhias teatrais para o exercício da conscientização e educação das platéias, invariavelmente constituídas por operários. Além disso, a qualidade das interpretações e as relações de afinidade construídas em torno das apresentações, entre os próprios atores, e, entre eles e seu público, possibilitavam uma coesão muito além da mera intenção política. Estes vínculos ensejavam não apenas a possibilidade de parcerias ainda mais ousadas, mas garantiam um público pagante mínimo, para sustentar as atividades cênicas e o auxílio pecuniário às entidades de classe.

No Brasil dos primeiros anos do século XX, dezenas de grupos teatrais formaram-se com o mesmo intuito; qual seja, o de levar às platéias operárias, de forma lúdica, questões significativas de seus cotidianos, dramatizadas por atores engajados. Peças como *Primo Maggio*, de Pietro Gori; *O Pecado de Simonia* e *A Greve de Inquilinos*, de Neno Vasco; *Avatar*, de Marcelo Gama e outras foram encenadas à exaustão para diversas platéias, em momentos distintos. No Rio de Janeiro e São Paulo, as sedes dos

sindicatos improvisavam ribaltas e apresentavam em tablados, não menos precários, os números teatrais em datas importantes, ou simplesmente para o entretenimento dos associados. Efetivamente, tudo parecia girar em torno da classe operária que, se para muitos anarquistas, era a única a trazer em sua origem a verve revolucionária, carecia do exercício de seu autoconhecimento para a efetivação de seus sonhos.

O envolvimento de intelectuais com o movimento operário foi significativo, também no Brasil. Quer pela via do “naturalismo”, no qual podemos enquadrar escritores como Elyσιο de Carvalho, Fábio Luz, Curvelo de Mendonça e Avelino Fóscolo, ou pelos de difícil caracterização, destacando-se o boêmio Lima Barreto. A temática principal destes romancistas sociais era a questão social, exposta em todos os seus aspectos, variedades, formas e estilos. Outro tipo de intelectual, talvez menos prolífero nas artes, era aquele que, como Neno Vasco e José Oiticica, buscava interferir em tudo um pouco, para prestar sua colaboração muitas vezes em prejuízo de sua carreira profissional. Neno Vasco, por exemplo, comprou uma enorme briga com os intelectuais da Academia Brasileira de Letras, para tentar adaptar a gramática portuguesa ao linguajar do operariado.

Os jornais anarquistas e operários<sup>19</sup>, muitos deles escritos com as novas regras, à revelia da norma culta, revelavam uma profunda preocupação com a ampliação do acesso do trabalhador aos meios de comunicação de sua classe. Queriam, muitos dos intelectuais que interagiam com os operários-escritores, a participação dos demais produtores não apenas na leitura dos periódicos, mas na confecção de artigos e colunas daqueles veículos. Até mesmo a rígida norma acadêmica deveria curvar-se às neces-



sidades da classe revolucionária. Dessa forma, as centenas de jornais classistas que circularam pelo país não eram apenas veículos unilaterais de informação; eles suscitavam, quer na reforma ortográfica, para benefício do operário, quer nas mensagens instando à organização e à luta, a mobilização e a integração do trabalhador à causa de sua emancipação.

### **A luta operária e o anarquismo nos anos de 1920 e 1930**

Os primeiros anos da década de 1920, para o operariado organizado, foram bastante importantes. As conquistas trabalhistas verificadas no final da década anterior e a forte polarização entre o governo e setores radicalizados da classe trabalhadora, verificada nas greves e na repressão ainda mais violenta aos militantes, operaram algumas transformações no interior do próprio núcleo sindical revolucionário. A política de repressão; a nova lei que especificava no seu título a expulsão de anarquistas, em 1921; a criação de uma delegacia para tratar dos crimes políticos, e mesmo, o triunfo da Revolução Russa na sua versão “bolchevista”, foram fatos de fundamental significado para as transformações que se verificarão no decorrer deste período.

No plano político-institucional, o Estado brasileiro passava por algumas transformações de consideráveis dimensões. Os levantes das camadas médias da hierarquia militar, os chamados “tenentes”, que tiveram seu *début* no 5 de julho de 1922, na rebelião do Forte de Copacabana, associados ao descontentamento crescentes de significativa parcela da sociedade civil brasileira, aumentaram a preocupação do governo com a segurança e a garantia do “Estado de Direito”. Aos movimentos de trabalhadores, já suficientes para preencher a agenda de segurança, vinham somar-se os militares amotinados e a população urbana insatisfeita. O presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) havia enfrentado a primeira grande manifestação “tenentista”; cabia a Arthur Bernardes (1922-1926), seu sucessor, garantir mais um quadriênio de “paz institucional”.

Embora a política de valorização do principal produto de exportação, o café, tenha sido bem sucedida no ano de 1924, e Bernardes con-

tasse com certo apoio dos segmentos cafeeiros, os episódios que envolveram sua assunção ao cargo, e mesmo a crise política que herdara do governo anterior, o perseguiram. Uma grande fenda havia sido aberta na, aparentemente, monolítica política de acordos entre as oligarquias, e a “Reação Republicana”, encabeçada no Rio de Janeiro por políticos de oposição, além das revoltas militares, eram a parte mais visível dessa crise.

Os dois grandes centros urbanos, Rio de Janeiro e São Paulo, no início dos anos de 1920, contavam juntos com mais de 1.736.966 habitantes. Na Capital Federal, estavam 1.157.873, do total referido. As greves continuavam e a crescente repressão havia logrado fechar algumas sedes de sindicatos importantes. No ano de 1920, os anarquistas, tendo à frente Carlos Dias, conseguiram fundar a Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (F.T.R.J.), que vinha preencher as lacunas deixadas pela F.O.R.J. e U.G.T., quando de seus encerramentos pela polícia, respectivamente, em 1917 e 1918. A F.T.R.J. chegou mesmo a editar um jornal, *A Voz do Povo*, com tiragem diária. Entretanto, dentro da F.T.R.J., um fenômeno ideológico, típico daquele tempo, iria ter lugar.

Com a fundação do Partido Comunista do Brasil em março de 1922, por 9 delegados, quase todos ex-anarquistas, alguns militantes que se encontravam nas fileiras libertárias, aderiram aos postulados políticos “bolchevistas”. Muitos destes novos postulantes passaram então a alterar significativamente a conduta dos sindicatos, sob sua influência, em relação à Federação. Tal situação, acrescida de problemas conjunturais, levou a F.T.R.J. a apresentar sérios problemas de funcionamento. Assim, em 1923, os secretários da Federação já convocavam uma assembléia para sugerir a dissolução ou revigoração da entidade.

No mesmo ano, após a F.T.R.J. ter passado à esfera de influência dos comunistas, os anarquistas, efetivamente, iriam entrincheirar-se na F.O.R.J. passando, a partir da “Seção Trabalhista” do jornal *A Pátria*, organizada pelo carpinteiro e jornalista português José Marques da Costa, a combater, igualmente, comunistas e cooperativistas. Estes últimos, tendo à frente Sarandy Raposo, haviam galgado postos avançados no governo de Arthur Bernardes, e associavam-se aos comunistas em uma “frente” sindical, aos olhos dos anarquistas, muito prejudicial à ação dos sindicatos de resistência. Os comunistas, em retribuição ao espaço que obtiveram para seus

artigos na seção operária do jornal governista *O País*, e da impressão nas gráficas deste mesmo jornal, do periódico de seu Partido, *A Classe Operária*, franqueavam espaços e tribunas das associações, sob sua influência, ao líder cooperativista Sarandy Raposo.

Apesar das circunstâncias e da luta simultânea contra comunistas e cooperativistas, a F.O.R.J., que tinha sido refundada em agosto de 1923, com a adesão de seis sindicatos, — construção civil, sapateiros, gastronômicos, tanoeiros, carpinteiros navais e Sindicato de Ofícios Vários de Marechal Hermes — em maio de 1924, havia ampliado consideravelmente suas bases. Para a Federação, sob a influência do sindicalismo revolucionário, haviam entrado mais cinco entidades de classe: a dos operários em pedreiras, muito temida pela polícia em função do uso que faziam seus sócios, de explosivos, metalúrgicos, fundidores, ferradores e ladriheiros.

Em paralelo a estes fatos, o governo apesar de instituir um clima de terror, por meio de sucessivos decretos de estado de sítio, criava o Conselho Nacional do Trabalho (C.N.T.) para tratar de assuntos pertinentes à esfera laboral. O C.N.T. era sucedâneo do Departamento Nacional do Trabalho, projeto apresentado ao Congresso Nacional em 1917 por Maurício de Lacerda, e jamais efetivado por falta de regulamentação. O ano de 1923 não apenas dava ensejo à criação do C.N.T., em abril, como havia testemunhado a promulgação da “Lei Eloy Chaves”, em janeiro, que legislava sobre a caixa de aposentadoria dos trabalhadores ferroviários. Dessa forma, o governo, ainda que sem consenso interno, buscava minorar os desgastes políticos das últimas medidas discricionárias.

Com o crescimento do movimento de oposição a Bernardes, mesmo no campo institucional, a expressão operária não vinculada aos projetos oficiais passaria a ser encarada como um problema ainda mais preocupante. Agora, quando se esboçava a estrutura de uma legislação trabalhista, a recusa de um enquadramento era, para o governo, demonstração completa de insubordinação. Nesse contexto, a luta entre as tendências revolucionárias do sindicalismo ganharia cores ainda mais fortes. A aproximação dos comunistas, até outro dia libertários, dos cooperativistas e a “insidiosa”, segundo os anarquistas, troca de apoio entre Astrojildo Pereira (comunista e ex-anarquista) e Sarandy Raposo (cooperativista), enchia

as fileiras sindicalistas revolucionárias de indignação. As relações piorariam dia-a-dia no campo revolucionário cindido pelos acontecimentos.

Com a eclosão do segundo levante militar, em 5 de julho de 1924, na cidade de São Paulo, os “tenentes” passariam a figurar como atores principais na trama que se antagonizava com o governo. Entretanto, a despeito desse evento, que era um fenômeno típico de caserna e que deveria afetar preferencialmente militares, a repressão atingiu vigorosamente as organizações operárias revolucionárias. Tanto anarquistas quanto comunistas foram perseguidos, presos e tiveram algumas de suas associações encerradas pela polícia.

O professor José Oiticica foi detido, no próprio dia 5 de julho, ao sair do Colégio Pedro II, e depois enviado para instalações prisionais improvisadas em ilhas na Baía de Guanabara e no litoral do Rio de Janeiro. Domingos Passos, Domingos Braz e outros operários anarquistas foram encarcerados na Quarta Delegacia Auxiliar. Em São Paulo, militantes libertários que subscreveram uma moção de apoio crítico aos rebeldes, solicitando armas para uma luta revolucionária, foram perseguidos e presos pelos órgãos de repressão. Uma verdadeira *razia* acontecia nos meios operários.

Tal situação favoreceria em particular os cooperativistas que, além de contarem com o apoio do governo, encontravam nos espaços deixados pelos militantes mais ativos nas organizações sindicais de resistência uma possibilidade real de atuação. No Rio de Janeiro, por força da perseguição aos anarquistas, muitos projetos desta linha ideológica deixaram de ser implantados. No caso particular da União dos Operários em Construção Civil, entidade visceralmente avessa ao “bolchevismo”, os trabalhos foram seriamente comprometidos, tendo em vista que os membros mais destacados foram presos ou deportados para a Colônia de Clevelândia.

Para a Clevelândia, região fronteira à Guiana Francesa, no extremo Norte, junto ao rio Oiapoque, foram enviados operários anarquistas, trabalhadores desempregados, meninos de rua, presos comuns e soldados rebeldes. Tal acontecimento, uma verdadeira tragédia, só conhecida pelo público após o fim do estado de sítio e de censura a imprensa, no início de 1927, envolveu quase mil pessoas. Desse número, mais de 50% não retornaram ao lar após o governo de Bernardes, ficaram sepultados, vitimados por doenças e pelo abandono.

Como vimos, embora os comunistas também sofressem reveses nessa época, a repressão para os anarquistas havia sido muito pior. O órgão do Partido, *A Classe Operária*, segundo J. F. Dulles, reconhecia:

(...) “Tinha de ser assim. A História condenou esses companheiros[os anarquistas].” Em uma mensagem de 1927 à União dos Operários em Construção Civil, extremamente combatida pelas autoridades, os comunistas explicaram que “vendo a tormenta e não podendo afrontá-la, fizeram como o camelo: meteram o pescoço na areia e deixaram o simum passar... Esconderam-se para continuar o trabalho revolucionário”.<sup>20</sup>

Segundo o comunista Octávio Brandão, em suas memórias, os comunistas dentro dos sindicatos da Construção Civil e dos Sapateiros cometeram “erros grosseiros”. Ameaçaram trabalhadores, praticaram “atos de indisciplina” e, no fim, tentaram cindi-los. Tais problemas evoluíram para uma hostilidade sem precedentes no interior dos sindicatos de resistência.

No ano de 1928, quando o movimento libertário encontrava-se em descenso no Rio de Janeiro, na Rua Frei Caneca nº 4, sede da União dos Gráficos, teve lugar um atentado contra anarquistas. O caso envolvia o deputado Azevedo Lima, aliado dos comunistas e candidato pelo Bloco Operário, em 1927. O parlamentar acusava o presidente da União dos Operários em Fábricas de Tecido, Joaquim Pereira de Oliveira, de envolvimento com a polícia carioca.

Assim, no dia 14 de fevereiro, na sede dos Gráficos, haveria um encontro para o esclarecimento da denúncia. Logo no início das atividades a luz foi apagada e, após disparos efetuados por membros da assistência, foram feridos 10 trabalhadores, sendo que dois vieram a falecer.

Para os anarquistas, os disparos que vitimaram o sapateiro anarquista Antonino Dominguez, militante desde 1914, e um gráfico, teriam sido de autoria dos comunistas Eusébio Manjon e Galileu Sanchez. Segundo os comunistas, os referidos disparos teriam sido obra de policiais “secretas”.

Antonino Dominguez, ainda ferido, chegou a dizer a um jornalista de *A Noite*:

Quem me feriu foi Pedro Bastos.<sup>21</sup> — Por quê? — Ele não me suporta, e isso porque, chefiando um grupo de comunistas na “Aliança dos Operários em Calçados”, à Praça da República, 42, me encontrou pela proa. — Mas só por isso? — É que ele dirigiu um ataque à nossa sociedade e eu o repeli. Desde então não me perdoou, aproveitando agora a ocasião para se vingar.<sup>22</sup>

A morte de Dominguez ampliaria o abismo entre as duas tendências revolucionárias no Rio de Janeiro.

Todos estes acontecimentos, aliados à luta contra o Estado, a cada dia mais difícil, comprometeram em muito a ação dos anarquistas no Rio de Janeiro. Alguns libertários, como Domingos Passos e José Oiticica, passaram a reservar parte de suas energias para a luta que continuava em São Paulo. No Rio de Janeiro, onde o cooperativismo era fortíssimo e a tradição do reformismo era evidente, as esperanças da retomada de certa expressão sindical, para os libertários, esmaeciam a cada confronto.

Domingos Passos que chegara à capital paulista em fins de 1927 para reorganizar a F.O.S.P., seria preso na “Bastilha do Cambuci”, prisão da polícia política de São Paulo, e desapareceria sem deixar vestígios. José Oiticica conseguiria, embora vigiado, auxiliar os militantes paulistas na tarefa de resistir à nova conjuntura. Dessa forma, muito dos esforços dos anarquistas da Capital Federal, passaria a concorrer para o sucesso das organizações no estado vizinho. Em contrapartida, os comunistas no Rio de Janeiro, embora houvessem crescido, exageravam nos números de filiados. Em relatórios enviados a U.R.S.S. dessa época, Astrojildo Pereira alargava de forma ficcional as margens e o volume do “regato bolchevista” no estado, apresentando números dificilmente atingidos por qualquer organização revolucionária naquele período.

Em 1933, após a revolução de 1930 e a de 1932, no estado de São Paulo, a repressão aumentaria bastante. Os anarquistas, buscando a manutenção da vigência de suas teses, iriam fundar um Comitê Antifascista, tendo como bases organizativas a F.O.S.P., fornecendo a expressão classista; o Centro de Cultura Social, como referência ideológica e os jornais *A Plebe* e *A Lanterna*, como veículos públicos do grande projeto. Tal iniciativa contaria com a adesão dos socialistas e com a crítica dos comu-

nistas que propunham uma Frente Única Antifascista. No mesmo período, por iniciativa da Associação dos Bancários, ainda em 1931, surgiria a Coligação dos Sindicatos Proletários, engrossada por membros do Partido Socialista Brasileiro; a Liga Comunista Internacionalista, trotskista, e comunistas. Esta Coligação, após uma aventura eleitoral, teria sua base bastante comprometida pelos desgastes ocorridos durante as eleições.

Os sindicatos independentes do Estado, após 1934, passam a ter ainda maiores problemas. O governo determinava que os trabalhadores para auferirem os benefícios da nova legislação tinham que se filiar aos sindicatos oficiais. Situação que levou os trotskistas da União dos Trabalhadores Gráficos a pedirem a inclusão deste sindicato na lista das entidades vinculadas ao Ministério do Trabalho. Situação que mereceu severas críticas dos anarquistas que, no 1º de Maio, tentavam reerguer a velha C.O.B., independente e revolucionária.

Na verdade, o avanço comunista nesse período deveu-se em grande medida aos novos canais formais de participação para o operariado, além da criação das “Frentes” que usavam as energias de muitos, para posterior capitalização política do P.C.B. Nas eleições de 1934, para a Constituinte, os comunistas, trotskistas e socialistas acenavam para as massas com a possibilidade de colocar no parlamento representantes da classe trabalhadora. Era algo ainda recente, boa parte do operariado, mesmo os revolucionários, interpretava o enquadramento na ordem “democrática” como um avanço importante para os movimentos sociais. A “boa nova” enchia setores sindicais de sinceras esperanças na transformação da sociedade através desta via. Mesmo após os escassos resultados desta estratégia — muitas leis não eram obedecidas e raríssimos eram os candidatos operários, ou comprometidos com estes, eleitos — o discurso manteria sua vigência e mobilizaria enorme parcela do operariado.

Os anarquistas, descrentes de qualquer ação no campo institucional que pudesse levar à real libertação da classe operária, investiram em uma atuação mais sistemática de movimentos de rua e alianças de caráter ideológico. Nunca as limitações da via sindical haviam se colocado tão claramente para os libertários; nunca os debates entre Malatesta e Monatte, nos idos de 1907, na cidade de Amsterdã, tinham feito tanto sentido. Em outras partes do mundo, o sindicalismo revolucionário, apartado do anar-

quismo, agonizava tristemente. No Brasil, a infiltração dos comunistas, defensores da partidização dos sindicatos nas associações de classe, e o advento do sindicalismo de Estado, fortaleciam, nos discursos de oposição ao anarquismo, a tese que identificava a premissa de independência total dos trabalhadores em relação ao Estado burguês como sendo anacrônica. Os libertários faziam as alterações programáticas em meio a uma enorme crise pela qual passava o seu modelo de inserção na sociedade.

Tais problemas ensejaram um intenso debate no meio libertário, opondo “movimento anarquista” a “movimento operário”. O militante Luís Paparo, em reunião na sede da Federação Operária de São Paulo, em 1932, chegaria a afirmar: “Os anarquistas vivem sempre pensando, porém nada realizam. O que fizeram os anarquistas desde 1924? Nada!”<sup>23</sup> As palavras de Paparo deslocavam a responsabilidade da crise do anarquismo para o interior do movimento. Não eram apenas as prisões, deportações, infiltração comunista e o sindicalismo corporativo os responsáveis pelas mazelas. O militante questionava a própria vontade do anarquista, naquela década, de transformar a situação. A “vontade de potência”<sup>24</sup>, na concepção de Rudolf Rocker, deveria retornar aos libertários atordoados com a nova conjuntura.

A preparação da ação que iria interferir na marcha “integralista”, nome que assumiu o movimento fascista no Brasil, até a Praça da Sé, no ano de 1934, por outro lado, mostraria um ativista libertário bastante distinto das críticas demolidoras de alguns militantes. Em reuniões com lideranças de uma Frente Antifascista, os anarquistas, segundo Eduardo Maffei, “muito solidários e ativos”<sup>25</sup>, foram fundamentais para o sucesso do feito que se tornaria “épico”. Na utilização da F.O.S.P. para algumas reuniões, além da participação de Edgard Leuenroth, Pedro Catalo, Rodolfo Felipe, Gusman Soler e outros, os anarquistas contribuíram sobremaneira para uma das maiores derrotas públicas do integralismo no Brasil.

Maffei alude a frases proferidas pelos anarquistas durante as reuniões, muitas em castelhano, como: “A melhor organização é a dinamite” ou “A frente única se faz nas ruas”. De fato, ainda segundo Maffei, no dia do confronto na Praça da Sé, no centro da cidade de São Paulo, os anarquistas teriam batido-se “contra os integralistas e a polícia civil como leões”<sup>26</sup>. Em um dos encontros preparatórios para o evento Leuenroth teria defi-

nido, “cordatamente” e de forma direta, os objetivos da aliança tática: “o impedimento da parada fascista”.

A frente que se organizou para pôr termo à “parada integralista” era bastante diversa em tendências ideológicas, todas identificadas com o antifascismo. Encontravam-se nela figuras como o coronel João Cabanas, Roberto Sisson, representantes do setor militar, trotskistas, comunistas, socialistas e libertários. Na última reunião na F.O.S.P, Cabanas insistia na necessidade de abreviar a existência de Plínio Salgado, idéia que iria persegui-lo durante o confronto, entretanto, sem sucesso. Os anarquistas cobriam da Rua Venceslau Brás até um relógio público no espaço da praça, os trotskistas e comunistas tinham também suas áreas para a ação.

A “Batalha da Praça da Sé” aconteceu em outubro de 1934, e talvez tenha sido a última grande aparição anarquista, antes do Estado Novo em 1937, fato que alterou a fisionomia política da República transformando-a em uma ditadura das mais violentas. Na Batalha da Praça da Sé, figuras como Juan Perez Bouzas, o sapateiro galego, Simon Radowitzky<sup>27</sup>, o lendário anarquista russo, e Edgard Leuenroth deixaram suas marcas. Peres e Radowitzky<sup>28</sup> partiram para a ação direta retirando das mãos da Força Pública paulista uma metralhadora que, em seguida, foi usada contra os integralistas. Edgard Leuenroth foi visto andando em meio ao sibilar das balas, altivo e destemido. Com a debandada geral dos integralistas, inclusive com o abandono de suas camisas verdes pelas sarjetas do centro de São Paulo, a ação antifascista tinha atingido os seus objetivos. E os anarquistas, como afirmaria Maffei, “na luta se cobriram de glória”.

Em março de 1935, alguns setores “tenentistas” de esquerda e grupos políticos ligados aos comunistas e socialistas criaram a Aliança Nacional Libertadora (A.N.L.). O oficial da Marinha Hercolino Cascardo, recém-chegado da Inglaterra, um dos revolucionários do encouraçado São Paulo, que se levantou contra Bernardes, em 1924, seria escolhido para presidir a nova “Frente”<sup>29</sup>. Os anarquistas, após diversas considerações de ordem política, decidiram aderir ao movimento. Os motivos que levaram os libertários a entrarem na A.N.L., entre outros, foram, a necessidade de proteção contra as leis de exceção em vias de decretação pelo governo de Getúlio Vargas, a possibilidade de mais um canal de expressão e a oportu-

nidade de inserir os sindicatos, sob sua influência, em uma dimensão de luta política não-partidária.

Nessa altura, os anarquistas que vinham se preocupando de forma crescente com a formação ideológica de seus militantes, investiam com firmeza dentro da A.N.L., para, em contraste com a atitude de comunistas e socialistas, demonstrar a singularidade da proposta política libertária. Em todos os comícios e *meetings* da Aliança os oradores anarquistas buscavam marcar a diferença, principalmente por ser o líder comunista, Luís Carlos Prestes, presidente de honra da “Frente”.

Após a Intentona Comunista, deflagrada no âmbito das lutas da A.N.L., no mesmo ano de sua fundação, a repressão do governo cairia igualmente sobre todo o movimento operário organizado. Sindicatos não oficiais seriam fechados, o que comprometia ainda mais a ação libertária, estabelecimentos fabris e mesmo navios, seriam adaptados para receber presos políticos, e as deportações, novamente, promoveriam enormes baixas no universo militante anarquista. Tal situação contribuiria para que, no golpe do Estado Novo, dois anos depois, os ativistas revolucionários e os sindicatos estivessem quase totalmente paralisados para reagir à instauração da ditadura.

## **Crise do sindicalismo anarquista**

Embora a recente historiografia brasileira, nem sempre a favor do esclarecimento das questões fundamentais, tenha promovido um novo olhar sobre o sindicalismo anarquista, intentando separar o sindicalismo revolucionário da participação dos anarquistas nas questões classistas, é sintomático o fato de o primeiro ter entrado em crise na mesma oportunidade da perda de visibilidade do segundo. Se é bem verdade que o sindicalismo revolucionário não seja sinônimo de anarco-sindicalismo, fenômeno com especificidades históricas ligadas a determinados países; não é menos verdadeira a conclusão de que todos os movimentos na Europa e Américas, no qual estiveram envolvidos anarquistas, partiram de premissas estabelecidas no campo teórico do sindicalismo revolucionário. As experiências francesas, e mesmo alguns congressos da I Interna-

cional, nos idos anos do século XIX, apontavam para uma estratégia clasista que, no ano de 1906, foi mais claramente defendida no Congresso de Amiens, na França.

Assim pensando, se levarmos em consideração os fatos e as múltiplas realidades, que no seu conjunto formam a história, o sindicalismo revolucionário foi uma ferramenta, antes de tudo, utilizada por trabalhadores que pretendiam a transformação da sociedade. Era uma metodologia a serviço da mudança, e utilizaram-na aqueles que, com “vontade”, na perspectiva do teórico anarquista Malatesta, queriam de fato a Revolução Social. Nesse aspecto os anarquistas se destacaram na aplicação do método que lhes parecia mais adequado aos fins de transformação social “a caminho da anarquia”.

No caso específico brasileiro, o sindicalismo revolucionário foi a porta de entrada dos anarquistas no mundo urbano de conflitos permanentes com a ordem conservadora vigente no país. Foi por meio dele, e não excetuamos as experiências rurais anteriores, que os libertários alcançaram uma visibilidade nunca antes atingida por grupos revolucionários ideologicamente incluídos no campo do socialismo. A leitura que fizeram os anarquistas, no Brasil, do sindicalismo revolucionário, oficialmente assumida no “Primeiro Congresso Operário”, foi, como não poderia deixar de ser, original e concordante com a realidade que encontravam os trabalhadores dentro de um país rural, recém-saído do modelo escravocrata e dependente do capital externo.

Foi, sem sombra de dúvidas, o sindicalismo revolucionário, o responsável pelo primeiro vetor social conseguido pelos anarquistas nos grandes centros brasileiros. Como queria Malatesta, os anarquistas deveriam entrar em todos os campos que suscitassem as contradições do capitalismo e lá buscar que funcionassem da forma “mais libertária possível”. No meio sindical a orientação não era diferente.

A confusão entre a proposta ideológica de revolução e os meios para atingi-la, entretanto, comprometeu em diversos momentos a prática anarquista. Em muitas oportunidades, os libertários deixaram-se levar pela enxurrada reivindicatória, observando menos os pressupostos doutrinários. Os grupos de propaganda, por questões de urgência, acabaram por não conseguir levar a efeito a sedimentação ideológica das premissas libertá-

rias. Dessa forma, por uma excessiva ênfase no “economicismo”, já denunciada por muitos anarquistas, típica do sindicalismo, as bases afastavam-se da proposta ideológica que as animara até o início dos anos 20.

Não foi difícil aos comunistas, de posse de um agressivo pragmatismo, influenciar significativas parcelas de militantes algo perplexos no interior dos sindicatos. A leitura eminentemente econômica auxiliou os “bolchevistas”, até porque muitos deles, como anarquistas, fomentavam tal política a transferir boa parte do contingente das bases; primeiro para a esfera de influência dos sindicatos cooperativistas e depois para o ingresso nos oficiais. Colheram, os comunistas, os frutos da “insuficiente” propaganda ideológica dos anarquistas nos meios sindicais. O “excesso de sindicalismo” teria impedido os grupos, embora variados e atuantes, de fazerem a necessária pregação da proposta claramente anarquista no meio operário. Era uma equação difícil de resolver naqueles dias de euforia, nos quais se achava que o sindicato seria a futura célula da sociedade sem fronteiras, mestres e proprietários.

Tal situação, entretanto, já era percebida por muitos anarquistas nos fins dos anos 20 e início do decênio seguinte. A própria necessidade de separar “movimento operário” de “movimento anarquista”, como vimos, era explicitada por jornais engajados. O que posteriormente seria sugerido pela historiografia, a separação entre movimento e ideologia, acontecia na lida militante por necessidade de sobrevivência de uma idéia que havia, em grande parte, mobilizado indivíduos extraordinários nas primeiras duas décadas do século XX, no Brasil.

Com o advento do Estado corporativo, através da revolução político-militar de 1930, e a criação de uma estrutura oficial para acolher os sindicatos, materializada no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, as premissas do sindicalismo revolucionário perdiam a vigência. A metodologia, na ausência da Revolução Social tão esperada, deixava de possuir a eficiência necessária. A nova realidade de contenção revolucionária condenava ao esquecimento o antigo modelo e secundarizava na cena pública seus principais entusiastas, os anarquistas. A crise do sindicalismo revolucionário tiraria dos anarquistas o seu vetor social; sem espaços para inserção, — todos fechados pela repressão, e o isolamento que sofrem a partir de uma propaganda comunista financiada, inclusive

internacionalmente — os libertários passam a se organizar em grupos de cultura e preservação da memória.

Assim, pode-se entender porque embora distintos, o sindicalismo revolucionário e o anarquismo perdem ambos a expressão na mesma época. A luta pela liberdade, que se fazia mais clara e autêntica pela via classista, defendida pelos libertários, só teve a envergadura observada nos primeiros tempos porque os espíritos estavam voltados para a consecução de objetivos mais ousados. Na medida da institucionalização do movimento operário e da vinculação das lutas ao plano oficial e eleitoral, as perspectivas de transformação radical seriam gradativamente abandonadas, empurrando, a cada avanço das reformas, os anarquistas para os bastidores dos movimentos sociais. Embora, as teses libertárias jamais tivessem perdido a atualidade, elas funcionavam melhor em um ambiente de intransigente defesa da revolução. A apatia, e o avançado grau de burocratização, na qual mergulhou grande parte do movimento operário, não mais permitia o estabelecimento dos antigos elos entre o sindicalismo e o anarquismo.

Pretendemos, em uma edição futura,  
complementar o trabalho de pesquisa tratando do anarquismo  
no Brasil da década de 1930 até os dias de hoje.

*Os Editores*

## Notas:

<sup>1</sup> O espírito de 48, citado não só por Vamireh Chacon, como também por Amaro Quintas onde este atribui não só a Pernambuco como também a Paraíba, “aspirações libertárias” naquele momento. Ver Amaro Quintas. *O Sentido da Revolução Praieira*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 1967, p. 62.

<sup>2</sup> Apud, Vamireh Chacon. *História das Idéias Socialistas no Brasil*. Fortaleza/Rio de Janeiro. Civilização Brasileira/ Ed. UFC, 1981, p. 34.

<sup>3</sup> Apud, José Nilo Tavares. *Marx, o socialismo e o Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983, p. 103.

<sup>4</sup> Alexandre Mendes da Rocha. *Imigrantes em Resende: Visconde de Mauá (1908-1916)*. Resende, Funarte/Prefeitura Municipal de Resende, 1984. p. 23.

<sup>5</sup> Apud, Evaristo de Moraes Filho. *O movimento social na primeira década do século*. In *Brasil 1900-1910*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1980. p. 18.

<sup>6</sup> Cornelius Castoriadis. *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo, Brasiliense, 1985. p. 153.

<sup>7</sup> Os reformistas denominaram de “Quarto Congresso” pois entendiam que outros dois, antes do Congresso anarquista, de 1906, teriam que ser incluídos no histórico de congressos operários no Brasil (n.a.).

<sup>8</sup> Palestra de Edgar Leuenroth, sob o título “O movimento operário”, no Centro de Cultura Social, em 1965.

<sup>9</sup> Claudius Koenigstein François – Ravachol, nasceu em Saint-Chamond (Loire), em 1859. Filho de operários, seu nome tornou-se gênero da “delinqüência” anarquista. Foi executado na guilhotina, por ter feito expropriações e assassinado um velho usurário, em 1892.

<sup>10</sup> Apud, Alexandre Samis. *Clevelândia anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro, Imaginário/Achiamé, 2002. p. 37.

<sup>11</sup> *Ibidem*.

<sup>12</sup> *Correio da Manhã*, 5 de janeiro de 1908.

<sup>13</sup> *Na Barricada*, 4 de novembro de 1915.

<sup>14</sup> *Na Barricada*, 7 de outubro de 1915.

<sup>15</sup> *Correio da Manhã*, 23 de março de 1918.

<sup>16</sup> *O Sindicalista*, fevereiro de 1927.

<sup>17</sup> O russo Simón Radowitzky matou o chefe de polícia Ramón Falcón, responsável pelo massacre de trabalhadores durante a Semana Trágica, na Argentina, no ano de 1909. Ver para tanto: Osvaldo Bayer. *Los Anarquistas Expropiadores, Simón Radowitzky y otros ensayos*. Buenos Aires, Galerna, 1975.

<sup>18</sup> Kurt Wilckens, de origem alemã, vingou o massacre de trabalhadores na Patagônia, acontecido em 1921, executando o coronel Varela, em 1923. Ver para tanto: Osvaldo Bayer. *La Patagonia Rebelde*. Buenos Aires, Planeta, 2002.

<sup>19</sup> Segundo levantamento feito por Maria Nazareth Ferreira, foram publicados no Brasil, entre 1847 e 1920, cerca de 341 jornais com títulos alusivos à questão operária. Maria Nazareth Ferreira. *A Imprensa Operária no Brasil 1880-1920*. Petrópolis, Vozes, 1978.

<sup>20</sup> Jonh Foster Dulles. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977. p. 211.

<sup>21</sup> Pedro Bastos era o pseudônimo de Galileu Sanchez. Este fazia parte do P.C.B., mas antes de ingressar nas fileiras do Partido havia, ainda como anarquista, assinado um demolidor artigo denunciando atrocidades na U.R.S.S. Em tom acusatório, referia-se aos bolchevistas como: “As ratazanas de Capa Vermelha.” *O Trabalho*, 10/06/1922, Apud Edgar Rodrigues. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, Mundo Livre, s.d., p. 115.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 297.

<sup>23</sup> Apud, Raquel Azevedo. *A Resistência Anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002. p. 89.

<sup>24</sup> Rudolf Rocker. *Nacionalismo y Cultura*. Madrid, Ed. Reconstruir. s.d. p. 15.

<sup>25</sup> Eduardo Maffei. *A Batalha da Praça da Sé*. Rio de Janeiro. Philobiblion. 1984. p. 76.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 78.

<sup>27</sup> Simon Radowitzky havia saído da Argentina e passara pelo Uruguai, em 1934, sempre muito vigiado pela polícia. Não seria absurdo, por conta da relativa facilidade de atravessar a fronteira para o lado brasileiro, considerar a hipótese de ter ele de fato passado por São Paulo. Segue o texto de uma carta sua a Luiggi Fabbri, recolhida pelo autor no Instituto Internacional de História Social de Amsterdã (IISG). O texto foi transcrito mantendo a grafia original.

“Montevideo 6 de julio 1934.

Querido camarada Luisi.

El movil de esta es para sahudarte igualmente á (Bionca) Lucce, creame queridos amigos que siento en de todo corazon que no voy personalmente de darles (um) abrazo a mis mas queridos camaradas, pero el unico temor de no compremeterlos me detiene de hacerlo.

El motivo de esta es muy probable que esta noche me embarco, pero le ruego que me desculparan de no ver venido, habiamos pensado ir em um auto a buscarlos para que vinieran donde estoy yo peso siempre el temor por no comprometer a

ustedes mas teniendo en cuenta su estado de salud. Tambien les quiero manifestar mis buenos amigos que no crean que yo quisiera huir, no, pues pienso volver de aquí unos meses, hoy se me presento la oportunidad de poder llegar hasta mis viejos, pues hace yoi 27 años que no me vean y mi madre vive unicamente con la esperanza de verme un día y ya que tengo la oportunidad quiero aprovecharla. Querida Luce no se estraña quie no le habla do otras cosas pues como me es impocible ir despedirme de los amigos estoy escribiendoles, a mas uste sabe mas que nadie que me voy con la conciencia tranquila de ver cumplido siempre como compañeiro, y si alguna vez he cometido un error fue (mas), inconcientemente ustedes me (podran) perdonarme.

Recibi una carta de Rafael y hoy les mando una carta adjunto para que les remetan pues yo no tengo la direccione de el, asi que al portador de la presente puede tratarle com toda a confianza y darle la direccion y si han (cobrado) el cheque, dejan 5 pesos para Studio Sociale.

Um peso dos tres de um camarada y amigo que le recuerda com cariño y afecto. Simon”

<sup>28</sup> Sobre a participação de Simon Radowitzky no episódio existem ainda algumas dúvidas. Entretanto, contemplamos aqui o que restou da memória dos velhos militantes que repetiram os relatos dos que participaram do combate da Praça da Sé. (n.a.)

<sup>29</sup> Depoimento de Francisco Cascardo, filho de Hercolino Cascardo, em 10 de abril de 2004.